PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 30 • Setembro/Novembro de 2001 • Nº 90 • Preço: R$ 10,00

ONG: Uma Nova Geração?
Lorenzo Zanetti

Desafios e Perspectivas dos Movimentos Populares - Uma análise a partir do Fundo de Pequenos Projetos
Isaias Bezerra de Araújo

Por que pequenos projetos?
Luis Stephanou

Co-gestão nas Lonas Culturais: entre movimento cultural e instrumento político
Marcia Ferran

O Papel do Fundo de Pequenos Projetos na Implantação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM
Jailson S. Silva e Eliana Sousa

Entrevista com Frei David

Movimentos Sociais, Cidadania e Juventude: explorando alguns caminhos
Márcia Pereira Leite

Hip Hop: o que há de novo?
Regina Reyes Novaes

Lembranças em Movimento
Como surge um trabalho social?
Rafael dos Santos

Organização Comunitária, Cor e Cultura: imagens nas e das favelas em documentários brasileiros
Márcia Pereira Leite

Novas ONGs, novos desafios

FASE 40 anos Solidariedade e Educação

Conselho Deliberativo

Presidente
Ana Clara Torres Ribeiro

Vice Presidente
Leilah Landim Assumpção

1ª Secretária
Márcia Pereira Leite

2º Secretário
Paulo Pena Schutz

3º Secretária
Fernanda Carísio

Suplentes:
Décio Lima de Castro;
Luis Carlos Delorme Prado
Maria Lucia Karam
Renato Sergio Maluf.

Conselho Fiscal
Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente
José Moreira Bartholo

Associados Efetivos
Pe. Adelar Pedro de David * Alexandre Sgrecia * Antônio Abreu * Braulio Rodrigues da Silva * Cândido Grzybovski * Carlos Nelson Coutinho * Ênio Candotti * José Sérgio Leite Lopes * Leila Linhares * Lizt Vieira * Luís Eduardo Soares * Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório * Neide Esterci * Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho * Otília Silva Leite * Peter Collins Cona * Regina Leite Garcia * Ricardo Peret * Sérgio Góes de Paula * Sivio Caccia Bava * Uri Gomes Machado * Virgínia Fontes * Wanda Engel Aduan

Diretor Executivo
Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Orlando Alves dos Santos Jr.
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

• contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

• ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

• integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

• ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

• fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

• difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

• contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

• desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

• viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

sumário

Editorial 5

ONG: Uma Nova Geração?
Lorenzo Zanetti 6

Desafios e Perspectivas dos Movimentos Populares - Uma análise a partir do Fundo de Pequenos Projetos
Isaias Bezerra de Araújo 16

Por que pequenos projetos?
Luis Stephanou 20

Co-gestão nas Lonas Culturais: entre movimento cultural e instrumento político
Marcia Ferran 28

O Papel do Fundo de Pequenos Projetos na Implantação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM
Jailson S. Silva e Eliana Sousa 40

Entrevista com Frei David 43

Movimentos Sociais, Cidadania e Juventude: explorando alguns caminhos
Márcia Pereira Leite 50

Hip Hop: o que há de novo?
Regina Reyes Novaes 66

Lembranças em Movimento Como surge um trabalho social?
Rafael dos Santos 84

Organização Comunitária, Cor e Cultura: imagens nas e das favelas em documentários brasileiros
Márcia Pereira Leite 104

FASE Nacional
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)2286-1441
Fax.:(021) 2286-1209

FASE-RIO
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)2286-1441
Fax: (021) 2286-1209

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel.: (027) 3322-6330
Fax.: (027) 3223-7436

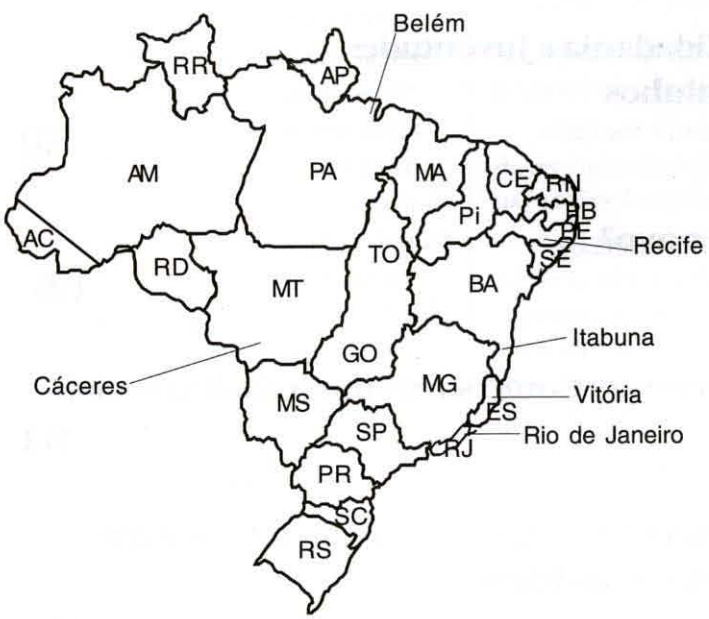
FASE-RECIFE
Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.:(091) 242-0318
Fax.:(091) 241-5310

Projeto Gurupá
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel/Fax.: (091) 242-6379

FASE-CÁCERES
Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.:(065) 223-4615

FASE-ITABUNA
Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9076



FASE

Proposta

Nº90 – Setembro/Novembro de 2001

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável
Luiz Antônio Correia de Carvalho

Organização do Nº 90
Márcia Leite
Lorenzo Zanetti

Assistente de Publicações
Silvia Helena Matos Brandão

Revisão
Márcio Alexandre Gualberto
Ricardo Salles

Foto da Capa
Marta Baião

Fotos
Ripper, Sergio Rossi, Marta Baião,Sérgio Henrique, Eric St-Pierre, Dri Medeiros

Projeto gráfico/editoração/diagramação
Pedro Veiga

Informações e Vendas
Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 22270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 2286 1441
Fax: (021) 2286 1209
E-mail sbrandao@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

editorial

Este Número de Proposta pretende contribuir para a análise das novas formas de protagonismo social que se desenvolvem hoje no país. Nos últimos anos, inúmeros grupos de jovens, negros, mulheres, moradores de favelas e periferias das grandes cidades, entre outros, vêm se associando em diversos movimentos e organizações. Muitos deles atuam através de "pequenos projetos" financiados por fundos públicos e/ou recursos privados, ou ainda provenientes da cooperação internacional e obtidos através da mediação de ONGs. Outros, entretanto, contam sobretudo com a participação de seus integrantes nos eventos que promovem. Seus formatos organizativos, distintos dos tradicionais, e suas propostas de ação, mais no plano da cultura do que da política, distanciam-se dos movimentos sociais dos anos 70/80. Todos esses elementos nos provocam a pensar o que representam e/ou trazem de novo para a sociedade brasileira?

Os artigos aqui reunidos discutem o conteúdo e o sentido de algumas dessas iniciativas. Segundo Lorenzo Zanetti estes grupos representam uma nova modalidade de organização dos setores populares ou, em alguns casos, uma forma nova que organizações mais antigas encontraram para dar novo significado ou nova dinâmica a sua intervenção social. Zanetti nos fala a partir da experiência acumulada no programa "Serviço de Análise e Assessoria a Projetos" (Saap/Fase) que tem como missão incentivar, assessorar e apoiar iniciativas populares realizadas por organizações e grupos institucionalizados ou não, e da gestão de um "Fundo para Pequenos Projetos". É deste "observatório" que analisa esta realidade a que chama de nova geração de ONGs, que está se generalizando cada vez mais e que não se enquadra e, muitas vezes, nem se articula com as formas tradicionais da organização social (Sindicatos, Associações de Moradores, Partidos Políticos) e com os movimentos que se tornaram referência para o movimento popular na última década (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Luta pela Moradia, ABONG e os Fóruns, Redes, Articulações que se multiplicaram nos últimos anos).

Nos artigos de Isaías Bezerra de Araújo, Jailson S. Silva e Eliana Sousa e no de Luis Stephanou, é examinado o sentido de algumas dessas experiências aprovadas para apoio dos Fundos de Pequenos Projetos das ONGs em que atuam, respectivamente CERIS, CEASM e Fundação Luterana de Diaconia.

Márcia Leite, professora da UERJ, discute como o segmento de jovens "em situação de risco social" tornou-se, no Rio de Janeiro, um dos principais focos de intervenção de políticas estatais e de atenção de ONGs, movimentos sociais, além de outros autores.

Analisando o movimento Hip Hop, Regina Novaes, professora da UFRJ e pesquisadora do ISER, analisa como os jovens urbanos de diferentes classes sociais se juntam através da cultura. Colocando a seguir o foco nos jovens das periferias e favelas, explora os efeitos do rap nos projetos culturais e intervenções sociais que se desenvolvem nestes espaços. Pensando as relações entre cultura e política, Rafael dos Santos, professor da Universidade Estácio de Sá e ex-diretor do Grupo Cultural Afro Reggae, nos apresenta uma análise dos primeiros anos do Grupo, enquanto Márcia Ferran, professora da UFF, examina a experiência das Lonas Culturais.

O número de Proposta se completa com uma entrevista de Frei David sobre os Pré-vestibulares para Negros e Carentes e com uma filmografia comentada, fruto de uma pesquisa realizada por Márcia Leite, apresentando o tratamento de alguns desses temas em vídeos documentários brasileiros. Entendemos que esta filmografia será de grande utilidade para agentes, professores e capacitadores nos seus trabalhos de educação popular em campo.

ONG: Uma Nova Geração?

*Lorenzo Zanetti**

* Mestre em Educação IESAE/FGV; coordenador do Setor de Análise e Assessoria a Projetos SAAP/FASE. Autor de ***O Novo no Sindicalismo Brasileiro***, FASE, ***A Prática Educativa do Grupo Cultural Afro Reggae*** e co-autor de ***Projetos, Recursos, Cooperação*** da série No Caminho da Organização, FASE/SAAP.

Grupo Novo Ideal (AC), Coletivo de Educadores Livres e Solidários (BA), Sociedade de Apoio à Família (CE), Núcleo de Comunicação Popular (SP), Centro de Teatro Infanto Juvenil (MG), Associação de Pequenos Agricultores do Povoado Lagoa da Onça (MA), Associação Comunidade Vila São José (RJ), Sobrado Cultural (RJ), Pré-Vestibular para Negros e Carentes (RJ), Geração de Semelhantes (RJ), Grupo Cultural Afro-Reggae (RJ), Grupo Fuzuê (RJ), Mal Amadas, Atrevidas, Abusadas Cia. de Teatro (SP)...

Estes são os nomes das centenas/milhares de grupos espalhados em todo o Brasil que tivemos oportunidade de conhecer, alguns mais e outros menos. A nosso ver estes grupos representam uma nova modalidade de organização dos setores populares ou, em alguns casos, uma forma nova que organizações mais antigas encontraram para dar novo significado ou nova dinâmica a sua intervenção social.

O "observatório" que nos permite o contato com estes grupos e organizações é o programa "Serviço de Análise e Assessoria a Projetos" (Saap) que tem como missão incentivar, assessorar e apoiar iniciativas populares realizadas por organizações e grupos institucionalizados ou não.

Parte importante deste programa é a gestão de um "Fundo para Pequenos Projetos". Portanto, nossa relação com estes grupos e nossas observações têm como referência fundamental, mas não única, os projetos que chegam até nós procurando apoio financeiro.

Nossa relação não se limita ao repasse de recursos, acabamos entrando, muitas vezes, na "intimidade" de sua vida. Como? Discutindo o projeto, levantando novas informações e novas questões, em alguns casos, enviando subsídios e, em outros, realizando visitas, lendo os relatórios narrativos/avaliativos.

É deste "observatório" que estamos analisando esta realidade que chamamos de nova geração de ONGs, que está se generalizando cada vez mais e que não se enquadra e, muitas vezes, nem se articula com as formas tradicionais da organização social (Sindicatos, Associações de Moradores, Partidos Políticos) e com os movimentos que se tornaram referência para o movimento popular na última década (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Luta pela Moradia, ABONG e os Fóruns, Redes, Articulações que se multiplicaram nos últimos anos).

Nossas relações e nosso apoio não se limitam a estas organizações e grupos. Nos relacionamos e apoiamos outros, mas destacamos aqui aqueles que, para nós, representam a "novidade", pouco estudada ainda, e que nos parece animadora e desafiadora.

Animadora pela quantidade de pessoas que envolve, pela capilaridade destas formas organizativas, pelo que expressa de avanço na conquista e no exercício da cidadania e na superação do marco cultural que coloca os "pobres" como beneficiários das intervenções sociais e não como atores desta intervenção.

Desafiadora (para o Governo, Partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais e ONGs) porque:

- Coloca novos temas e problemas capazes de mobilizar setores da população facilmente classificados como incapazes, passivos, fatalistas, desmentindo, em parte pelo menos, alguns lugares comuns tipo "falta de interesse", "comodismo" e a própria "pobreza" como justificativa de uma certa anomia que se constata em movimentos mais amplos;
- Projeta novas lideranças e novos educadores que não se "enquadram" nos parâmetros tradicionais porque não freqüentaram faculdade, não militaram em partidos de esquerda, não se originaram a partir das comunidades de base ou da teologia da libertação;
- Adota o método Paulo Freire sem nunca ter ouvido falar dele; usa novos "códigos" que fogem ao "padrão" estabelecido pelas ONGs tradicionais, pelos grandes movimentos e pelas lideranças "politizadas";
- Em muitos casos, se autodenominam "ONG" sem ter muito claro o significado desta sigla, as diferenças e as contradições em relação às mesmas;
- Não sabe fazer as "devidas" distinções entre ações assistenciais, promocionais e conscientizadoras.

De quem estamos falando?

Estamos falando de grupos que surgem para atingir um ou outro objetivo de interesse próprio ou da comunidade onde se inserem.

Chamamos de novas "ONGs" porque muitos destes grupos, na medida em que conseguem dar continuidade e ampliar seu trabalho, tendem a se institucionalizar. Esta institucionalização, independente do nome "associação", "centro comunitário", "grupo cultural" etc., se enquadra juridicamente como "entidades sem fins lucrativos", quer dizer, o mesmo "status" das ONGs.

Esta institucionalização é quase sempre uma opção bastante pragmática, para ter um reconhecimento oficial e, com isso, ter acesso a recursos públicos ou privados e da própria cooperação.

Em alguns casos, há discussões que antecedem à decisão de optar pela institucionalização. Isso permite:

- Clarear que institucionalização não é sinônimo de burocratização;
- Pensar na importância que a institucionalização tem no fortalecimento da sociedade civil;
- Parar para analisar se esta é a melhor maneira para tornar o trabalho mais visível e reconhecido na comunidade e junto a órgãos públicos, quais outras vantagens e desvantagens isso pode trazer para o trabalho local e quando das lutas reivindicatórias.

Quando falamos em "novidade" e em "desafios" desta nova geração de ONGs, não estamos falando de todas as organizações reconhecidas como "instituições sem fins lucrativos".

Na "onda" que nos últimos anos se espalhou pelo Brasil e que deu maior visibilidade às ONGs, surgiram muitas organizações que pouco têm a ver com a trajetória histórica de apoio e fortalecimento do movimento popular e com a construção de formas alternativas de desenvolvimento que caracterizou as ONGs, mas, que, mesmo assim, fazem questão de aparecer usando este nome.

Neste meio, há uma grande variedade de motivações, para alguns o principal é solucionar seus problemas financeiros; quando surgem novas fontes de financiamento, criam logo a instituição "adequada". Neste caso não há trabalho de grupo ou grandes ideais, a preocupação principal é dar conta dos requisitos exigidos pelo órgão financiador.

Em outros casos, o que se privilegia são interesses de um ou outro político e os canais de acesso a financiamentos que a posição tem mais facilidade de proporcionar.

Além destes interesses, podem haver outros parecidos. No entanto, o que nos interessa destacar aqui é que quando falamos de uma nova onda de ONGs nos referimos tão somente àquelas organizações e grupos, institucionalizados ou não, que surgem no meio popular e que em sua prática deixam claro o propósito de trabalhar para uma mudança social construída coletivamente e democraticamente.

Ponto de Partida

O que marca o início, o ponto de partida destas organizações não é sempre fácil de identificar e, normalmente, há um conjunto de fatores que influenciam os primeiros passos.

É preciso considerar que as necessidades básicas não atendidas são muitas e formam um pano de fundo favorável para o surgimento e o crescimento de iniciativas de contestação e defesa.

Abrimos aqui um parêntese apontando algumas das necessidades para as quais os grupos tentam encontrar resposta:

Frente à falta de perspectivas para o presente e o futuro de jovens e adolescentes mais empobrecidos, criam-se iniciativas de:

- Reforço escolar, bibliotecas, atividades culturais (capoeira, música, dança, circo, atividades esportivas);
- Profissionalização para quem não tem acesso aos cursos oficiais e/ou pagos, de profissionalização;
- Cursinhos acessíveis de preparação para o vestibular.

Frente à necessidade de alcançar mais autonomia financeira e de reforçar a renda (e a dieta) familiar, criam-se, sobretudo por parte de mulheres e jovens, alternativas do tipo: hortas e roças comunitárias, criação comunitária, diferentes formas de artesanato (barro, couro, bordado ...).

Como suporte às famílias e para garantir uma etapa do processo educativo, são criadas creches comunitárias, recreação alternativa para crianças, etc.

ESTAS EXPERIÊNCIAS PROVAM A PARTE DA VERDADE CONTIDA NO DITADO "NÃO SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM". COM SEU TRABALHO ESTAS ORGANIZAÇÕES ACABAM REACENDENDO ESPERANÇAS, RETOMANDO TRADIÇÕES CULTURAIS, REALIMENTANDO O ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE QUE SEMPRE FOI UM VALOR "ESPONTÂNEO" EM COMUNIDADES POBRES

Frente à falta de atendimento sanitário e de uma política de prevenção, são várias as ações voltadas para:

- Conscientização e informação para prevenção de doenças;
- Hortas medicinais;
- Lutas reivindicatórias;
- Produção de subsídios acessíveis: vídeo, cartilha, programas de rádio....

Nos limitamos a estes poucos exemplos, mas a lista de necessidades que estes grupos procuram atender poderia continuar.

Este pano de fundo, porém, não é novo e, por si só, não explica o fervilhar de iniciativas de que estamos falando. Há outras mudanças que, nos últimos anos, alteraram o quadro social de nosso país, que não pretendemos aprofundar neste texto, mas que também não podem ser esquecidas. Trata-se de mudanças que podem não ter relação imediata com o fenômeno que queremos analisar, mas, com certeza, permitem uma compreensão de seu contexto.

Apontamos algumas destas mudanças que nos parece terem contribuído na criação de um clima favorável ao surgimento destas novas formas de organização social de que estamos falando.

O Brasil está vivendo um período, de quase duas décadas seguidas, de governos democráticos. Ainda não é o ideal de democracia que sonhamos, mas precisamos reconhecer que é o que de melhor tivemos em nossa história.

A mídia chega hoje, com seus diferentes canais, à grande massa da população mostrando outras realidades e evidenciando, intencionalmente ou não, as contradições de nossa sociedade.

As grandes mobilizações e lutas dos últimos 20 anos (greves, "Diretas já", Constituição, ***Impeachment***, cassações de mandatos parlamentares por corrupção e/ou crimes comuns, grito dos oprimidos, Código de Defesa do Consumidor e dezenas de outras lutas) estão ajudando na criação de uma nova cultura em relação aos direitos, à cidadania e à ética e na ampliação de espaços de participação nas escolas, nos conselhos previstos na Constituição, nos processos de orçamento participativo.

A partir disso (necessidades e mudanças como referência), acrescentamos outros fatores que têm influência na decisão de criar um grupo e que marcam sua especificidade e qualidade:

• Estas pessoas que tomam a iniciativa são da própria comunidade, portanto sofrem as mesmas dificuldades; às vezes são pessoas de outra comunidade ou até de outra classe social, mas que, pelos mais diferentes motivos - convivência e relações pessoais, entre outros -, acabam "adotados" pela comunidade com a qual se sentem comprometidos;

• Às vezes, o "grilo" de começar a fazer algo nasce de um encontro, de uma pregação religiosa, da participação em um curso, de uma palestra na escola ou na igreja, do contato com outra experiência, do impacto de um evento, etc.;

• Em mais de um caso, ouvimos a história do beija-flor (de Betinho) que carrega sua gota d'água para apagar o incêndio apontada como referência;

• Em outros casos, são lideranças naturais que, no dia-a-dia, são procuradas pelos vizinhos em seus momentos difíceis e que, em algum momento, se dão conta que sozinhos não têm como atender a todos ou a tudo;

• Há outros casos onde a iniciativa parte de pessoas que tiveram algum tipo de militância sindical ou nas associações de moradores ou em alguma ONG e que, pelos mais diferentes motivos, (ingerência do narcotráfico na associação, aposentadoria, cansaço de embates entre tendências políticas) se afastaram da antiga militância, mas, "por vício", decidem continuar em outra;

• Às vezes são jovens, mulheres, que se juntam só para realizar uma festa, um evento esportivo e, percebendo o resultado, se convencem que é possível fazer alguma coisa e decidem continuar;

• Encontram-se pessoas também que já participam e continuam participando de sindicatos, de igrejas ou de associações, mas sentem que estas organizações não podem dar conta de tudo e que para alcançar seu objetivo é necessário outro tipo de organização.

Qualidade do trabalho desenvolvido

Em princípio, o que há de sobra em todos que se envolvem com algum tipo de luta e de organização é a boa vontade.

Quanto à qualidade do trabalho, depende da etapa que o grupo está vivendo, da sua capacidade de procurar apoios (de outros grupos ou de assessorias), do tipo de liderança, da qualidade e quantidade de oportunidades que aparecem, de fatos que acontecem, de eventuais sucessos e fracassos e de outras variáveis.

Sem cair em generalizações, e apesar das diferenças entre um grupo e outro, a experiência de vários anos nos levou a algumas convicções:

• Fazendo a relação entre o investimento e os resultados, em muitos casos, há uma desproporção a favor dos resultados (afirmando isso surge uma dúvida: será que estamos vendo resultados que às vezes parecem milagres porque nossa presunção nos faz cegos ou incapazes de dar o devido valor ao potencial e ao investimento de tantas pessoas "humildes"?);

• A qualidade de um grupo e de um trabalho não pode ser avaliada a partir de um modelo pré-fabricado. Tendo como referência valores básicos, democracia, honestidade, solidariedade, o que nos permite dimensionar a qualidade e o impacto da ação é o contexto geral e as condições que marcam o contexto local. Se mantemos isso como referência, temos que concluir que os resultados, na maioria dos casos, é relevante porque soluciona problemas, faz crescer a participação e faz aumentar o número de pessoas que ganham coragem para lutar;

• A continuidade destes grupos não é algo dado, há grupos que começam mas não sobrevivem muito

tempo. Para isso é, muitas vezes, determinante o próprio potencial das pessoas envolvidas e seu dinamismo, a aceitação e o apoio da comunidade. O que queremos afirmar com isso é que estes grupos se sustentam muito mais no próprio valor das pessoas que em sua estrutura e nos meios de que dispõem, em geral bastante precários;

• Esta é uma constatação que colocamos para valorizar o esforço de muitas pessoas e não por considerar como fator positivo a falta de estrutura e equipamentos.

A contribuição desta nova geração de ONGs

Nossa opinião é que estamos frente a uma nova realidade que se apresenta como importante na construção e no exercício da cidadania de novos setores populares e que nos leva a questionar a prática e a lógica que faz dos setores populares, sobretudo os mais empobrecidos, o público beneficiário da ação social, desconsiderando a capacidade dos mesmos de se tornarem atores de sua própria promoção.

Depois dessa afirmação, colocada quase como premissa, queremos destacar algumas das contribuições que consideramos mais significativas para a realidade atual.

Constata-se hoje uma tendência bastante generalizada: a verticalização de diferentes movimentos sociais e um certo descuido com o trabalho que atinge diretamente as bases. Isso pode se aplicar a muitos sindicatos, mesmo quando ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT); aos partidos, mesmo os progressistas; aos movimentos em geral, salvo raras exceções; e às próprias ONGs, muitas das quais avançaram em sua prática de articulação e pressão delegando para outros o trabalho de base.

Esta tendência e o vazio que deixa são amenizados em parte por estas novas organizações que em sua maioria nascem e agem nas comunidades, adotam ainda uma linguagem acessível, implementam propostas que respondem às necessidades imediatas, têm mais facilidade de ser reconhecidas e até apoiadas não só por quem participa diretamente das atividades, mas pelo conjunto da comunidade onde atuam.

São estas organizações que aparecem como capazes de identificar e valorizar:

- As lideranças naturais;
- As diferentes formas de organização já existentes (grupos culturais, religiosos, esportivos) que nem sempre mereceram a devida atenção por não serem consideradas progressistas ou ideologicamente corretas;
- Os vários saberes presentes na comunidade encontrando novas formas para torná-los visíveis e úteis à comunidade.

Mesmo não sendo representativas, estas organizações tornam-se, na prática, uma referência e porta-vozes da comunidade por terem alcançado ou preservado sua forte identificação com a mesma.

Sua sustentação não depende somente de apoios externos; muita criatividade é usada para garantir a sobrevivência da organização. A comunidade, na medida que se responsabiliza, em parte pelo menos, com a sustentação, acaba se sentindo mais à vontade para participar da organização ou de suas atividades.

Sem conseguir mudar os problemas do grupo ou da comunidade, estas experiências provam a parte da verdade contida no ditado "não só de pão vive o homem". Com seu trabalho estas organizações acabam reacendendo esperanças, retomando tradições culturais, realimentando o espírito de solidariedade que sempre foi um valor "espontâneo" em comunidades pobres, mas que hoje está cada vez mais ameaçado pela lógica do individualismo que marca a cultura transmitida de variadas maneiras pelos meios de comunicação, educação escolar equivocada e de mil outras formas.

Se quando falamos em democracia participativa pensamos na participação de todos, concluiríamos esta parte colocando como pergunta que projeta algo além do voto: se não fossem organizações deste tipo, quais os espaços de participação que estariam ao alcance da enorme quantidade de pessoas e comunidades atingidas por esta forma de atuação?

As fragilidades

Sem diminuir em nada tudo que foi dito em relação à importância e à contribuição destas organizações de base, queremos apontar também algumas fragilidades, às vezes graves, que são parte desta realidade.

Neste caso também há o perigo de generalização. Na realidade cada grupo, cada iniciativa, cada contexto têm suas especificidades que permitem relativizar o que é dito para o conjunto, seja quando se fala de resultados e potencialidades, seja quando se apontam limites e defeitos.

As motivações que inspiram a criação e ação destes grupos, o fato que muito do trabalho realizado seja voluntário, a formação das pessoas, tudo isso faz com que "a boa vontade", as "boas intenções" deixem em segundo plano a necessidade de qualificar sua ação. Acrescenta-se a isso a dificuldade de ter acesso aos espaços de formação (cursos, assessorias), na maioria dos casos reservados a lideranças reconhecidas ou para quem pode custear as despesas.

O pragmatismo marca muitas decisões e ações. São poucos que conseguem pensar e escrever sobre sua prática, são as necessidades imediatas (do grupo ou da comunidade) que "decidem", muitas vezes, o que fazer levando a acertar em um detalhe e não no problema real de uma comunidade.

TALVEZ A LEITURA DESTAS NOVAS REALIDADES PRESENTES EM NOSSA SOCIEDADE E UMA AVALIAÇÃO SOBRE SEU PAPEL POLÍTICO EXIJAM DE NÓS UM CERTO DESPOJAMENTO E UM EXERCÍCIO DE AUTOCRÍTICA QUANTO À NOSSA FORMA DE PENSAR A POLÍTICA

AFIRMAMOS QUE ESTAS ORGANIZAÇÕES APONTAM "NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA", ... QUE EXPRESSAM ALTERNATIVAS DE PARTICIPAÇÃO, NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS E DIFERENTES MANEIRAS DE PROJETAR SUAS NECESSIDADES NA POLÍTICA

A prática atualmente predominante entre os financiadores, de apoiar projeto específicos com prazos definidos, torna difícil pensar um trabalho sistemático. Só alcançam manter um trabalho permanente os grupos que têm forte presença de voluntários e que mais avançaram na captação de recursos locais.

Uma certa "ingenuidade" política, que se junta à falta permanente de recursos, nem sempre permite uma postura crítica e uma reação mais consciente às possíveis manobras de cooptação e às tentativas de manipulação que acompanham e condicionam, muitas vezes, uma doação, seja ela oriunda de políticos, de empresários ou de outra instituição.

O perigo do isolamento ronda também vários grupos, pelos mais diferentes motivos: acanhamento, desvalorização do que se está realizando, situação geográfica, lideranças centralizadoras. As conseqüências disso, além do isolamento, são: a falta de uma maior visibilidade, a perda de poder de pressão junto a órgãos públicos e uma maior dificuldade em superar os impasses.

Por se tratar, em muitos casos, de organizações novas, às vezes sem sede própria, outras vezes sem registro e sem conta bancária, sem impressos de nenhum tipo, a imagem que passa é de fragilidade institucional de forma que para os eventuais doadores parece arriscado investir dinheiro ou tempo.

Considerações finais

Este artigo não tem a pretensão de apresentar uma análise completa sobre estas novas formas de organização popular, mas quer chamar a atenção sobre as mesmas, na esperança de que os estudos e as análises que são feitos sobre a organização social dos setores populares considerem estes novos grupos, mesmo quando desarticulados e politicamente não enquadrados, ajudando com isso a clarear esta realidade e apontar caminhos para torná-la melhor.

Com certeza estes grupos e suas ações não encarnam o ideal de organização popular presente no imaginário dos educadores populares e dos militantes históricos, mas não deixam de servir como alerta para que não seja esquecida uma etapa fundamental no processo de organização social - motivação/conscientização/organização de base -, que precisa ser constantemente percorrida para que novos setores e novas gerações encontrem modalidades próprias de organização e de participação nas lutas sociais, mantendo movimentos fortes e renovando quadros e lideranças.

Talvez a leitura destas novas realidades presentes em nossa sociedade e uma avaliação sobre seu papel político exijam de nós um certo despojamento e um exercício de autocrítica quanto a nossa forma de pensar a política. Mesmo tendo superado posturas dogmáticas, mantemos da política uma visão estreita e muito voltada ao poder do Estado.

Tal como J. Osório Vargas, afirmamos que estas organizações apontam "novas formas de fazer política", que não se desenvolvem só em uma dinâmica de tomada de poder político, mas que expressam alternativas de participação, novas relações sociais e diferentes maneiras de projetar suas necessidades na política.

As carências e limites, desarticulação, pouca elaboração teórica e política, práticas imediatistas, etc., devem ser apontadas e analisadas, com o cuidado, porém, de não esquecer que sua superação não é responsabilidade só dos grupos que criam e dirigem estas organizações, mas de todos, pessoas e instituições, que apostam no novo que está nascendo e crescendo.

Movimentos amplos e consolidados, sindicatos, ONGs tradicionais, militantes políticos e educadores populares têm sua parte de responsabilidade, e deles se espera um pouco mais de atenção para este fenômeno social, mesmo quando foge dos esquemas ideológicos e classistas que marcaram o trabalho popular das últimas décadas.

Desafios e Perspectivas dos Movimentos Populares - Uma análise a partir do Fundo de Pequenos Projetos

*Isaias Bezerra de Araújo**

* Coordenador do Fundo de Apoio a Miniprojetos – FAM/CERIS

O Ceris – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – possui um fundo de apoio às iniciativas que contribuem para o fortalecimento de grupos comunitários na perspectiva de se constituírem enquanto sujeitos sociais. Com esse fundo o Ceris atende grupos informais, sindicatos, associações e pequenas Ongs subsidiárias em todo o Brasil com ajudas que não ultrapassam a US$ 5 mil.

Na história do FAM (Fundo de Apoio a Miniprojetos), as solicitações para geração de renda e ampliação da capacidade de intervenção social dos grupos de base representam em torno de 50% do conjunto de solicitações. Para compreensão desse fenômeno é indispensável trazer à discussão a ausência de políticas sociais, o aumento do desemprego/subemprego e as conseqüências dessas duas variáveis para a vida de milhões de brasileiros que vivem com menos de U$ 2 diários.

De 1979 a 1999, foram 2.556 iniciativas aprovadas que viabilizaram a formação de lideranças de movimentos sociais, sindicais e pastorais, a qualificação profissional de jovens, adolescentes, mulheres prostituídas, através de encontros, cursos, seminários; bem como viabilizaram mobilizações, iniciativas de ***lobbies*** e equipamentos comunitários (rádios comunitárias, equipamentos de som, barcos, carroças, hortas, cozinhas etc.), contribuindo para a melhoria das condições sócio-econômicas de milhares de famílias da zona rural e urbana do Brasil.

De janeiro de 2000 até junho de 2001, foram cerca de 350 iniciativas apoiadas, que indicam um ressurgimento de grupos informais ligados às questões culturais, artísticas, sociais e econômicas: grupo de pais desempregados, núcleos de pré-vestibulares para negros e carentes, presidiários, bandas infanto-juvenis, pescadores, pastorais, articulações e fóruns.

Um dos aspectos observados nos apoios destes dois últimos anos é o declínio da linha institucionalizante observada na década de 90. Tomados pela necessidade de demonstrar sua intervenção através de competência técnica, planejamento estratégico e a superação do conhecimento operacional e empírico[1], a institucionalização apresentou-se, na ocasião, como caminho mais adequado para a estruturação e ampliação do poder dos movimentos e organizações populares.

Os movimentos passaram a elaborar projetos e relatórios na perspectiva de obtenção de recursos públicos e privados, nacionais e internacionais. Os sindicatos urbanos, grupos populares e pastorais institucionalizados passaram a receber recursos para a formação e para requalificação profissional. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais passaram a mediar subsídios e avalizar empréstimos subsidiados pelo Governo Federal. O BNDES abriu linhas de apoio para os trabalhos sociais. Os bancos descobriram o microcrédito como um excelente produto com alto grau de retorno.

Entretanto, esta linha de estruturação e organização[2] gerou um dos maiores desafios enfrentados pelo movimento popular nos últimos anos. Como superar a fragmentação, o isolamento e a busca insana de recursos para garantir a sobrevivência institucional numa sociedade cada vez mais complexa e veloz? Esse desafio deve ser entendido como adicional ao desafio original dos Movimentos Populares, e, a meu entender, passa pela desprivatização do Estado brasileiro.

Na perspectiva dos movimentos populares e consolidação das conquistas obtidas no processo constituinte de 1988, a década de 1990 foi perdida. Houve um arrefecimento dos movimentos populares. A participação popular, prevista na Constituição Federal, foi sendo regulamentada

---

[1] Conhecimento operacional e empírico neste artigo está sendo entendido como aquele próprio da fase oral, onde a sabedoria era transmitida sem a mediação da escrita e tinha o enfoque na busca de respostas às contingências da vida.

[2] Linha baseada no conhecimento técnico-científico que aqui está sendo entendido como inerente à cosmovisão moderna, fragmentada, tendo na sua base a metodologia da classificação de dados que, numa sociedade veloz e multifacetária, se constitui numa odisséia.

(Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS), atribuindo às ONGs o papel de representação social e desqualificando os movimentos sociais para essa tarefa essencialmente política. Os conselhos paritários foram formados, os fundos públicos instituídos, os conselheiros nomeados. Em dez anos, não presenciamos os reordenamentos institucional e pedagógico previstos para a área da infância, nem a melhoria dos serviços de saúde pública, tampouco a implantação de políticas públicas para suplantar as políticas setoriais e paliativas.

Diante de uma cultura acostumada a oficializar, dividir, fragmentar e cooptar lideranças como estratégia de controle[3], os grupos populares reencontram-se com o poder criativo das artes e das relações informais, antecipando o futuro, ou melhor, trilhando alternativas que liquidam a compreensão de que um planejamento técnico, composto por sucessões de fatos, seja capaz de provocar mudanças numa sociedade onde as coisas são simultâneas e instantâneas. Os eventos culturais, os shows, as feiras (atividades que são essencialmente estéticas) aglutinam forças, viabilizam a participação, resgatam a alegria e o entusiasmo dos militantes e, por fim, permitem que o grupo caminhe na direção de suas metas, mesmo em meio às situações mais perturbadoras.

Talvez a simultaneidade da sociedade moderna tenha demonstrado a pouca efetividade dos planos tecnicamente perfeitos e venha resgatando a pertinência da sabedoria e participação popular construídas na difícil arte de sobreviver. Sobrevivendo apesar do aparato coercitivo que não tem outra função senão a manutenção de privilégios.

---

[3] O melhor exemplo desta prática podemos observar na proposta governamental para o problema da elitização das universidades públicas em resposta ao movimento dos Pré-vestibulares de Negros e Carentes. Os jornais de 27/08/2001 trazem nas suas manchetes a informação de que o Governo Federal está negociando com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um financiamento para CRIAR cursos pré-vestibulares que possam preparar melhor os negros para o acesso às universidades. Essa iniciativa governamental cumpre um duplo papel: esvaziar o movimento dos Pré-vestibulares de Negros e Carentes, que se espalha pelo Brasil, transformando-o em idéia e programa de governo, bem como atribuir a responsabilidade para o indivíduo negro por não estar apto para a universidade.

A análise dos relatórios que nos chegam revelam a diversidade de grupos populares que permanecem apostando na participação popular para continuar sobrevivendo com dignidade numa situação adversa. São eles:

- Ribeirinhos, seringueiros e índios se organizam para pescar, plantar, colher, comercializar sua produção, garantir escola para seus filhos, preservar sua cultura, seus rios e lagos;
- Trabalhadores rurais no Nordeste se organizam para conviver com a seca e impedir que a mesma seja utilizada para mantê-los numa situação de submissão;
- Trabalhadores rurais sem terra continuam na luta por um pequeno pedaço de chão para nela viver e dela retirar seu sustento;
- Mães viúvas de maridos vivos, vendo seus maridos obrigados a migrarem em busca de trabalho, constróem alternativas para sustentação de seus filhos e multiplicam os núcleos de produção por onde quer que passem;
- Bandas musicais, grupos de teatro popular, grupos de pré-vestibular comunitário, grupos de minorias, grupos de desempregados e catadores de lixo vão ressurgindo e retomando o papel de organização e mobilização das bases no meio urbano.

De comum, observamos a existência de uma situação local entendida como problema a ser resolvido de forma coletiva. Este entendimento aglutina forças e se traduz em mobilização ao redor da possibilidade de sua superação.

Como elemento diferenciador, observamos dois tipos de grupos. Um privilegia dinâmicas internas na perspectiva de seu fortalecimento e o outro privilegia processos de intervenção social. Um, já estruturado e outro, incipiente. Um já possui uma cultura ou suporte coletivo para encaminhamento de seus problemas e o outro vai trabalhar coletivamente seus problemas pela primeira vez.

Diante da análise das centenas de iniciativas ficamos com a certeza da dinamicidade dos movimentos e grupos populares que continuam desafiando as entidades de assessoria e apoio, comprometidas com a construção de novas relações sociais, para rever seu alinhamento, a discussão de conteúdos politicamente corretos e redirecionar sua ação para o fortalecimento das novas maneiras de se fazer política. No mínimo, pensar na possibilidade do conteúdo de políticas públicas e dos programas sociais como algo inerente ao fazer dos movimentos populares. Neste caso, o modo de organização popular não se constituiria numa mensagem que, por si só, já não seria revolucionária? Esta mensagem já não aponta para a impossibilidade institucional de se construir alternativas para o atual sistema?

Por que pequenos projetos?

Luis Stephanou *

* Assessor da Fundação Luterana de Diaconia

Neste artigo vamos tentar responder a pergunta que lhe dá título. Não é uma resposta fácil, pois há muitas variáveis e, em termos mais amplos, vive-se num tempo de transição – onde é mais difícil percebermos o que é momentâneo e o que é duradouro nos processos políticos e econômicos.

A sociedade brasileira vive uma curiosa experiência: nos últimos 25 ou 30 anos consegue combinar importantes mudanças políticas com a manutenção de indicadores econômicos de absoluta desigualdade social.

O Brasil, campeão mundial no ranking da desigualdade social, continua produzindo exclusão no campo e nas cidades. Há milhões de brasileiros que se encontram completamente alijados das mínimas condições de manterem uma vida digna. Segundo os critérios de desenvolvimento humano adotados por Nações Unidas nada menos do que 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza absoluta. É um equívoco pensar que são resultado somente da incompetência, da corrupção ou da má gestão dos recursos sociais. São vítimas de mecanismos pensados para funcionarem produzindo, ao mesmo tempo, concentração de riqueza e distribuição de pobreza.

Quando olhamos os dados sobre distribuição de renda fica fácil perceber por que o Brasil é internacionalmente conhecido como um lugar de desigualdade social e concentração de renda.

Apenas 1% da população (os mais ricos) detém mais recursos econômicos que metade da população do país, os 50% mais pobres. Isolando os 20% mais pobres percebe-se que se apropriam de um volume de renda praticamente sete vezes menor do que aqueles 1%. Isso significa que mais ou menos um milhão e seiscentos mil brasileiros vivem, com um padrão de vida de primeiro mundo, ao lado de mais ou menos trinta e dois milhões de miseráveis cuja principal preocupação diária é a sobrevivência.

O mais espantoso é que esta desigualdade praticamente não mudou neste período de tempo. Ao contrário, se mantém numa inaceitável estabilidade que demonstra com exatidão como a sociedade brasileira está plenamente organizada para funcionar a partir da reprodução da injustiça social.

Os mecanismos pensados para produzirem concentração de renda geram esta desigualdade social que, paradoxalmente, estrutura ao invés de desestruturar a sociedade brasileira.

Contudo, se não há mudanças estruturais no campo econômico ou social, nas relações entre Estado e Sociedade se percebem importantes transformações neste período.

Até início dos anos 80 a questão social era um caso de polícia. Vivia-se no contexto de final da ditadura militar e os incipientes movimentos sociais recebiam como resposta à suas demandas a repressão policial. A dinâmica dos grupos que emergiam no cenário era de resistência ao regime vigente e esboço de demandas ou propostas para a agenda política que pudesse sustentá-los no cenário da época.

Tabela 01. Brasil, evolução da desigualdade de renda (1978-1998).

ANO	Porcentagem da renda apropriada pelas pessoas					
	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	1% mais ricos
1978	2,1	7,6	12,0	64,1	47,7	13,6
1988	2,1	7,3	11,3	66,0	49,8	14,4
1998	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A partir de meados dos anos 80, com a abertura política e a construção de uma democracia política formal no país, o protesto social cresceu consideravelmente. Com efeito, os anos 80 caracterizaram-se como um período de surgimento de importantes organizações sociais, lutas por melhores condições de vida no campo e nas cidades, inúmeras greves por melhores salários e o aprofundamento da democracia política por meio de eleições diretas. A dinâmica dos grupos era de reivindicação e organização do povo para lutar por seus direitos.

Nos anos 90 houve uma forte mudança nesta dinâmica. Os movimentos sociais, com exceção do MST, sofreram um processo de esvaziamento, perdendo a capacidade de articulação política e enfrentamento através do protesto social nas ruas. Diversos fatores colaboraram para isto: diminuição de peso político do movimento sindical, aumento de desemprego e violência urbana (inibe-se as possibilidades de mobilização), perda de importância da teologia da libertação e diminuição do papel das igrejas progressistas, a crescente institucionalização dos partidos de esquerda (sobretudo o PT), a ascensão no Brasil das políticas econômicas neoliberais e a crescente inoperância do Estado para as questões sociais vão constituindo um quadro cuja trama é bastante complexa e foge de nossas possibilidades de análise neste texto.

Importa ressaltar que neste processo surgiram ou ocuparam espaços novos atores sociais. Grupos e movimentos que existindo desde o começo dos anos 80 (como o movimento ambientalista, por exemplo) ou constituídos neste período (como os grupos em torno da questão da AIDS, por exemplo) assumem determinado protagonismo social e político.

As Organizações Não Governamentais passam a ocupar um espaço que antes era terreno de ação ou do movimento sindical (repensar a questão do trabalho e da educação de trabalhadores) ou das organizações de caridade (promover ações de apoio social). Em algumas ocasiões ou temas (Campanha contra a Fome, por exemplo), vão formulando políticas mais amplas e assumindo brechas que os partidos de esquerda deixaram de ocupar.

Há temas, tais como geração de renda e emprego, que somente na metade dos anos 90 entram fortemente na agenda dos movimentos e organizações sociais brasileiras.

Em síntese, nos anos 90 há uma fragmentação dos movimentos sociais, surgem novos atores e novas demandas e se torna bastante complexo o quadro de análise do que se poderia de forma convencional chamar de "realidade brasileira".

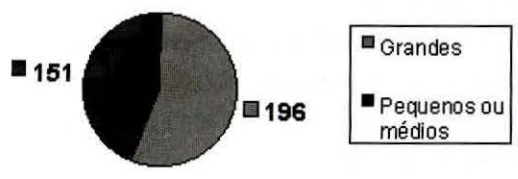
E o que os fundos de pequenos projetos tem a ver com isso? Aonde se inserem?

Os fundos de pequenos projetos são instrumentos de aporte financeiro (e, quando possível, também de formação) justamente para os grupos e movimentos sociais oriundos deste novo contexto político da sociedade brasileira. Os fundos constituem-se num interessante instrumento para colaborar no acercamento das novas demandas que estes grupos vêm tentando tornar visíveis.

A Fundação Luterana de Diaconia (FLD), sucessora do Serviço de Projetos e Desenvolvimento da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) vem desenvolvendo a experiência de apoiar grupos através de seu Fundo de Pequenos e Médios Projetos.[1]

Este apoio se insere dentro deste contexto já descrito. Vejamos alguns gráficos que ilustram este processo.

Gráfico 01. Projetos aprovados entre 1989 e junho de 2001

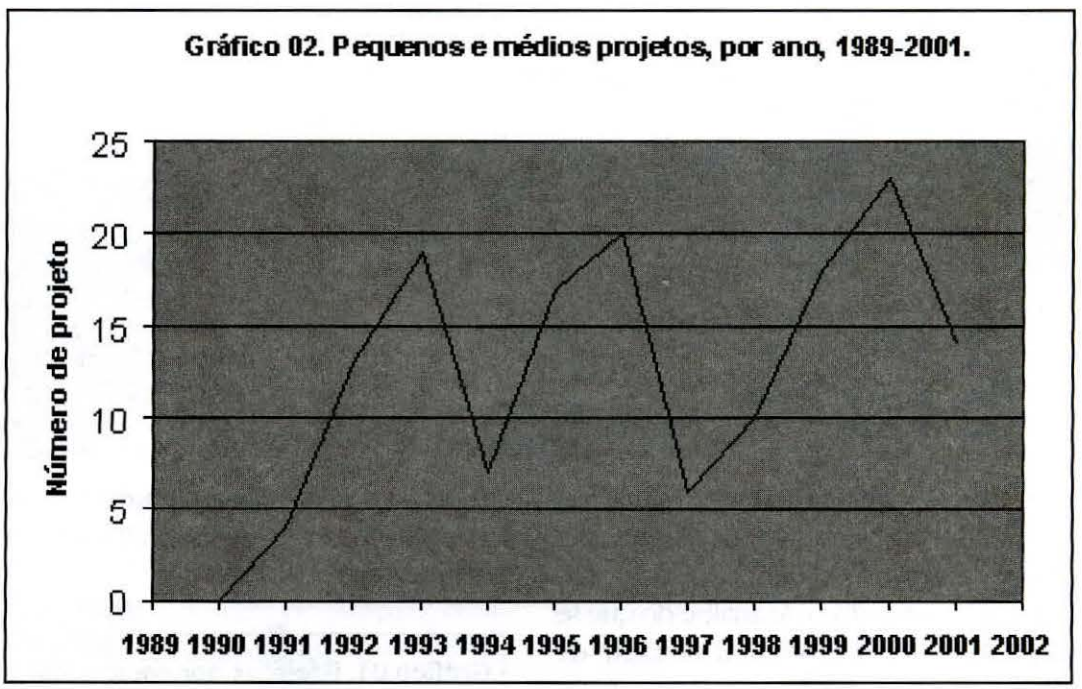


[1] Este Fundo de Pequenos e Médios Projetos, com apoio da antiga EZE (Evangelische Zentralstelle für Entwichlungshilfe) hoje inserida no EED (Evangelisches Entwichlungsdiensa) funciona desde 1993. Em termos atuais é considerado pequeno projeto aquele cujo valor não ultrapassa R$ 10.000,00 (dez mil reais) e médio todos os projetos cujo valor não ultrapasse R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Na "carteira de projetos aprovados" os grandes projetos[2] ainda são uma consistente maioria. A história do antigo Serviço de Projetos da IECLB apontava nesta direção, pois desde seu surgimento esteve vinculado no apoio a grandes projetos de desenvolvimento.[3]

Contudo se olharmos os pequenos e médios projetos a partir do ano em que foram aprovados veremos uma nítida curva de ascensão destes. somente os resultados tabulados dos projetos aprovados até junho. Há previsão de que em 2001 mais uma vez ocorra a rotina dos últimos três anos: aumento no número de pequenos e médios projetos com apoio da Fundação.

Quais são as áreas temáticas desenvolvidas pelos pequenos ou médios projetos que vem sendo apoiados ao longo deste período? Olhando o gráfico nota-se uma forte concentração nas



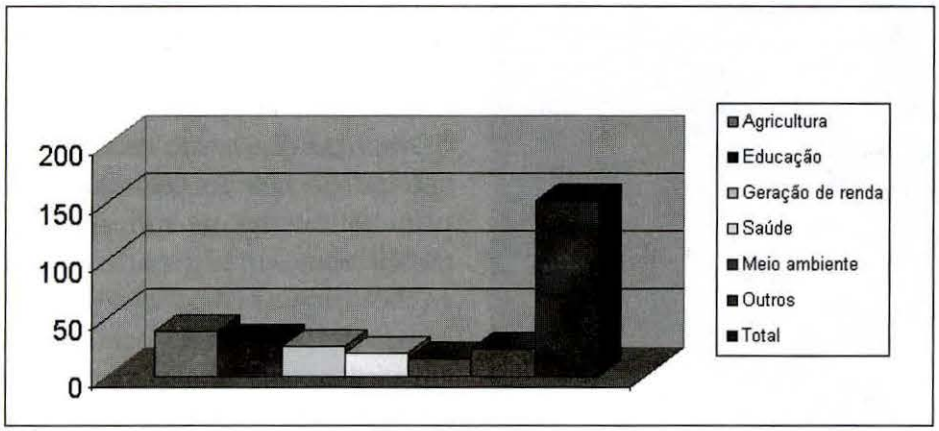
Entre 1989 e 1991 foi praticamente nula a aprovação de pequenos ou médios projetos no SPD. A partir de 1992, e mais concretamente da aprovação de novas diretrizes que instituíram o Fundo de Pequenos em Médios Projetos em 1993, estes começaram a entrar na pauta da Comissão de Projetos. Se cortarmos o gráfico em duas áreas veremos que o total de projetos aprovados até o final de 1995 (60 projetos em sete anos) é consideravelmente menor que os pequenos e médios projetos aprovados a partir de 1996 até o primeiro semestre de 2001 (91 projetos em cinco anos e meio). Além disso, a partir da forte queda de 1997-98 houve crescimento constante. A curva descendente de 2001 em realidade não pode ser lida como definitiva, pois assinala áreas prioritárias da FLD e o desenvolvimento de apoio a projetos cujos temas estão atualmente inseridos no centro da questão social.

---

[2] Acima de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em valores atuais.

[3] O Serviço de Projetos e Desenvolvimento (SPD) é constituído dentro da IECLB nos anos 60. Na sua trajetória vai passando de um serviço com características de apoio a projetos mais assistencialistas para um serviço de apoio a projetos mais críticos e vinculados a organizações da sociedade civil. Mais detalhes podem ser conferidos em Schmitt, Cláudia (1999): A trajetória do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB (1966-1998), pgs.04-39. Este texto está editado no Diagnóstico Participativo do SPD.

Gráfico 03. Pequenos e médios projetos, por tema, 1989 até junho de 2001.



A soma da cinco áreas de apoio consideradas prioritárias (agricultura, educação, geração de renda, saúde e meio ambiente) concentra mais de 80% dos pequenos e médios projetos apoiados ao longo dos últimos 10 anos. Para uma melhor leitura do quadro, há algumas questões a serem consideradas:

a. Em geral os projetos não estão associados somente a um tema. Esta é uma classificação formal. Na prática um projeto cadastrado como de agricultura, por exemplo, pode também estar relacionado com saúde (produção de ervas medicinais), com geração de renda (agroindústria, por exemplo) ou com meio ambiente (produção agroecológica);

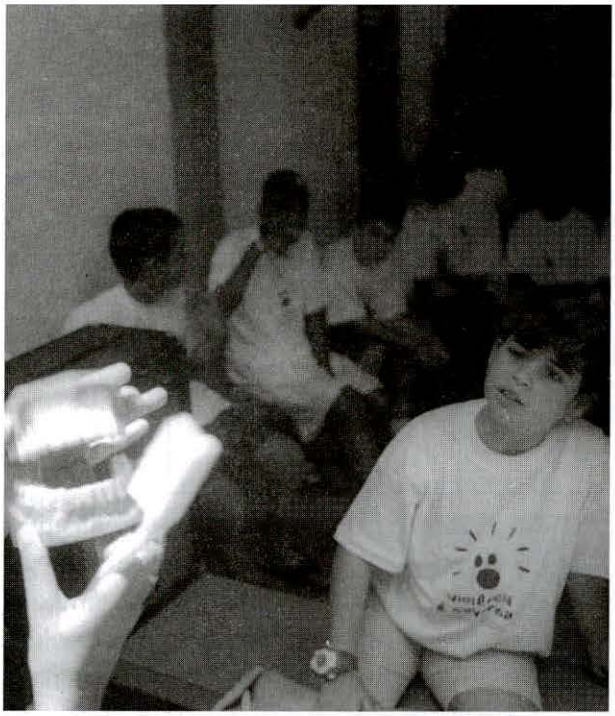
b. Alguns títulos de tema, por serem genéricos, são pouco claros sobre o que realmente está sendo apoiado nos projetos. Por agricultura deve entender-se o apoio à agricultura familiar, produção agroecológica ou assentamentos de reforma agrária. No tema educação estão cadastrados todos projetos referentes a organizações que trabalham com crianças e adolescentes. Saúde refere-se aos projetos de saúde comunitária, apoio ao combate a AIDS ou farmácias comunitárias caseiras. Os projetos de meio ambiente são àqueles que trabalham com proteção ou educação ambiental, bem como as experiências nos povos indígenas.

O que não pode ser lido diretamente na tabela, mas está relacionado com a importância dos pequenos e médios projetos na conjuntura nacional, são os temas que vem obtendo crescimento no número de apoios. Não é gratuito o significativo número de projetos em geração de renda e emprego (há vários cadastrados em agricultura que também são projetos com esta característica) e em apoio a grupos que trabalham com crianças e adolescentes. Este crescimento é reflexo do persistente quadro de desigualdade social que há no país, agravado pelo aumento do desemprego e da violência urbana.

Pelos temas também se pode fazer uma leitura política da conjuntura e da importância de pequenos projetos. As organizações sociais que trabalham nesta perspectiva vão ganhando cada vez mais visibilidade, embora isto muitas vezes seja mais uma conseqüência do processo de exclusão que resultado de estratégias de implantação de projetos.

Os projetos na área ambiental, por exemplo, estão cada vez mais assumindo a gestão do manejo de áreas de preservação ambiental (inclusive em áreas privadas), além do constante e tradicional trabalho de educação ambiental e a articulação política em torno de denúncias de destruição ou do não cumprimento de acordos de preservação da natureza.

Projetos vinculados à proteção de crianças e adolescentes, por sua vez, operaram grandes transformações em seus enfoques pedagógicos e políticos. O surgimento de uma moderna legislação em torno da infância e adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), colaborou na articulação de políticas alternativas que priorizam o reforço da auto-estima, a retomada de laços familiares e a integração de crianças e adolescentes com outras



esferas sociais. As políticas de institucionalização destas vítimas através de orfanatos, casas de correção, pupileiras etc... se tornaram obsoletas.

A busca de alternativas ao desemprego em sua maioria ainda se concentra no mercado informal ou em atividades clandestinas. Contudo nos últimos anos começam a surgir cooperativas de trabalho, grupos associados de produção ou pequenos empreendimentos sociais vinculados à geração de renda. Vão de forma organizada tratando de ocupar mais espaço como formas de resistência ao desemprego e exclusão social e também, o que é muito importante, buscando formas alternativas de se relacionarem enquanto produtores de mercadorias ou prestadores de serviço. É crescente a consciência entre os associados destes grupos que não basta gerar uma renda para si e suas famílias. Há novas relações sociais para serem construídas.

Os projetos de agricultura, sobretudo os de agricultura ecológica, vem instigando a formulação de uma nova relação com a terra. Nos últimos 10 ou 15 anos cresceu a consciência da necessidade (e da possibilidade) de mudança no modelo de produção agrícola baseado no latifúndio, monocultura, uso intenso de agrotóxicos e comercialização orientada para a exportação.

Em resumo, as organizações que desenvolvem pequenos projetos estão mudando suas formas de trabalho e relação com a população. De um caráter mais reivindicativo, orientado para responsabilizar o Estado pela implantação de políticas sociais, vem transformando-se em organizações propositivas e, principalmente, gestoras de demandas da população nos microespaços em que conseguem estabelecer seu raio de ação.

Estas questões, levantadas a partir das áreas temáticas apoiadas, evidentemente não têm força para operar mudanças macroestruturais. Contudo são fundamentais para o desenvolvimento dos direitos econômicos, sociais e ambientais na sociedade brasileira. Além disso, vão demonstrando na prática, ao menos em pequenas escalas, que há alternativas ao processo de exclusão.

A experiência da Fundação Luterana de Diaconia não é uma experiência isolada. No Brasil há diversas iniciativas de apoio a grupos através de projetos de pequeno ou médio porte.

Diversos municípios ou governos estaduais buscam a criação de bancos populares, para financiarem experiências coletivas ou individuais de geração de renda através de pequenos empreendimentos ou prestação de serviços. O governo federal também ensaia alguns passos nessa direção, sobretudo através do chamado microcrédito.

Também há iniciativas oficiais relacionadas ao campo da ação social. O governo federal desenvolve o programa comunidade solidária que funciona basicamente através de apoio para pequenos projetos. Conselhos locais ou regionais de cultura ou de proteção aos direitos de crianças e adolescentes também canalizam recursos para organizações sociais através de pequenos projetos.

Diversas Universidades, muita vezes em conjunto com outras instituições, vem articulando incubadoras de economia popular com o objetivo de construir conhecimento e experiência com alguns grupos que desenvolvem projetos neste entorno.

As empresas privadas não estão isentas deste processo. Há grupos empresarias, sobretudo através

da estratégia de criação de fundações (algumas vezes de forma direta), fomentando iniciativas no campo social através de projetos. Faz parte do passado a época em que simplesmente destinavam alguns recursos às tradicionais iniciativas assistencialistas.

As centrais sindicais, através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vêm disputando recursos entre si, com Prefeituras e com o sistema nacional de serviços (SESI, SENAC, SENAI). Uma importante parte destes recursos, que são consideráveis, tem como objetivo instaurar processos para aprendizagem de trabalhadores através de projetos em educação.

Cabe também destacar a articulação dos Fundos de Pequenos Projetos (FPP's). Trata-se de diversas organizações com larga experiência no apoio a pequenos ou médios projetos de grupos ou movimentos sociais.[4] Desde metade dos anos 90 esta articulação, em diálogo com agências de financiamento e outra parcerias, vem elaborando reflexões sobre diversos temas, dos quais nos últimos anos se destaca a importância dos fundos de pequenos projetos no contexto brasileiro.

É claro que todas estas iniciativas são desiguais e se movem em contradições. Trata-se de visões de mundo diferentes, volumes de recursos desiguais e objetivos políticos que não se movem na mesma direção. Há uma grande heterogeneidade.

Torna-se difícil verificar impactos a partir de pequenos projetos sociais. Em grande medida, estes têm um alcance limitado, mas também importante: conseguem minorar o sofrimento e auxiliar na sobrevivência de uma parte significativa da população aonde se desenvolvem.

Também seria possível pensar em duas positivas conseqüências que nesta escala de projetos se consegue vislumbrar.

Pequenos projetos podem ser um interessante formato de apoio para a democratização na implantação de ações sociais. Por seu volume de recursos e pequena estrutura fixa são constantemente estimulados a se articularem em redes, parcerias ou associações. Como necessitam efetuar trocas (de recursos, conhecimento ou trabalho) necessitam ter uma estrutura aberta e flexível o suficiente para aceitarem compartilhar decisões.

Por fim, pequenos projetos podem desenvolver-se num ambiente com menores possibilidades de gerarem corrupção. Sabemos que esta questão não é somente um problema localizado nas esferas de Estado ou nos governos. Há casos de corrupção em organizações da sociedade civil e, em geral, se manifestam naquelas cuja estrutura de funcionamento e raio de ação já atingiu dimensões em que necessitou uma centralização administrativa muito forte e passou por um processo de burocratização.

Concluindo, restaria dizer que há o desafio de se promover pesquisas e elaborar instrumentos de avaliação do impacto dos pequenos projetos na realidade brasileira ou, ao menos, da região em que se desenvolvem. A maioria das avaliações, por seu custo ou viabilidade, é feita em grandes projetos ou organizações mais estruturadas. Porém, talvez de forma subjetiva, os protagonistas de pequenos projetos conseguem perceber a importância do trabalho que desenvolvem. Há total convicção por parte de qualquer educador popular, agente de saúde ou animador de trabalhos comunitários sobre o valor de seus esforços. Talvez seja uma tarefa para os pesquisadores e organizações de apoio aos fundos de projetos traduzir esta convicção em instrumentos de avaliação.

P.S: este texto terminou de ser escrito em 11 de setembro, um dia histórico para a humanidade. Os violentos atos terroristas ocorridos nos Estados Unidos foram de uma brutalidade sem precedentes e as respostas dos donos do poder não serão muito diferentes. Mais do que nunca é necessário reafirmar nossa crença na paz e nos esforços de construção de um mundo diferente. Mais do que nunca pequenos ou grandes projetos sociais devem ser luz que mostre um caminho diferente para todos seres humanos.

---

[4] Participam da articulação dos FPP's organizações como CESE, Cáritas, FASE, CERIS, Fundação Luterana de Diaconia, Instituto Marista de Solidariedade, ELO, ONG's responsáveis pelo Fundo de Mini Projetos da Região Sul e outras.

Co-gestão nas Lonas Culturais: entre movimento cultural e instrumento político

Marcia Ferran[1]

[1] Arquiteta e Mestre em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ, professora do Departamento de Artes no curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense.

Apresentação

Este artigo analisa a experiência das "Lonas Culturais - a cultura como instrumento de transformação social", projeto sociocultural em andamento[2] nos subúrbios cariocas através de co-gestão entre grupos artísticos locais e a Secretaria Municipal de Cultura.

Essa experiência expõe as potencialidades e os limites de associações entre a sociedade civil organizada e o poder público. De fato, a trajetória deste projeto - do anonimato dos subúrbios a "estandarte" da política cultural municipal - ilustra os mecanismos e motivações dos agentes sociais e políticos envolvidos, em constante dinâmica ao longo do tempo. Atravessando atualmente a terceira troca de gestão no poder público municipal, o projeto revela as indefinições e contradições de seu estatuto ambíguo, situado entre projeto cultural comunitário e competência de instituição pública.

Introdução

Temos presenciado no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 1980, uma fase de valorização da diversidade cultural do país, alçada ao paradoxal papel de bastião tanto da resistência à globalização, quanto de atributo "fetiche" para que o país firme sua posição na nova ordem mundial. É necessário enfatizar a evidência da conjunção de fatores de escalas nacional e internacional, que na onda do novo milênio globalizado e pretensamente "integrado", contribui para o relativo consenso que atores diversos vão assumir face ao papel da cultura como cimento de laços sociais ao mesmo tempo que motor de desenvolvimento econômico.

Atualmente diferentes níveis de governos, sociedade civil e organizações não-governamentais vêm desenvolvendo ações e traçando planos que tomam como premissa o valor intrínseco desta "miraculosa" e abrangente noção de cultura, estabelecendo alianças de novos tipos. No entanto, se a articulação entre Estado e capital privado nesta área, a das políticas culturais, já se coloca como histórica, uma frente original de organizações sociais vem surgindo, a partir dos anos 80, visando colocar em pauta a cidadania cultural e incluir as demandas de setores populares da sociedade.

Deslumbrados e desconfiados deste consenso e valorização daquilo que lhes é inalienável, diferentes grupos da sociedade vêm se organizando com o fim de se fazerem ouvir e representar nesta nova aposta que, embora revestida de um discurso democratizante por parte do poder público, reforça mais uma vez modos não participativos de gestão. Este é o caso do projeto que trataremos a seguir.

O Projeto Lonas Culturais da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

"Lonas Culturais- a cultura como instrumento de transformação social" é o nome de um projeto da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através do qual são construídos equipamentos culturais, com capacidade para um público de 400 pessoas, em estrutura metálica e lonas resinadas tencionadas e infra-estrutura de apoio, cuja coordenação de atividades se faz em parceria com ONGs culturais dos bairros em que se localizam.

A prioridade é garantida aos subúrbios cariocas, além da Zona Oeste, havendo previsões de extensão a outros bairros carentes de qualquer equipamento cultural. As lonas existentes, por ordem de criação, são as de Campo Grande, Bangu, Realengo, Vista Alegre, Anchieta e Guadalupe.

Anunciado inicialmente como experiência inovadora de democratização da cultura e de práticas participativas de decisões sobre o espaço periférico

---

[2] Este projeto foi objeto de pesquisa de mestrado entre 1999 e 2000 que resultou na dissertação apresentada ao PROURB/UFRJ, intitulada ***Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das Lonas Culturais.*** Incorporamos aqui mudanças ocorridas no primeiro semestre de 2001.

da cidade do Rio de Janeiro, recentes manobras políticas e rumos impostos à dinâmica destes equipamentos indicam que estas qualidades precisam ser compreendidas antes de tudo como potenciais a serem buscados e obtidos permanentemente mais do que garantidos ***a priori***. Vejamos então, nas palavras do documento elaborado pelo RioArte (Instituto Municipal de Arte e Cultura) a respeito do projeto "Lonas Culturais - a cultura como instrumento de transformação social", seus objetivos:

• Implantar uma rede regionalizada de espaços culturais de baixo custo e fácil execução em diversos bairros da cidade, reutilizando as lonas remanescentes da Rio-92[3].

• Atender à demanda por equipamentos urbanos de cultura nos bairros mais distantes da zona sul e da área central da cidade, horizontalizando e democratizando o acesso ao produto cultural. O morador da zona oeste, por exemplo, gastava aproximadamente uma hora se deslocando ao centro ou a zona sul, para consumir o produto cultural da cidade, hoje, as Lonas Culturais de Bangu e Campo Grande suprem esta demanda.

• Incentivar a produção dos artistas locais. (A partir das Lonas Culturais, vários artistas têm despontado para o mercado cultural formal da cidade).

• Viabilizar a formação de platéia através da Rede Pública Municipal de Ensino.

• Oferecer uma política cultural permanente a outras regiões da cidade, buscando, inclusive, que o desdobramento destas ações resulte em ganho social.

• Resgatar a participação efetiva das comunidades, atribuindo-lhes o necessário grau de responsabilidade através da co-gestão na produção e apropriação da coisa pública (equipamento urbano de cultura)[4].

O documento citado é acompanhado por uma síntese dos resultados obtidos com a implantação das duas primeiras Lonas, em Campo Grande e em Bangu, e ainda um quadro expressivo de custos/benefícios[5]. A presença deste quadro indica

[3] Evento internacional, que reuniu entidades e organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais em torno do tema do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, realizado no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecido como Eco-92.

[4] A extensa citação se faz necessária para explicitar o caráter ideológico presente na constituição do Projeto (em anexo) e em todo o discurso que vem apoiando a sua continuidade.

[5] Além do custo de R$405.000,00, para construção, o RioArte paga às ONGs uma verba mensal, que em 2000 passou de R$5.000,00 a R$15.000,00.

que, apesar das intenções sociais do projeto, ele só se fortalece a partir do momento em que o "ganho social" se traduz em ganhos quantificáveis.

Podemos distinguir três grandes períodos no processo de construção das Lonas Culturais. O primeiro período, de 1993 a 1995, inclui a fase inicial (1993, em Campo Grande), quando houve apenas a liberação e implantação das lonas - vindas da Eco-92 para Campo Grande, Bangu e Realengo - e o começo do repasse de verba mensal pela Secretaria Municipal de Cultura, a partir de meados de 1994. Nesse período também houve aumento de pedidos de lonas, concomitante ao funcionamento e apropriação dos espaços pelas comunidades e a reivindicação de mais infra-estrutura de apoio e serviços de urbanização. Este momento é marcado pela pressão mais organizada e pela "sensibilização" do RioArte tendo em vista um apoio financeiro permanente, o que resultou na criação do projeto oficial, em 1996, e na configuração de uma "rede" de lonas. Este apoio e visibilidade se deram apenas à medida que o público do conjunto das lonas alcançou 65 mil pessoas, ultrapassando o público da Rede Municipal de Teatros, localizados em áreas valorizadas da cidade. É neste instante que aquelas lonas, até então só conhecidas pelo público dos subúrbios cariocas, despertam a atenção política, começando oficialmente a se integrar à Rede Municipal de Teatros e passando a se chamar "Lonas Culturais".

Novas unidades começam a ser planejadas a fim de dar continuidade ao circuito já existente e, ao mesmo tempo, oferecendo nova tecnologia de construção e infra-estrutura de apoio, como camarins, salas de administração, banheiros e bar.

O segundo período cobre os anos de 1996 a 1998 e se inicia com a inclusão das Lonas Culturais na Rede Municipal de Teatros e a criação do projeto Lonas Culturais visando a formação de uma "rede" de lonas. Este período testemunha o início dos projetos de reforma das Lonas e projetos de reurbanização das praças onde se localizam, como em Bangu (articulada, neste caso, também com a construção de um viaduto) e em Realengo.

O ano de 1999 marcou o início da terceira e mais recente fase, com uma grande divulgação na imprensa e multiplicação de público, o que contribuiu para que as organizações conseguissem também o aumento da verba repassada. Através da Câmara de Vereadores, com a criação de uma emenda orçamentária, triplicou-se o valor anual, que era de sessenta mil reais por lona (o que representava cinco mil reais mensais) em 1999, passando a ser, desde janeiro de 2000, cento e oitenta mil reais. O aumento crescente do número de espetáculos e de espectadores foi determinante para ampliação do orçamento público anual destinado a cada lona e se expressa nas estimativas oficiais[6] que indicam um público de 125 mil pessoas nas cinco lonas entre janeiro e julho de 2000, representando 50% do total de público de toda a Rede Municipal de Teatros. Neste período foram inauguradas as Lonas Culturais de Vista Alegre, Anchieta e Guadalupe.

Uma inovação deste nova fase é a busca de parcerias com a iniciativa privada por parte dos dois agentes principais, as ONGs e a Secretaria Municipal de Cultura. Um momento decisivo na "visibilidade" do projeto se deu em abril de 1999 quando uma matéria na primeira página do "Caderno B" do "Jornal do Brasil" anunciava: "SUCESSO SAI DA LONA - Sempre lotadas, as Lonas Culturais se firmam como palco alternativo de lazer e de cursos nas Zonas Norte e Oeste"[7].

Semeando um processo: mobilização e união anteriores ao sucesso

O sucesso, no entanto, não foi repentino, trazendo consigo uma história de reivindicação, um trajeto onde a participação da comunidade unida aos agentes culturais locais organizados (posteriormente transformados em ONGs) foi decisiva para a

[6] Levantamento realizado pelo RioArte, levantamentos anteriores indicavam um crescimento de 23.371 em 1995 a 67.581 em 1997.

[7] Matéria publicada no caderno B do Jornal do Brasil, sexta-feira, 23 de abril de 1999.

conquista daquele espaço. Tão importante quanto o Projeto Lonas Culturais, enquanto expressão de uma decisão política do governo municipal, foi o projeto social que legitimou a sua existência, qual seja o de grupos de artistas que, desde 1989, vinham organizando ações em prol da construção de equipamentos culturais em áreas periféricas da cidade mobilizando comunidades locais e a mídia.

Cabe resgatar brevemente a história de três grupos atuantes em diferentes momentos da conquista das Lonas. São eles: União de Grupos e Artistas de Teatro da Zona Oeste (Ugatzo), Movimento de Integração Cultural (MIC) e Tô na Lona.

A primeira lona foi instalada em janeiro de 1993 em Campo Grande devido a preexistência do grupo Ugatzo, que já organizava espetáculos num teatro de arena sobre o qual foi montada a lona da "nave-mãe" da Eco-92, no contexto do início da gestão de César Maia como prefeito. Não havia, naquele momento, nenhum apoio permanente financeiro da Secretaria Municipal de Cultura.

Um dos fundadores desta ONG, Ives Macena, um produtor cultural na melhor acepção do termo, passou pelo aterro do Flamengo por ocasião da Eco-92 e avistou as coloridas "tendas" armadas. Com a bagagem de um bem sucedido projeto chamado ***Circolar***, que dirigia em Divinópolis, MG, até 1986, com apoio do MEC (Ministério da Educação e Cultura), este baiano estava engajado na revitalização do teatro de arena Elza Osborne[8] em Campo Grande, junto com a atriz Regina Pierini, uma das suas fundadoras. Desejavam aumentar as possibilidades de utilização do teatro através da cobertura do espaço ainda em arena. As lonas lhes pareceram a solução ideal, de instalação prática, baixo custo e o grande trunfo de parecer um circo.

[8] Inaugurado em 1958 como ***Teatro de Arena,*** com formato originalmente "grego", era parte integrante do Teatro Rural do Estudante e fruto da idéia implantada por Pascoal Carlos Magno, que defendia a criação de núcleos de teatro em todo o Brasil. Este teatro inicial é assim contemporâneo à criação do Teatro de Arena em São Paulo, movimento em oposição ao TBC (Teatro Brasileiro de Comédia) abrindo espaço para novos atores e dramaturgos. Encontrava-se desativado desde a década de 80, após ter sediado a Comlurb na década de 70.

AS LONAS SÃO UM NOVO TIPO DE EQUIPAMENTO CULTURAL QUE SURGIU "SOB ENCOMENDA" PARA SUPRIR NECESSIDADES ESPECÍFICAS ATRAVÉS DA DEMANDA DE GRUPOS LOCAIS ORGANIZADOS; APESAR DE TEREM ASPECTO CIRCENSE NÃO SÃO EFÊMERAS NEM ITINERANTES

Iniciado o caminho de requisição das lonas, uma informação importante veio logo à baila: as tendas, estruturas de lona tencionada, que haviam abrigado os fóruns no encontro internacional, haviam sido doadas por países estrangeiros com a instrução de serem aproveitadas posteriormente em projetos socioculturais. Através da assessoria especial de gabinete do prefeito foram tomadas as primeiras medidas para a doação da lona.

Em 1994, uma audiência pública com a secretária de cultura Helena Severo, contou com a participação de um movimento de Bangu e o MIC (Movimento de Integração Cultural), articulados para reivindicar novas lonas. A segunda lona foi instalada em Bangu, após diversas manifestações dos dois grupos, e acabou sendo invadida por mendigos e marginais, uma vez que não havia sido fornecida nenhuma infra-estrutura de apoio. Seguiu-se, então, um novo período de reivindicação pela construção de serviços de apoio, o que só veio a acontecer em 1995. A terceira lona foi instalada em Realengo em 1994.

O Movimento de Integração Cultural que coordena a Lona Cultural João Bosco em Vista Alegre foi criado em 1989 com o "propósito de trazer um espaço alternativo" para o subúrbio e também de integrar os artistas uma vez que "o morador do subúrbio e, principalmente, quem lida com arte é muito desorganizado". Em paralelo, as mesmas pessoas do MIC formaram o grupo teatral "Mania-de-Palco", que se apresentava na rua, em praças e escolas públicas do subúrbio, pois era mais fácil "chegar nas pessoas". O objetivo era chamar a atenção da sociedade civil organizada e encaminhar pedidos de implantação de equipamentos culturais e de lazer. Ao fim de cada apresentação, o grupo fazia um apelo à comunidade tentando uma mobilização conjunta. O grupo compara sua atuação a outros, como o "Tá na Rua" e "Asdrúbal trouxe o trombone". Em 1991, o grupo tentou, sem sucesso, transformar um antigo reservatório de água da Cedae em Honório Gurgel num centro cultural.

Em 1992, por ocasião da Eco-92 e a partir da previsão de disponibilidade das lonas após o evento (divulgada pela imprensa na época), o grupo, em conjunto com a Ugatzo, começou a "batalha" pela instalação do equipamento. O espaço e a "cara" da lona eram considerados ideais para os propósitos das associações.

Em 1995, foi finalmente aprovada a construção da Lona de Vista Alegre. Porém, o MIC teve ainda que brigar muito para garantir sua construção de fato, o que se deu apenas em abril de 1999. Iniciou-se, assim, um período de ***lobby*** político que visava sensibilizar Ricardo Macieira, do RioArte, para o potencial das lonas nos subúrbios. Para isso, o MIC se encarregou de levar o chefe de gabinete à Lona de Bangu num dia de semana, quando ele presenciou um enorme público assistindo a um ***show***. As lonas teriam sido "arrancadas à força" da prefeitura como um "cala-boca" das constantes reivindicações.

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2001, COM A NOVA GESTÃO MUNICIPAL, REVELOU-SE UMA TENDÊNCIA QUE APAGA AS RAÍZES DO PROJETO, TORNANDO-O CADA VEZ MAIS UM INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO POLÍTICA E NÃO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, COMO SE PRETENDE

No final do ano de 1996, com o processo político de mudança de gestão na prefeitura, um clima de insegurança teria se instalado no movimento quanto à continuidade do Projeto Lonas Culturais. No entanto, com a permanência de Ricardo Macieira no RioArte, o Projeto ganhou maior vulto e o MIC também foi mantido na coordenação da Lona de Vista Alegre.

A história da Lona de Anchieta também conta com a atuação anterior de um grupo de artistas do bairro, que haviam, por diversas ocasiões, tentado erguer um movimento cultural mais contínuo (como teria sido o caso no começo dos anos noventa do GCA - Grupo Cultural de Anchieta), até inaugurarem, em 1995, a Casa de Artes de Anchieta. Nesta Casa, a partir de 1996, os talentos locais, até então dispersos, passaram a se encontrar regularmente no projeto "Conversa Afinada", que apresentava música, poesia, teatro, cinema e debates, num pequeno auditório.

Adaílton Medeiros, cujo pai havia construído o prédio sede da Casa em 1970, agora à frente de um grupo que incluía amigos e também produtores culturais, já via com clareza o papel da cultura num bairro de subúrbio:

> ***"Virar de cabeça para baixo a vida pacata e conformada dos moradores da região e provar que ali, escondidos, existiam grandes talentos. Era preciso promover positivamente a imagem do bairro, que só saía em jornais nas páginas policiais, e atrair recursos através de parcerias com empresas e instituições para manter projetos e, ao mesmo tempo, elevar a qualidade de vida da região.***
>
> ***Se aquela localidade estava abandonada pelo poder público, se os políticos só apareciam ali em época de eleições, se os próprios empresários achavam suicídio fazer investimento ali, era óbvio que a auto-estima das pessoas estava lá embaixo. O único jeito era mudar de estratégia e usar armas mais humanas para mudar tudo aquilo, as armas da educação e da cultura." (revista Lona Cultural Carlos Zéfiro, v.1, n.1, p. 4).***

Com estas premissas, Adaílton começou a levantar discussões, já no final de 1996, sobre a necessidade de um grande movimento para a conquista de uma Lona Cultural em Anchieta, tendo como exemplo a recente aprovação da construção da Lona de Vista Alegre, já dentro do projeto com a Prefeitura. Com a adesão de artistas e membros da comunidade local e adjacências o movimento teve o suporte também de uma rádio AM e contou com apoio do tradicional bloco de arrastão da região denominado "Bloco do Boi" em diferentes momentos de reivindicação junto ao poder público.

Para gerir a lona foi criada uma organização não governamental chamada ***"Tô na Lona"*** que englobou, além do núcleo inicial da Casa das Artes, vários artistas amigos, chegando a um grupo de vinte e três pessoas.

A história destes três grupos evidencia que as lonas são um novo tipo de equipamento cultural que surgiu "sob encomenda" para suprir necessidades específicas através da demanda de grupos locais organizados; apesar de terem aspecto circense não são efêmeras nem itinerantes.

Conseguidas as lonas, o que as legitimou e identificou, num cenário marcado, entre outras carências, pela quase ausência de equipamentos culturais, foi sua proposta de congregar atividades diversas a partir de necessidades locais com a presença de artistas consagrados. Assim, intercalados aos ***shows***, quando artistas como Nana Caymmi, Ana Carolina, João Bosco e Paulinho Mosca se apresentam precedidos por uma banda iniciante; são organizados eventos locais, específicos de cada lona. Nomes como Adil Tiscati, Érica Régis, Arte Profana e Linha Amarela, na área de música, e Clécio, pintor muralista, tiveram impulso a partir da atuação nesta rede de espaços.

Alguns exemplos podem ilustrar esta diversidade:

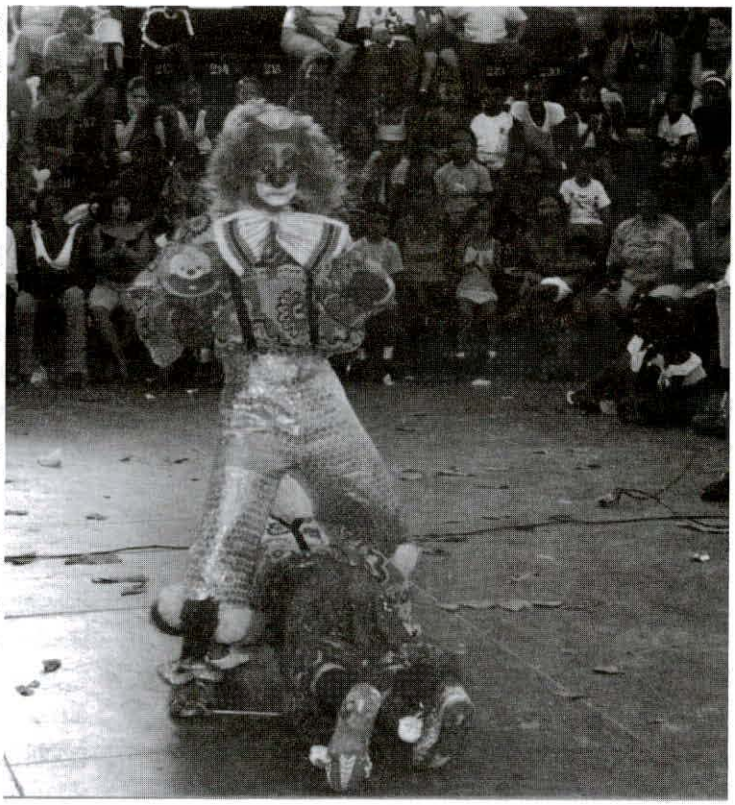
- **Lona João Bosco em Vista Alegre**: Evento Suburbagem, com objetivo de atrair a juventude em torno de espaço para novos grupos de ***rock***, chega a reunir 500 pessoas trimestralmente. Forró na Lona, que acontece às sextas-feiras e se

tornou um ponto de encontro entre várias gerações. Cursos variados, tais como modelo e manequim, capoeira, teatro infantil e dança para a terceira idade, ciclo de palestras sobre saúde familiar, tudo com um público de 32.299 pessoas[9];

• **Lona Cultural Carlos Zéfiro em Anchieta**: Projeto Conversa Afinada, encontro com estudantes da rede pública sobre temas específicos, projeto Cinema sem Tela com debate, festas comunitárias, projeto natalino etc., com um público de 14.690 pessoas;

• **Lona Cultural Gilberto Gil em Realengo**: Curso de escultura em legumes, de teatro infantil, variedades circenses, evento Conversa Fiada (debates abertos com presença de convidados). Público de 17.504;

• **Lona Teatro de Arena Elza Osborne em Campo Grande**: vários projetos comunitários (Encontrar-se, Resgate, Entrelace, Coral, Grupo de Poesia etc.). Público de 20.693 pessoas.



Uma das conquistas alcançadas pelo projeto é a integração de objetivos sociais e urbanísticos. Neste sentido, estes bairros de subúrbio, divulgados quase tão somente pelos índices de violência, passaram a ser respeitados como núcleos de produção cultural.

A expropriação do Projeto: instrumentalização incontornável?

Inversamente e perversamente, o sucesso tem sido responsável, através da cobiça e da visibilidade que acarreta, pela substituição de critérios democráticos por critérios clientelistas no momento de escolha de novas localidades a receberem lonas. O momento que se configurou no primeiro semestre de 2001, com a nova gestão municipal, revela uma tendência que apaga as raízes do projeto, tornando-o cada vez mais um instrumento de promoção política e não de transformação social, como se pretende.

Neste processo estão presentes fragilidades e condutas de todos os atores envolvidos. Mas será realmente incontornável a oposição entre institucionalização e autonomia neste campo cultural? Serão estas ONGs " instrumentalizadas" ? Sem dúvida, há motivações explicitamente práticas que podem explicar a transformação de certos grupos em ONGs, o que, por si só, mereceria um debate acerca da "legitimidade" destas organizações. Neste momento focaremos a atenção em questões como: se já existe uma representatividade no bairro, que se mostra no momento de reivindicação da lona, quais os mecanismos que se colocam como inibidores de uma mobilização mais permanente? Por que os grupos das diferentes lonas, que percebem uma necessidade incomum a todos, não se unem frente ao Órgão Público? Quais são as possibilidade de autonomia?

[9] De acordo com levantamentos do RioArte para meses de janeiro a junho de 2000, incluindo aí público dos shows.

NO QUE TANGE ÀS PROGRAMAÇÕES ARTÍSTICAS PROPOSTAS INDEPENDENTEMENTE EM CADA LONA, ALGUNS GRUPOS APRESENTAM UMA TENDÊNCIA DE PRIVILEGIAR A REALIZAÇÃO DE SHOWS DE ARTISTAS CONSAGRADOS (...), EM DETRIMENTO DAS PROGRAMAÇÕES COTIDIANAS, COMO CURSOS, PALESTRAS E DEBATES

Embora seja ainda prematuro diagnosticar toda a complexidade do quadro, alguns elementos se tornam reveladores.

Por parte do Órgão Público percebe-se alguns fatores incongruentes com a proposta inicial:

• Os contratos são genéricos e pouco detalhados, deixando os grupos em constante estado de insegurança. Sua duração de um ano desestimula, por sua vez, a elaboração de propostas de longo alcance, inclusive em termos estéticos, e inviabiliza um dos objetivos do projeto que é o de "oferecer uma política cultural permanente a outras regiões da cidade, buscando, inclusive, que o desdobramento destas ações resultem em ganho social";

• Sem prever e estimular a participação de grupos e conselhos populares no processo de escolha de bairros a receberem lonas, e absorvendo demandas de figuras políticas, fica solapada a almejada horizontalização e democratização do acesso ao produto cultural. Exemplo disto é o do financiamento do BNDES para a construção de uma Lona Cultural no complexo da Maré, local de pobreza e violência notabilizados, sem a presença de um grupo local representativo e coeso e, portanto, partindo de uma decisão "de cima para baixo" junto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Esta perspectiva evidencia a apropriação do conceito original do projeto sem, no entanto, respeitar uma de suas características fundantes: o fato de serem equipamentos construídos apenas mediante a reivindicação e mobilização de grupos da própria comunidade e estarem enraizados na cultura local;

• Sem estabelecer critérios transparentes para esta escolha o projeto se enquadra, cada vez mais, nos moldes de gestão de equipamentos culturais tradicionais, onde os coordenadores são escolhidos dentro de um círculo fechado e elitista, dificultando também que propostas locais sejam contempladas e impedindo que a co-gestão se exerça de fato;

• Uma variante perversa da falta de critérios foi exemplificada na recente substituição do grupo coordenador da Lona Cultural Carlos Zéfiro, que tinha grande apoio da comunidade devido à longa atuação anterior, tendo já estabelecido uma das mais profícuas parcerias com a área educacional através da 6ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), e que começava, após um ano e meio, a ter resultados positivos na delicada tarefa de oferecer uma opção digna a jovens numa área de forte influência de tráfico de drogas. Por meio de desmentida denúncia de malversação de verbas, o grupo teve seu lugar ocupado por pessoas declaradamente simpatizantes do atual prefeito, sem, no entanto, nenhuma proposta de linha de ação.

... OS GRUPOS ESTÃO LIGADOS AO ÓRGÃO PÚBLICO, NÃO SÓ PELA CESSÃO DO EQUIPAMENTO FÍSICO, MAS TAMBÉM POR UMA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA. ESTE PONTO TORNA-SE CRUCIAL, UMA VEZ QUE A VERBA MENSAL, CONSIDERADA INDISPENSÁVEL, NA REALIDADE SIGNIFICA UM LAÇO DE DEPENDÊNCIA E CERCEAMENTO

No que tange aos grupos coordenadores das lonas, as fragilidades mostram-se não menos complexas.

Em primeiro lugar, eles estão ligados ao órgão público, não só pela cessão do equipamento físico, mas também por uma dependência financeira. Este ponto torna-se crucial, uma vez que a verba mensal, considerada indispensável, na realidade significa um laço de dependência e cerceamento. Por um lado, ele ocorre porque nem todos os grupos se articulam verdadeiramente para "captar" verbas; por outro lado, aqueles grupos que já tinham experiência como produtores autônomos e mais facilmente chegam a buscar outras fontes para compor seu orçamento são submetidos ao controle do RioArte, que "filtra" as possíveis parcerias de acordo com seus interesses, na prática inviabilizando qualquer movimento de maior autonomia daqueles grupos. No sentido inverso, no entanto, o RioArte busca parcerias com bancos como BNDES e com investidores no âmbito do Mercosul.

Outro ponto que emerge igualmente da questão financeira é a intermediação necessária de agentes políticos, como vereadores, para pressionar a liberação de verba, aprovada em audiências públicas. Estes agentes se tornam uma "ponte" indispensável, certamente com comprometimentos posteriores dos conteúdos propostos por cada lona.

Uma fragilidade importante diz respeito ao planejamento de ação. De modo geral, os objetivos são imediatos, carecem de visão de longo prazo, ao que se alia um temor demasiado da perda da coordenação da lona, incentivado por contratos que precisam ser renovados anualmente. Assim, as alianças, que necessariamente têm de congregar visões partidárias diversas, são evitadas pois podem implicar em represálias por parte do poder público. Deste modo, um mecanismo fundamental no primeiro momento, o de união de grupos de bairros diferentes, é abandonado após a conquista do espaço.

Com a tarefa principal de coordenar e dar vida a um equipamento cultural polivalente, as tarefas administrativas e financeiras significam um problema não facilmente contornado por equi-

pes majoritariamente formadas por artistas. Some-se a isto a já referida não autonomia para busca de parcerias e patrocínios.

No que tange às programações artísticas propostas independentemente em cada lona, alguns grupos apresentam uma tendência de privilegiar a realização de ***shows*** de artistas consagrados (sem dúvida um ingrediente estratégico para inserir subúrbios carentes, desconectados do eixo valorizado, no roteiro de cultura e lazer da cidade), em detrimento das programações cotidianas, como cursos, palestras e debates. Embora não presente em todos os grupos, esta tendência acarreta a construção de uma imagem generalizada do projeto reduzindo as lonas à concepção de "casa de ***shows***". Esta valorização da cultura como espetáculo se opõe e dificulta a legitimação do potencial do projeto enquanto instrumento de transformação social.

A identidade como elemento fundamental para uma autonomia

Os aspectos acima relacionados fornecem um contorno abrangente de uma imbricada trama de relações entre poder público e grupos populares organizados. Estes mostram-se, no seu processo de formação, semelhantes ao tipo de ONGs que constituem redes movimentalistas locais formadas por "pessoas predispostas à participação continuada" (Doimo,1995)[10]. Tendo em vista que muitas vezes a configuração de "sujeito coletivos" pode se dar apenas transitoriamente, perdendo a força logo que alguns objetivos principais são alcançados, poderíamos dizer que no caso das organizações aqui tratadas, há um período de superposição entre o movimento social preexistente e a ação da ONG já co-gestora, que varia de acordo com a lona e com diferenciadas capacidades de "participação continuada". Caberia, então, a designação de movimento cultural?

Recorremos a Michel de Certeau[11] ao apontar, por outro lado, os limites que esta formulação do movimento pode acabar por sofrer. Ao analisar os movimentos de minorias nas cidades é difícil, segundo este autor, distinguir se suas reivindicações são culturais ou políticas, em parte porque, num primeiro momento, é apenas sob a forma do cultural e do político que estas podem se tornar visíveis. Assim, faz-se imprescindível, como primeiro passo, tornar claras uma identidade cultural e uma alteridade em relação à maioria. Mas, é preciso

[10] DOIMO, Ana Maria. ***A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política pós-70***. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

[11] CERTEAU, Michel de. ***La Culture au pluriel***. Paris: Éditions du Seuil, 1993. [1974].

ir além disto para não se cair em ideologias ou em formulações exclusivamente políticas ou culturais. O primeiro risco é explicado em função da dificuldade destas minorias apresentarem força política expressiva e acabarem se reduzindo ao discurso, ao ideológico. O segundo risco seria, segundo Certeau, que, ao se ater ao elemento cultural elegendo a identidade e a diferença:

> ***"Fatalmente se é recapturado um dia ou outro, justamente porque a manifestação cultural é apenas a superfície de uma unidade social a qual ainda não se deu sua própria consistência político-cultural. Permanecer nesta apresentação cultural, é entrar no jogo de uma sociedade que constituiu o cultural como espetáculo e que instaura por todos os lugares os elementos culturais como objetos folclóricos de uma comercialização econômico-política" (Certeau, 1993, p. 126, tradução nossa).***

Ainda podemos sublinhar o que ele entende como sendo pertinente aos movimentos culturais:

> ***"A reivindicação cultural não é um fenômeno simples. O itinerário tomado e seguido normalmente por um movimento que alcança sua autonomia, é de exumar, sob a manifestação cultural que corresponde à um primeiro momento de tomada de consciência, as implicações políticas e sociais às quais se encontram engajadas. Isto não chega no entanto a eliminar a referência cultural, pois a capacidade de simbolizar uma autonomia no nível cultural permanece necessária para que apareça uma força política própria. Mas é uma força política que vai dar ao enunciado cultural o poder de se afirmar verdadeiramente" (Certeau, 1993, p.128, tradução nossa).***

Está claro que, ao referir-se a política, Certeau está incluindo o sentido maior da política, no sentido homem político, e não à política partidária. No quadro empírico das Lonas Culturais, recente mudança efetuada na Lona de Anchieta e sistemáticas faltas de disponibilidade de diálogo do RioArte frente aos grupos acenam para uma configuração onde o partidarismo funciona, menos do que a declarada conversão ao partido da situação, como modo de assegurar a renovação dos contratos anuais.

Esta possibilidade de cooptação pelo poder público, enfraquecendo esforços coletivos já empreendidos, se revela uma constante à medida que o projeto ganha visibilidade. Ela ganha terreno também frente a duas dificuldades culturais. A primeira, contraditória quando se trata de grupos artísticos, emerge de uma descrença em relações de trabalho não tradicionais e fundamentalmente da descrença em sua própria capacidade de independência. Esta característica nos leva à segunda dificuldade: a visão e compreensão do campo político. Ela se reveste de uma perversa naturalização do homem público como comprometido com algumas parcelas privilegiadas da sociedade. Este é um problema fundamental e que permanece como um dos mais sérios desafios no campo de atuação destas organizações, cujo espaço de luta são bairros de periferia e cujo parceiro, neste caso, é o Estado.

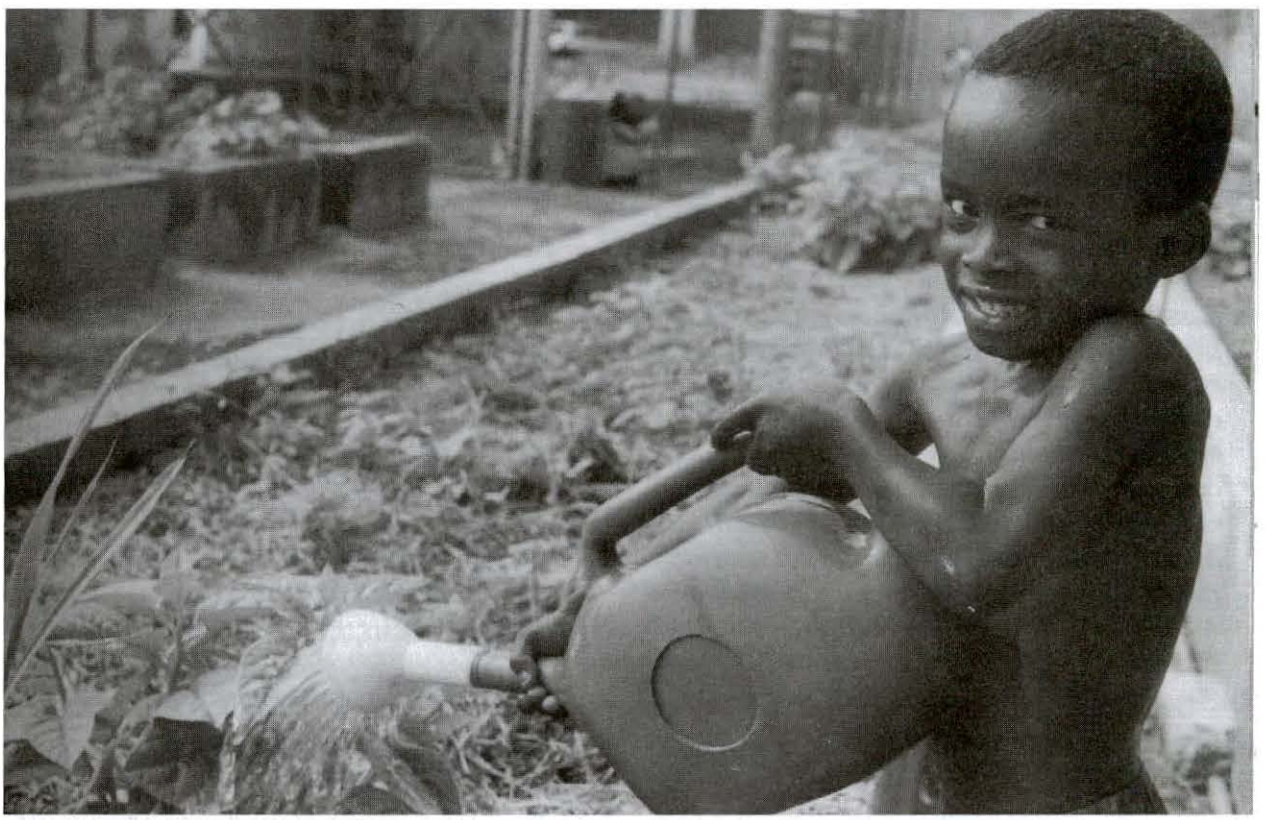
Em que medida pode o projeto Lonas Culturais escapar a esta manipulação política que deturpa sua vocação descentralizadora e democratizante?

Acreditamos que apenas na medida em que haja esforços conjuntos de ambos os agentes envolvidos. Da parte do poder público, como já relacionamos, é preciso dar espaço para participação dos moradores, dentro de uma "rede das lonas" (uma rede não só oficializada pela prefeitura como também de cooperação cidadã), através da criação de instrumentos capazes de assegurá-la!

Por parte dos grupos talvez se faça necessário visualizar a lona dialeticamente, ou seja, não só como objeto/resultado alcançado, mas principalmente como sujeito de novas interações sociais e artísticas, garantidas apenas no cotidiano. Nesta direção, cabe uma maior tomada de consciência de seu próprio papel frente a um processo desencadeado com força de movimento cultural afirmada pelo prêmio de melhor projeto sociocultural no evento Metropolis, França no ano 2000, e pelos resultados qualitativos que vem acarretando fortalecimento da auto-estima de moradores dos subúrbios e capacitação de novos artistas, contribuindo para uma imagem positiva destes bairros. Assumir sua identidade torna-se imprescindível e urgente!

O Papel do Fundo de Pequenos Projetos na Implantação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM

*Jailson S. Silva e Eliana Sousa**



* Diretores do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM

A organização não-governamental denominada Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM nasceu em agosto de 1997, na Maré, maior complexo de favelas do Rio de Janeiro. Os fundadores do Centro têm como pelo menos quatro características que definiram, de certa forma, as escolhas e a trajetória seguida pela instituição:

- cresceram e/ou moraram durante um longo tempo em alguma das 16 comunidades que integram o Complexo;
- todos chegaram à universidade, objetivo alcançado por menos de 1% dos moradores locais;
- tiveram envolvimento em diferentes tipos de instituições coletivas, locais e externas: Pastorais Católicas, Associação de Moradores; Sindicato, Partido Político e mesmo outras ONGs; e
- alguns tinham um razoável conhecimento de pessoas e instituições que atuam na sociedade civil.

Resumindo, o CEASM nasce com pessoas que tinham legitimidade e vivência para tratar da temática da favela; representatividade e articulação local e externa; competência técnica no que diz respeito à formulação e desenvolvimento de projetos.

O Centro iniciou suas atividades em fevereiro de 1998, a partir do Curso Pré-vestibular da Maré. A particularidade da iniciativa em tela foi o fato de seu corpo docente e discente ser formado apenas por moradores das comunidades locais. A alta taxa de aprovação do projeto mostrou as possibilidades do CEASM e sua relevância social.

Com efeito, o Centro está contribuindo para a materialização de um novo paradigma, no que concerne à criação de novos vínculos entre organizações públicas, privadas e comunitárias, na perspectiva de superação das mazelas sociais, econômicas, culturais e educacionais que dominam nossa cidade e nosso país. Com uma forte vocação para o trabalho no campo da educação, cultura e geração de renda/trabalho, ele desenvolveu, no ano de 2001, as seguintes atividades:

1. Curso Pré-vestibular – CPV MARÉ que reúne seis turmas, com 340 alunos. Financiamento: LIGHT - Companhia de Eletricidade - e Secretaria Municipal do Trabalho do Rio de Janeiro.

2. Curso de preparação para o ensino médio: essa iniciativa atinge 150 adolescentes locais. Financiamento: PETROBRAS.

3. Cursos modulares de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio: atende 240 alunos. Financiados pelo BNDES.

4. Núcleo de Línguas da Maré que atende a cerca de 200 alunos, oferecendo sete cursos de Inglês, três de Espanhol e um de Francês. Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. Programa da Criança: desenvolve atividades educativas complementares para 400 crianças e adolescentes que estudam em 4 escolas da Rede Municipal local. Financiado pela PETROBRAS.

6. Censo Demográfico, econômico, social e educacional da Maré 2.000. Desenvolvido em parceria com o IPEA, UFRJ e Secretaria de Trabalho do Município do Rio de Janeiro.

7. Rede de Atendimento Local. Objetiva oferecer orientações sobre o uso adequado da energia, noções de educação ambiental e monitorar o uso de energia pelos clientes da LIGHT. Desenvolvido em parceria com a Concessionária de Energia, atendeu, em 2.001, cerca de 40.000 domicílios, em 23 comunidades populares.

8. Jornal "O Cidadão". Jornal Comunitário, com tiragem de 20.000 exemplares, é distribuído gratuitamente. Impresso pela EDIOURO e apoiado por comerciantes locais.

9. Projeto Memória: Produz registros sobre a história dos moradores e comunidades locais. Financiado pelo BNDES.

10. Biblioteca Popular da Maré: voltada para os estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior. Financiamento da Embaixada do Canadá.

11. Adolescentro. Centro de referência para os adolescentes no campo da saúde e orientação sexual. Financiado pelo BNDES e desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

12. Corpo de Dança da Maré que envolve 67 crianças, adolescentes e/ou jovens com a coordenação de Ivaldo Bertazzo e realizou o espetáculo Mãe Gentil e o Folias Guanabaras. Este projeto é financiado pela PETROBRAS.

A diversidade de projetos e atores envolvidos demonstra a fecundidade do projeto e sua adequação a um conjunto de demandas locais. No entanto, o ponto fundamental desse texto não é mostrar a extensão do trabalho do CEASM, mas os elementos que o permitiram tornar-se o que e atualmente. No caso, cabe reconhecer o importante papel do Fundo de pequenos projetos da FASE/SAAP na implantação do Centro.

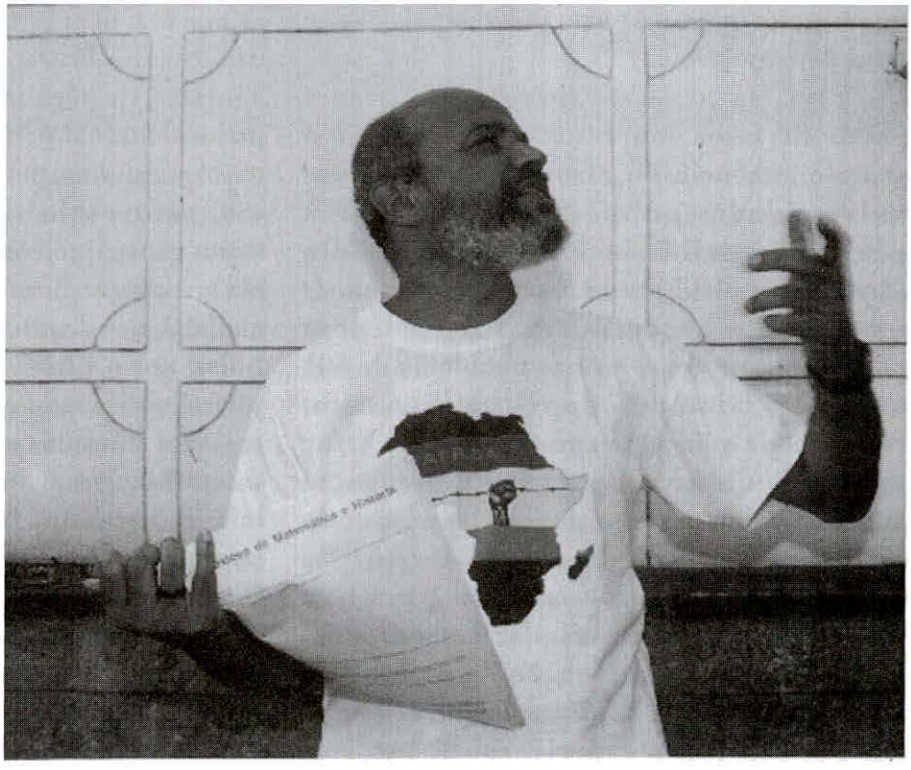
O fundo foi o primeiro financiamento que tivemos. Ele nos permitiu reformar duas salas de um velho prédio abandonado há mais de 15 anos, no morro do Timbau. Além do valor de quase R$ 5.000,00, fundamental para nós no período, a FASE nos ofereceu duas outras contribuições essenciais: a possibilidade de usar o seu nome como um certificado de seriedade e idoneidade de nossa recém-criada entidade e o respeito à estratégia de intervenção que buscávamos construir. Com efeito, o nome daquela instituição, em função de sua história de 40 anos, sua coerência e seu compromisso com a organização popular tornou-se um selo de qualidade. Com ele, tivemos mais facilidades de conseguir novos parceiros e aliados.

No que diz respeito a nossa caminhada em construção, o reconhecimento é fruto da compreensão de que é comum a determinadas entidades que cumprem uma atividade de assessoria a projetos de ponta se burocratizem e se prenderem a aspectos que não atendem aos desejos das entidades que têm uma atuação local. O SAAP demonstrou um interesse, respeito e disponibilidade para acompanhar o projeto que nos provocou uma grata admiração.

Concluindo, nossa experiência nos ensinou que a implantação e consolidação de uma entidade com a finalidade do CEASM depende de uma série de variáveis endógenas para se constituir. Faz-se essencial, no entanto, o apoio de fundos e instituições que tenham uma visão mais ampla da realidade social, dos desafios colocados diante do caminho e a disponibilidade – financeira e metodológica – para prestar o apoio devido. Esse é o sentido do serviço prestado pela FASE/SAAP e o CEASM é uma demonstração de suas possibilidades.

Entrevista com Frei David*

entrevista



* Formado em Teologia e Filosofia pelo Instituto Franciscano. Mestrando em Teologia pela Universidade Católica Assunção. É um dos fundadores dos Pré-vestibulares para Negros e Carentes. Diretor Executivo da EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes. freidavid@saofrancisco.edu.br

*Esta entrevista foi concedida a Regina Leite Garcia, Professora Titular em Alfabetização da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF

Proposta — Como surge essa idéia do Vestibular para Negros, que depois passa a ser para Negros e Carentes, e que vem se multiplicando pois outros grupos incorporaram a idéia e vêm implementando-a também? Como você vê o andamento desse processo e que ligação existe, na sua opinião, entre esse movimento de Vestibular para Negros e Carentes e o movimento do governo falando em Ação Afirmativa, em garantias de vagas para os alunos afro-descendentes? Gostaríamos de ouvir sua opinião sobre essas questões e o que você tem a dizer depois desses anos de experiência?

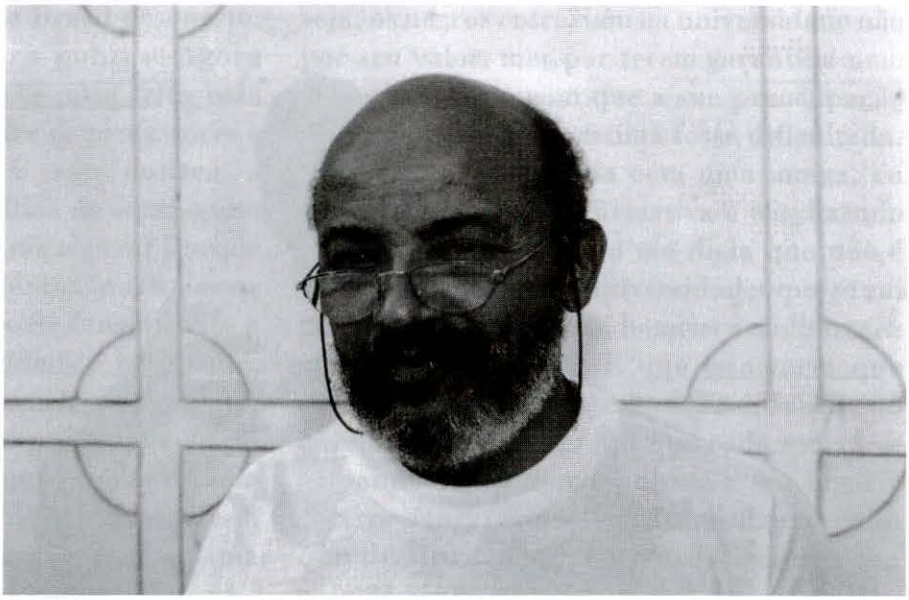
Frei David — A experiência nasceu a partir de fatos concretos. O primeiro é a grande ausência de afro-descendentes em universidades públicas. O segundo é a péssima qualidade do ensino médio fornecido pelo Estado para os pobres. O terceiro é a ausência total de políticas públicas para resolver esse problema de 501 anos de História do Brasil. Assim, resolvemos não esperar o governo criar políticas públicas. Reunimos pessoas que acreditavam que era possível um mundo melhor a partir da organização da sociedade civil e fizemos a primeira experiência de pré-vestibular comunitário.

A gestação, a elaboração da experiência começou em 1989 e foi até 1992. Em 1993 nasceu a primeira experiência de maneira prática, já com os professores, com grade de carga horária e já definindo a matéria especial chamada de Cultura e Cidadania, que aprofunda questões como as raciais, de políticas públicas, de direitos humanos, de violência policial etc. Esta foi, portanto, uma matéria que marcou o projeto e deu um alento a todo povo pobre, afro-descendente que nos procurou sonhando com dias melhores e descobriram que esses dias estavam perto deles e que dependia de cada um a decisão de abraçar um mundo melhor.

O segundo aspecto dessa caminhada bonita é que começamos a fazer do projeto um instrumento de auto-estima. Vimos que era grande o número de afro-descendentes que estavam vivendo a situação de negação de sua história, de sua origem, de seu povo, de sua identidade cultural, de seus cabelos, de seu nariz, da cor da sua pele. Fizemos todo um trabalho de auto-estima que graças a Deus teve resultados fantásticos. Por exemplo, eu estava em São Paulo e ontem me telefonou uma repórter da GNT, da Rede Globo, falando que ia marcar uma entrevista comigo e se eu podia recebê-la na minha vinda ao Rio de Janeiro. E, para minha surpresa, ao chegar no local marcado, na UERJ, a repórter estava me esperando e, me olhando, falou: "Frei, não está me reconhecendo?" Eu disse: "Não, é tanta gente que convivemos no dia-a-dia". E ela me disse: "Fui aluna do pré-vestibular, ganhei bolsa de estudos na PUC, valorizei essa bolsa até o último segundo, me formei em jornalismo, estou empregada na Rede Globo e essa é uma das entrevistas que eu esperei muito fazer um dia". Ela, então, estava ali como jornalista, me entrevistando, já uma profissional madura, convicta, fazendo um bom trabalho. São esses exemplos, que são muitos, que demonstram que o trabalho está dando frutos concretos, está atingindo seus objetivo, está abraçando a causa.

O terceiro dado é ver o poder de multiplicação que o trabalho teve. Hoje estimamos que em todo o Brasil existam, mais ou menos, 1.000 experiências de pré-vestibulares comunitários. Cada um com um nome, com um estilo, mas todos com a garra e a determinação de servir ao pobre, servir ao marginalizado, ao excluído; de querer ajudar o pobre no acesso a essa fantástica ferramenta de promoção humana que é o saber acadêmico, a universidade.

O quarto ponto é dizer que vimos, com muita alegria e também tristeza, a declaração



do Ministro Paulo Renato comunicando que o governo vai assumir e ajudar os pré-vestibulares. Alegria por ter tomado essa decisão enquanto governo. Tristeza porque demorou muito para o governo acordar. Essa questão do negro só se resolve com políticas públicas sérias, objetivas e planejadas. Foram 300 anos de opressão a esse povo. Esta opressão se dava inclusive através da legislação vigente como, por exemplo, o decreto de 1824 proibindo o negro e o leproso de freqüentarem a escola; a lei de 1850 proibindo o negro de possuir terras. Leis concretas definiram a marginalização do negro na sociedade brasileira!

Portanto, é muita ingenuidade imaginar que isso vai se resolver sem haver leis compensatórias, leis de reparação desse estrago, dessa violência do corpo social brasileiro que foi ofendido com um regime de escravidão violento, com ausência de políticas públicas, e que deu o fruto que aí está – uma enorme massa de excluídos de um lado e, do outro, um grupo nadando no dinheiro e na riqueza. É o perfil que Deus não quer, é o perfil que o projeto tenta combater, é o perfil que queremos ver apenas como elemento da história nos futuros anos do Brasil.

Olhando para trás lembraremos períodos graves, períodos onde a segregação oficial, institucional fez um grande mal à sociedade. Queremos olhar isso como algo do passado. Queremos um dia ter a alegria de ver um Brasil com uma sociedade mais integrada, mais humana, não dando chance a situações tipo Bin Laden que usa instrumentos radicais para resolver pendências anteriores. Violência não se resolve com violência. É possível resolver toda violência que o Movimento Negro enfrentou com ações concretas e políticas de ação afirmativa. Portanto, fico triste pelo governo federal ter demorado a tomar essa decisão, mas fico feliz porque a tomou.

Colocamos para o governo federal que esses trabalhos de pré-vestibulares que existem pelo Brasil a fora – trabalho dolorido, sofrido, cheio de amor, cheio de garra, cheio de doação, trabalho voluntário —, esses 1.000 cursinhos que há pelo Brasil, devem atender no máximo a 5 % da demanda do desejo de ingressar na universidade a partir dos pobres. Em vez do governo federal pegar esse dinheiro e jogar para os cursinhos comunitários, o que poderá ser entendido por todo Brasil como tentativa de cooptação de política partidária em vista da campanha presidencial que se aproxima, propomos ao Ministro uma atitude mais nobre. O governo poderia pegar a rede federal de universidades que o Brasil tem, e que está nas mãos do Ministro Paulo Renato, e fazer uma portaria orientando a cada universidade que construa um pré-vestibular para afro-descendentes. Pré-vestibular que seria coordenado pela reitoria de graduação,

usando os alunos que estão no último período dos seus cursos e docentes aposentados da própria universidade como professores. Fazendo isso o Ministro vai realmente ajudar a comunidade afro-descendente. Onde atualmente atendemos a 5% da demanda, quem sabe poderemos chegar a atender 10, 12, 13%. Estamos conclamando ao ministro rever a sua postura. Em vez de pegar o dinheiro e jogar, como o faz Silvio Santos "Quem quer dinheiro?", que ele pegue esse dinheiro e faça uma bonita, poderosa, rica rede de cursinhos comunitários para afro-descendentes nas universidades públicas.

Proposta – Agora eu lhe pergunto: a nossa história é uma história de muitas leis que não se cumprem como, por exemplo, a Lei Afonso Arinos. Existe a lei, mas freqüentemente se vê a discriminação, maus tratos, desrespeito às pessoas e, portanto, à lei. Essa lei que pretendem fazer, do seu ponto de vista, como ela poderá se materializar? Um caminho o senhor acabou de dizer, seria as universidades criarem no seu interior vestibular para negros e carentes com seus próprios recursos, não precisava nada de fora, estão ali os alunos se formando, estão ali os professores em vias de se aposentar, estão os professores militantes de uma causa como essa que trabalhariam e se engajariam nesse processo. Mas é claro que é preciso que isso de fato aconteça. Mas, do seu ponto de vista, o que mais é indispensável para que este seu entusiasmo, esse seu vigor, essa sua energia, esse seu encantamento por um futuro que poderia ser presente de fato aconteça?

Frei David — O primeiro passo é toda nossa sociedade organizada, afro-descendente e demais entidades da sociedade civil, marcar presença cerrada junto ao governo federal, junto ao Ministério da Educação, para por em prática imediatamente esse projeto de pré-vestibulares institucionais nas universidades federais.

Um segundo passo é marcar presença cerrada junto ao Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungman, garantindo que ele realmente implante a portaria que ele já fez, onde diz que no mínimo 20% dos cargos do Ministério da Reforma Agrária devem ser ocupados por pessoas afro-descendentes em todos os escalões e não só como varredores e faxineiros.

O terceiro passo é acompanhar com bastante debate e consciência tudo o que acontece, no Brasil e nas universidades, nas discussões sobre políticas de cotas. Por exemplo, é com muita tristeza que vejo todos os debates com alunos de classe média e classe alta na UERJ, pois eles são, na sua grande maioria, contra a política de cotas para alunos da rede pública de ensino. Dando respostas ingênuas, pouco refletidas ou até respostas mastigadas e cuspidas por intelectuais ligados a uma elite empobrecida, mesquinha e que

sempre se beneficiou desse Brasil desonesto, desse Brasil fechado para pobres. Agora mesmo está saindo uma pesquisa feita pela UERJ, mostrando que entre os professores e alunos da UERJ, 40% são contra a universidade adotar a política de cotas o ano que vem. Ora, por que eles são contra? Porque a UERJ não fez seminários para levar professores, alunos e corpo de funcionários a discutir isso com profundidade e qualidade. Não convidou pessoas do mundo comunitário, do mundo do movimento do pré-vestibular, do movimento negro para discutir com todos essa proposta. Simplesmente a UERJ parece que está investindo para que haja uma rejeição a essa idéia, o que consideramos desonesto inclusive.

Conclamamos, através da Revista Proposta, à Reitora da UERJ, Profª Nilcéa Freire, pessoa que tem um histórico bonito, conclamamos vários setores da UERJ, pessoas comprometidas com uma sociedade melhor, a reverem suas posições. É impossível resolver o problema e querer um Brasil melhor sem ter políticas direcionadas. Por exemplo, se a reitoria da UERJ pegar a última revista do IPEA vai descobrir que ele acabou de pesquisar e provar que de 1929 até 2001 todas as políticas públicas universalistas de educação implantadas pelos sucessivos governos em nada mudaram a discriminação. Portanto, todos os erros dos 300 anos de opressão, escravidão e exploração ainda não foram atacados. E esses erros estão trazendo, como uma pedra que cria ondas em uma lagoa, conseqüências até os dias de hoje. Precisamos combater todo o mal gestado no período da escravidão com políticas públicas sérias, adequadas, sustentáveis e democráticas.

Proposta — Uma coisa que me deixa muito intrigada é o fato de algumas e alguns militantes do movimento negro se porem contra a Ação Afirmativa. O argumento que eles usam é de que a Ação Afirmativa dificultaria a afirmação da raça negra como potente. Ou seja, os negros entrariam na universidade não por seu valor, mas por terem garantida uma cota e isso faria com que a sua preocupação de trabalhar a auto-estima fosse dificultada. Ainda hoje eu discutia com uma amiga, eu defendendo a Ação Afirmativa e ela dizendo porque era contra. Ela me dizia que não é garantindo vagas nas universidades que se vai potencializar os negros, homens e mulheres, a mudarem esse país. E que isso teria que começar lá atrás, na educação infantil, no ensino fundamental para que cada um vá se tornando capaz de conquistar o seu lugar e não ver o lugar concedido, como alguma coisa que desfibra. Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso.

Frei David — A primeira coisa é dizer que o negro está quebrado, está destruído em todas as faixas etárias do seu aprender, desde o pré-escolar até a universidade. Ou seja, todo e qualquer trabalho de apoio à comunidade afro-descendente pode e deve nascer ocupando-se com qualquer uma dessas faixas etárias. Ele será bem-vindo.

Segundo, dizer que a política de cotas é uma coisa concedida é uma ingenuidade, é falta de maiores dados, de leitura, de como são ocupadas as vagas na universidade pública brasileira hoje. Por exemplo, quem teve a oportunidade de estudar a fundo, sabe que o vestibular já é em si uma das maiores violências da humanidade contra o pobre, contra o negro. Ora, quem admite que quer entrar através do vestibular está admitindo o vestibular como algo puro, perfeito, justo. Grande ilusão. O vestibular é a coisa mais injusta que há, pois ele não mede capacidade, ele mede apenas acúmulo de saber acadêmico. Ora, na realidade brasileira quem é que tem maior acúmulo de saber acadêmico? É quem teve dinheiro para freqüentar boas escolas e comprar esse acúmulo nos cursinhos caros. Os vestibulares das universidades públicas não estão preocupados com o que é dado na rede

pública, estão preocupados com o que é dado nos cursinhos caros. Então o vestibular em si já é um ato desonesto, nojento, discriminatório que precisa ser combatido. O vestibular é uma das maneiras mais cruéis de se discriminar no Brasil. É fonte de discriminação. Se não se mudar o vestibular pouca coisa vamos conseguir resolver no Brasil.

Eu digo que quem é contra a política de cotas tem que entender que o vestibular está jogando no lixo grandes capacidades porque tem um método errado de averiguar o saber. As pessoas são jogadas para o lixo por duas razões: por serem pobres e por serem negras. Isso não pode continuar num Brasil que quer ser um país sério. Portanto, a política de cotas é menos injusta, menos desonesta do que a política dos vestibulares oficiais agora institucionalizados.

Proposta — Esse grupo que o senhor lidera tem como preocupação que, sendo atendida a reivindicação de vocês – e aí é um movimento de vocês e não do Estado benemérito, vamos dizer assim – de criação de pré-vestibulares para negros e carentes nas universidades públicas brasileiras, estes cursos tenham qualidade e que incluam, por exemplo, essa disciplina Cultura e Cidadania, onde será dada a história desse país, a história desse povo, a história da marginalização e exclusão, a história do impedimento a alguma coisa que seria direito de todo ser humano: direito a um conhecimento valorizado socialmente, à recuperação de uma identidade potente, identidade construtiva, de uma identidade que tem orgulho de si mesma e que não peça desculpas para falar. É parte da luta de vocês que isso seja incorporado e que não seja qualquer professor que vá dar isso?

Frei David — Exatamente. É uma preocupação nossa e nela está embutido todo um pensar e um rever. Estamos apresentando ao governo junto com a proposta um conteúdo programático da disciplina Cultura e Cidadania, as várias linhas fundamentais para serem abordadas nessa matéria. E também estamos propondo um outro aspecto. A USP, a maior universidade pública brasileira, tem um prejuízo anual enorme, pois de 30% a 40% das pessoas que nela ingressam abandonam ou trancam o curso após 1 ano de estudos. Olhando esses dados estamos propondo que esses cursinhos tenham uma outra matéria extra chamada de Orientação Vocacional. O nosso sonho é que os jovens que venham desse projeto tenham visão de cidadania, de sonho, de esperança, de profissionalização e não fiquem pulando de galho em galho, como fica a classe média nas universidades públicas hoje. Então estamos propondo que também haja nesses pré-vestibulares esse trabalho. Em São Paulo todos os 84 núcleos de pré-vestibular já têm Orientação Vocacional como matéria obrigatória, além de já ter Cultura e Cidadania. Então propomos que o governo também crie isso porque é um outro desafio grave: o número de pessoas da classe média que ocupam vagas na USP (o mesmo deve ser na UFF, na UFRJ, na UERJ) e jogam fora essa vaga que custa de 60 a 100 mil por ano para o governo. Isso é um erro. É falta de políticas dos governantes e mais ainda, falta de políticas dos reitores e suas equipes, que vendo esse problema não lutam para mudar essa realidade.

Proposta — Uma fala sua desperta em mim a vontade de fazer uma outra pergunta. Numa sociedade como a brasileira, ainda que se afirme uma democracia racial - longe de ser, muito ao contrário, é extremamente discriminatória -, os professores e professoras que atuam na universidade são resultado dessa sociedade, são vítimas ou algozes dessa sociedade, foram formados com essa cabeça nas diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, a Psicologia afirmou que os negros têm dificuldade para matemática e para

comprovar a afirmativa utilizou a Curva do Sino que fez tanto sucesso nos Estados Unidos entre os conservadores e apresentou isso como evidência da incapacidade do negro. É um exemplo apenas, mas isso aparece em todos os campos do conhecimento porque todos eles foram construídos a partir de uma ótica branca européia, portanto ocidental, paroquial e machista porque essa é a marca da nossa cultura. O que lhe pergunto é: vocês não pensam nos cursos, aí já na universidade, de formação de professores? São eles os que vão dar os cursos e garantir uma boa educação para esses que conquistaram o direito à universidade. Não me refiro aos meninos da classe média que a universidade está lá esperando por eles dizendo "venham!", falo daqueles que estão lutando com vocês.

Frei David — A nossa proposta é que toda universidade brasileira, pública e particular, crie no seu corpo o NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros –, e que esse núcleo faça seminários, cursos e trabalhos com todos os professores, todos os alunos, que seja o gestor de políticas pensantes voltadas para um Brasil melhor a partir do pensar afro-brasileiro.

Os NEABs nascendo em cada universidade pública e particular vão ajudar, com leveza e com firmeza, a apontar os erros daquela universidade em suas políticas educacionais, os erros daquela sociedade no seu agir, no seu viver diário, os erros das políticas públicas. Portanto, estamos conclamando a cada universidade que abra em seus espaços acadêmicos NEABs – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

Proposta — Eu lhe faria uma última pergunta. Afinal de contas estamos tratando de educação e educação é uma coisa que lida com utopias, que lida com esperança e nós estamos vivendo um momento tão difícil no mundo, não apenas no Brasil. Um momento de discriminação, um momento de preconceito, um momento de uso truculento da força, um momento de tentativa de homogeneização dos povos a partir de um ou de outro grupo, um momento de perseguições. Então o que é que um militante do movimento afro-brasileiro, das causas da liberdade, da mudança da sociedade como é o Frei David teria a dizer nesse momento?

Frei David — Nós convocamos as autoridades mundiais para se perguntarem por que tanta gente no mundo odeia os norte-americanos, por que tanta gente no mundo malha as políticas implantadas? Porque são políticas que fazem vitimização, fazem pessoas desmascaradas, desfeitas, desfiguradas, são políticas que estão matando a diversidade que Deus criou. Deus fez o mundo pensando na pluralidade e essas políticas querem criar um mundo monocultural, um mundo concentrador de única visão.

A nossa mensagem é essa: primeiro, não se resolve relações de paz no mundo com opressão e violência – tanto dos Bin Laden (como grupo de protesto) quanto dos Bin Bush (enquanto homem que tem poder para fazer qualquer ato terrorista oficial). Somos contra qualquer forma de terrorismo, qualquer forma de opressão às nações. Somos a favor do diálogo para resolver os problemas. Sentem, dialoguem, conversem e vamos dar um basta à violência. E solicitar a Deus que ajude ao povo brasileiro porque se aproxima agora um período nobre de sua caminhada, de redefinição de rumos de políticas partidárias e de governança. Que o Brasil seja iluminado por Deus e consiga optar com firmeza por algo que venha mudar essa realidade. Não podemos nos iludir mais uma vez. Muitas esperanças foram mexidas e não foram atendidas. É importante que o futuro vencedor seja alguém que o povo perceba que realmente possa lhe trazer mudanças e, com coragem, transformações para o Brasil que nós sonhamos.

Movimentos Sociais, Cidadania e Juventude: explorando alguns caminhos

*Márcia Pereira Leite**

* Doutora em Sociologia e professora adjunta do Depto de Ciências Sociais da UERJ.

Neste artigo, pretendo discutir algumas das possíveis relações entre movimentos sociais, cidadania e juventude, tomando como referência o caso do Rio de Janeiro.[1] A conexão entre os temas pode sugerir um certo descompasso entre o texto e as dinâmicas sociais presentes em nosso quotidiano. Afinal, como falar de movimentos sociais e cidadania em meio à crise dos primeiros, à desarticulação de direitos e à desconstrução do Estado que vivemos hoje na sociedade brasileira? E o que isso tem a ver com a juventude, segmento que parece dos mais distantes da política e do movimento social organizado, particularmente das lutas pela conquista e ampliação de direitos de cidadania que constituíram uma de suas mais expressivas tendências nos últimos quinze anos?

Sem dúvida, as ponderações se aplicam. Mas a proposição que faço é a de que, a partir da tematização da violência, vem se constituindo uma relação entre esses termos nas grandes cidades brasileiras. Desenvolvendo o artigo desse ângulo, examino como a juventude - ou melhor, a parcela da juventude[2] compreendida como em situação de "risco social" diante da violência por constituir um de seus agentes e seu objeto privilegiado – torna-se, na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais focos de intervenção de políticas estatais e de atenção de ONGs, movimentos sociais e diversos outros atores envolvidos no que denomino de "projeto de pacificação e integração da cidade" (Leite, 2001).

As observações que realizo e as hipóteses que formulo decorrem das pesquisas que venho desenvolvendo na região da Grande Tijuca, Rio de Janeiro, em que trabalho com as percepções de cidadania, violência e paz de seus moradores e de suas lideranças comunitárias, examinando diversas iniciativas de integração entre favelas e asfalto e acompanhando a sociabilidade que se desenvolve nesses e entre esses locais. Desse ângulo, falo de algumas das construções virtualmente possíveis hoje no Rio de Janeiro, embora sem pretensão de generalização.

O Rio de Janeiro como uma cidade violenta

Desde o início do século passado, o Rio de Janeiro era conhecido como "cidade maravilhosa", em uma referência às suas belezas naturais e uma idealização do que seria a sociabilidade caracteristicamente carioca, em que praias, futebol, samba e carnaval integrariam moradores e visitantes independentemente das diferenças de classe em dinâmicas que diluiriam os conflitos sociais. Ao longo dos anos, esta representação fundamentou a construção identitária da cidade e de seus habitantes.

Na década de 90, entretanto, diversos episódios violentos conferiram ao Rio de Janeiro um outro perfil. Assassinatos, roubos, assaltos, seqüestros, arrastões nas praias, brigas de jovens em bailes funk e confrontos armados entre quadrilhas rivais ou entre estas e a polícia tornaram-se parte de seu quotidiano, levando a que sucessivos governos municipais e estaduais fossem eleitos com a promessa de controlar, ou mesmo acabar, com a violência na cidade. Porém, a despeito da implementação de políticas bastante diferenciadas com vistas a este fim, pouco ou nada conseguiram em termos de reversão deste quadro.[3]

---

[1] Apresentei uma primeira versão desse texto no seminário "Eu acredito é na rapaziada: juventude, movimentos sociais e ONGs", promovido pelo ISER/Assessoria, em 14/07/2001.

[2] Cf. Novaes (1998) que ressalta a necessidade de se precisar, quando se refere a juventude(s), de qual juventude se fala, uma vez que os jovens se diferenciam de acordo com classe, raça, etnia, gênero, locais de moradia, etc.

[3] Para a discussão do crescimento da violência na cidade, de suas modalidades e tematizações, consultar Leite (1997; 2001), Cunha (1997), Zaluar (1994; 1995) e Soares et al. (1996).

O Rio tornava-se, assim, uma "cidade partida", na expressão cunhada por Zuenir Ventura e popularizada em seu livro com este título (1994). Desde então, essa imagem foi fartamente utilizada por outros analistas e pela mídia carioca. Apoiando-se na chave da "questão social" para a interpretação do crescimento da violência, a noção de "cidade partida" referia-se, de um lado, a um dilaceramento do tecido social por contradições e conflitos resultantes de um modelo de crescimento econômico e expansão urbana que alijara de seus benefícios parte considerável da população carioca. De outro, aludia ao que vinha sendo apresentado pela mídia como uma oposição praticamente irreconciliável entre suas classes médias e abastadas e a população moradora nas favelas espalhadas nos morros e subúrbios da cidade e em sua periferia. Remetia, assim, ao sentimento difuso de medo e insegurança que circulava entre as primeiras e à imagem de que a cidade estaria no limiar da submissão ao crime e à barbárie.[4] Ao fazê-lo, entretanto, também contribuía para reforçar os nexos simbólicos de territorialização da pobreza e da marginalidade nas favelas cariocas (Valladares, 1991; 2000).

As novas modalidades de violência presentes no Rio de Janeiro, à essa época, associavam-se fortemente às dinâmicas do tráfico de drogas e armas e aos inúmeros confrontos entre policiais e traficantes e entre quadrilhas rivais de traficantes, entrincheiradas nos morros e favelas da cidade. De lá, parecia emergir um "mal" a se irradiar para a cidade. A percepção da ineficácia das políticas públicas de segurança e a vivência de situações características de situações de guerra (mortes, trocas de tiros, invasões, etc.) no espaço urbano, por uma parte de seus moradores, propiciaram o desenvolvimento de uma "cultura do medo"[5], que redefiniu as relações dos cariocas com o território urbano e com seus concidadãos, alterando-lhes a sociabilidade. A crise da identidade de "cidade

[4] Para um exemplo, ver o editorial do Jornal do Brasil de 19 de outubro de 1992, o dia seguinte a um grande arrastão nas praias.

[5] Uso a expressão com o sentido atribuído por Soares, isto é, como "uma certa estrutura simbólica de articulação entre representações: tudo o que se parece com violência, das vozes altas no fundo do corredor à indisciplina no trânsito, da briga de galeras aos homicídios brutais, tendia a ser homogeneizado e definido como manifestações típicas de um fenômeno comum: a 'violência carioca' pensada como expressão máxima da 'decadência da cidade'..." (Soares et al., 1996: 259).

maravilhosa" favorecia a representação de uma ruptura da sociabilidade especificamente carioca e, com isso, o sentimento de ameaça de ruptura completa de qualquer forma de sociabilidade (Soares et al., 1996 - "Rio de Janeiro, 1993: a tríplice ferida simbólica e a desordem como espetáculo"). A cidade outrora tida como aberta e hospitaleira encheu-se de portões, guaritas e grades, bem como de seguranças e vigias.

Outras barreiras também foram erguidas no plano simbólico, estigmatizando certos grupos sociais (favelados, meninos de rua, funkeiros, jovens pobres, etc.) que foram então representados como vivendo nas franjas da marginalidade e do crime, mais especificamente do narcotráfico, e, assim, como portadores de um potencial disruptivo que poderia ser atualizado a qualquer conflito. No caso dos funkeiros, por exemplo, como demonstrado em outras pesquisas (Cunha, 1997; Soares, 1996), a produção do estigma esteve fortemente relacionada à ação da mídia, que interpretou as brigas entre grupos de jovens pobres de diferentes favelas e galeras funk nas praias da cidade como assaltos por eles planejados e executados (os arrastões). Noticiando com espanto e medo o modo como transpuseram as fronteiras materiais e simbólicas entre as classes sociais na cidade - apropriando-se de "pedaços" das praias cariocas, lá impondo suas leis e valores e atraindo jovens de camadas médias a seus eventos - a mídia converteu os jovens pobres, favelados e funkeiros em uma das faces do "mal" que perpassaria a cidade. Apropriando-se do estigma e redefinindo-o por uma afirmação identitária (Cunha 1997:109), os funkeiros passaram a se identificar, em uma espécie de grito de guerra, como o "bonde do mal" de tal ou qual favela, por exemplo, o "bonde do mal de Vigário Geral". Com a expressão tanto se referiam ao uso de transporte coletivo (como um indicador de pertencimento social) quanto à idéia de "onda irresistível que a tudo e a todos envolve", rompendo os códigos espaciais, sociais e culturais da cidade (Cunha, 1997: 109).

As redes de contato, participação e adesão entre o funk e o narcotráfico não interessam a este texto. Para a contextualização desenvolvida, pouco importa se as galeras têm ou tinham alguma relação com as quadrilhas de traficantes de drogas, ou se eram os mesmos códigos impostos pelo narcotráfico

nos morros e periferias da cidade que estavam sendo transplantados para as praias, então territorializadas como local de frequentação por favela. O que não significa necessariamente a adesão dos favelados a esses códigos, mas sim a sua submissão a regras tidas como impossíveis de serem quebradas. Aliás, o mesmo procedimento que órgãos públicos vêm seguindo em suas intervenções em favelas como, por exemplo, não reunir em um mesmo projeto moradores de áreas dominadas por "comandos" diferentes; não fazer os trabalhadores transitarem por essas áreas mesmo que a serviço do projeto ou instituição, etc.

Desse ponto de vista, o que me interessa é identificar uma reação de diversos segmentos da cidade ao que foi percebido como "os conflitos do morro chegando ao asfalto", sobretudo através do tráfico de drogas. Assim se produziu um consenso entre uma parte significativa dos analistas, políticos e moradores da cidade quanto ao ponto nevrálgico da violência nos anos 90: o tráfico de drogas, modernizado e internacionalizado desde meados da década de 1980.

As trincheiras do tráfico de drogas nas favelas

Pouco sabem os habitantes do Rio de Janeiro acerca do contrabando e/ou da produção das drogas (principalmente cocaína e maconha) ali distribuídas ou do contrabando de armas que lhe é conexo. No entanto, o esquema de sua distribuição e venda no varejo é bem conhecido por todos: realizado por quadrilhas pertencentes aos diferentes comandos ou facções (Vermelho, Vermelho Jovem, Amigo dos Amigos e Terceiro) entrincheiradas nos morros e periferias da cidade, que são controlados pelo poder das armas contra grupos rivais ("alemães") e a polícia, que buscam desalojá-los. Como se sabe, os morros e periferias urbanas foram em grande parte ocupados nos últimos cem anos e transformados em favelas por populações sem recursos e desassistidas pelo poder público em termos de equipamentos e serviços urbanos.[6] Essa ausência do Estado nas favelas facilitou que lá se instalasse a ponta de distribuição do tráfico de drogas, que usualmente procura garantir a sua permanência no local através da instituição do poder despótico dos chefes de quadrilhas sobre os moradores. Operando pelo terror, mas também com base em mecanismos de favor, as quadrilhas ajudam os moradores em favelas em suas necessidades mais prementes, dirimem os conflitos e impõem a lei do silêncio e da obediência incondicional (Zaluar,1994).

O tráfico de drogas e de armas é um negócio internacionalizado e oligopolizado que movimenta bilhões de dólares. De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP/RJ) relativos ao ano de 2000, uma "boca" (ponto de distribuição de drogas) apenas razoável, como a da favela de Santa Marta, teria um movimento de cerca de R$ 30.000,00 por final de semana (Jornal do Brasil, 28/03/00). No mesmo ano, o movimento de vendas de drogas no estado teria atingido um faturamento de 3 milhões e 500 mil reais por semana (O Globo, 09/04/00). O Jornal do Brasil estima, baseado em levantamentos federais, que no país cem mil pessoas, isto é, pouco mais de 0,1% de sua população economicamente ativa, vivam do tráfico de drogas (Editorial, 20/05/2000).

As quadrilhas que dominam as "bocas" são formadas por jovens; as informações do campo dão conta de que estes são cada vez mais novos. Também os jornais dão ampla publicidade à progressiva diminuição da idade de adesão ao "exército do tráfico". As pesquisas disponíveis demonstram que na faixa etária dos 18 aos 24 anos se concentra o maior índice de vítimas da

[6] Situação que sofreu algumas modificações nas últimas duas décadas. Múltiplas intervenções públicas têm sido realizadas nas favelas cariocas através do Favela-Bairro, programa de urbanização promovido pela prefeitura, o Pro-Sanear, programa estadual de abastecimento de água, de "mutirões pela paz" e de alguns outros projetos pontuais no âmbito estadual.

criminalidade violenta. Esta faixa etária corresponde a 11,88% da população. Entretanto, sobre ela incidiram 35,2% dos homicídios dolosos (Soares et al., 1996). Trata-se de uma letalidade que não é homogeneamente distribuída neste segmento, atingindo particularmente os jovens pobres, negros e/ou pardos, com baixa escolaridade, algum envolvimento com as redes de drogas e moradores nessas áreas. São jovens que tendem a ter uma vida mais curta, pois são mortos nas guerras de quadrilhas e nos confrontos com a polícia. Com isso, o tráfico recruta para sua hierarquia, que envolve o "dono do morro", os "gerentes de boca", "soldados", "fogueteiros" (vigias) e "aviões" ou "vapores" (entregadores), pessoas cada vez mais jovens, muitas vezes crianças. Esses dados revelam que, em pouco mais de dez anos, parcela da juventude pobre moradora em favelas se tornou tanto objeto quanto sujeito privilegiado da violência na cidade.

Estatísticas da 2ª. Vara da Infância e da Juventude, recentemente divulgadas, também demonstram uma crescente participação de adolescentes na criminalidade. De 1991 a 1998, o número de menores envolvidos em furtos, assaltos a mão armada, roubos, homicídios e venda de drogas cresceu em 225% (O Globo, 02/09/01). Embora este percentual refira-se tanto à juventude pobre quanto à juventude de classe média – segundo dados do Juizado de Menores publicados na mesma reportagem, o número de jovens desta última que praticam crimes cresceu em 30%, de 1995 a 2000 – deve-se notar que a criminalidade entre jovens de camadas médias e abastadas só ao final da década passou a ser percebida como um problema de segurança pública. Ainda assim, é usualmente considerada como a outra face (complementar e integrada aos) dos fenômenos que vimos examinando.

De um outro ângulo, a adesão à criminalidade e ao tráfico colocou com clareza os dilemas do trabalho em nossa sociedade, que parece não ter como incorporar uma parte considerável de seus membros ao mercado de trabalho e de consumo. Muitos "formam com o tráfico" por falta de opção, depois de "ser despedido e batalhar inutilmente (por um emprego) por várias semanas", como ouvi freqüentemente de seus pais e/ou amigos em minha pesquisa.

O grande número de mortes e com isso a rotatividade dos membros das quadrilhas parece ter aqui um fator explicativo: os novos adeptos se vêem de arma na mão sem qualquer treinamento ou experiência prévia e acabam por "dar bobeira" com o "alemão" ou com a polícia. Muitos, contudo, recusam o mundo do trabalho tal como constituído na sociedade brasileira, preferindo os riscos do tráfico, mas que possibilita uma participação no consumo e uma obtenção de prestígio de outra forma inacessíveis aos jovens pobres e favelados.[7] Diante da oferta de um emprego em função desqualificada, provisório, mal remunerado e freqüentemente informalizado, o trabalho deixa de se constituir em uma alternativa efetiva para os mesmos, desvendando assim a face perversa da perda de sua centralidade nos países periféricos ao capitalismo globalizado.

No caso do Rio de Janeiro, esses segmentos à margem do mercado encontram-se majoritariamente nas favelas (quer porque o estigma de favelados dificulte ainda mais a obtenção do emprego, quer porque moram na favela exatamente por não disporem das condições sociais que facilitariam esta inserção, quer ainda por ambas as razões associadas). Assim é que o desemprego no Rio de Janeiro, apesar de relativamente baixo, se encontra concentrado na população de baixa renda das favelas, penalizando principalmente os jovens com baixa escolaridade. Também os índices de informalidade são bem superiores nas favelas

[7] Ver para o ponto Zaluar (1994) e as entrevistas com membros destas quadrilhas no documentário carioca "Notícias de uma guerra particular", de João Moreira Salles e Kátia Lund, Vídeo Filmes, 1999.

do que no resto da cidade, como se pode observar nos dados abaixo.

Em 1998, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro foi de 5,4% de sua população economicamente ativa, a menor entre os principais centros urbanos do Brasil. A média nacional alcançou 7,6%. Enquanto isso, em trinta favelas então estudadas na Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda, desenvolvida pela Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas/SCIENCE e pela Secretaria Municipal do Trabalho do Rio de Janeiro, a taxa de desemprego atingia a 18,5% da população. No que concerne especificamente aos jovens na faixa de 15 a 17 anos, a média da Região Metropolitana do Rio (RMRJ) era de 13,5%. Nas favelas, contudo, aonde é mais forte a pressão para que trabalhem ainda adolescentes oscilava entre 25,8% (Mangueira) e 50% (Mata Machado). Já na faixa dos 18 aos 39 anos a taxa de desemprego entre moradores de favelas variava entre 15.9% e 22,5%. O trabalho informal, que atingia 26,02% da PEA na região metropolitana, alcançava nas favelas taxas entre 35,5% e 53,9% (O Globo, 24/5/1999). Estamos tratando, em sua maioria, de trabalhadores pobres e desqualificados, cuja fragilidade no mercado de trabalho revela-se em sua vinculação ao trabalho informal, com salários mais baixos e sem acesso à proteção legal.

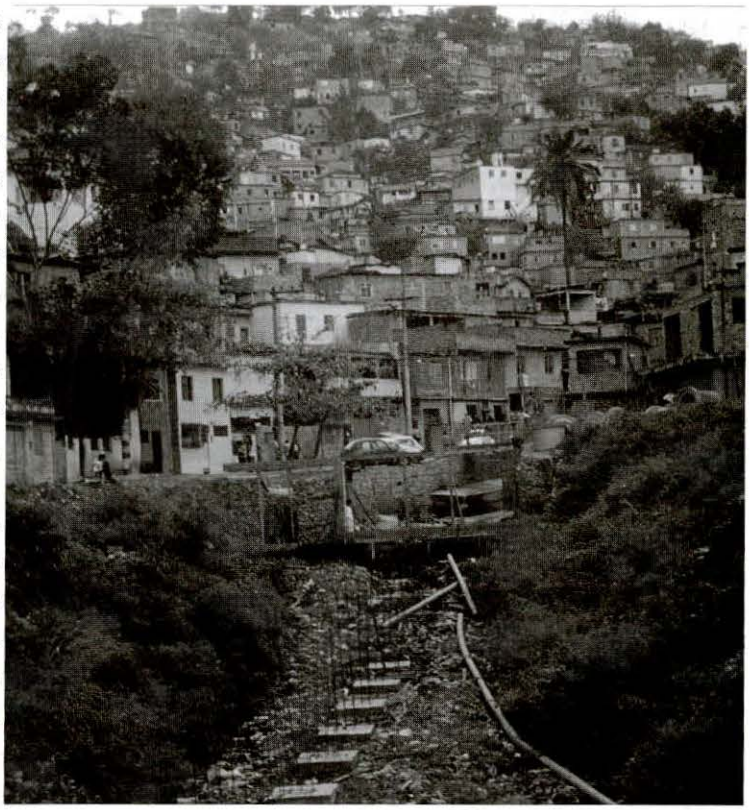
Os dados mais recentes, agora referentes a 51 favelas, confirmam a tendência apontada. Segundo Machado, "a porcentagem de jovens moradores de favelas desempregada é muito alta, chegando a 18,6% da PEA, superior a dos jovens da RMRJ (em torno de 11,6%). ... O dado mais surpreendente, no entanto, é com relação aos jovens que não estão nem ocupados, nem procurando ocupação, os inativos. Cerca de 48% deles também não freqüentam a escola, não participando do sistema escolar, nem do sistema produtivo. São jovens que nada fazem, e são vulneráveis ao crime organizado e à economia do tráfico" (2001: 9-10, grifos da autora).

Vale, ainda, lembrar que muitos analistas atribuem as baixas taxas de desemprego apresentadas pelo Rio de Janeiro à vitalidade do mercado informal na cidade, particularmente quanto aos vendedores ambulantes, às atividades relacionadas às escolas de samba/carnaval, à contravenção e ao mercado ilegal da droga. Uma estimativa da dimensão de algumas categorias do setor informal no Rio de Janeiro aponta a existência de 300 mil camelôs, 50 mil "apontadores" do "jogo do bicho" e 10 mil "flanelinhas", considerando que todos estariam associados a atividades ilegais (Jornal do Brasil, 20/05/99).

O quadro traçado permite perceber que, na primeira metade da década, os cariocas defrontaram-se, de um lado, com a mudança de magnitude do tráfico de drogas da cidade, a consolidação pelas armas e pelo despotismo de suas "trincheiras" nas favelas e a grande capacidade de aliciamento de jovens para integrarem seu "exército". De outro, depararam-se com a existência de um grande contingente de jovens pobres e favelados não inseridos no mercado de trabalho ou com uma inserção marginal e/ou temporária (e com isso destituídos de proteção legal e acesso aos direitos sociais)[8], que pareciam aderir cada vez mais a práticas

[8] No Brasil, como se sabe, a institucionalização dos direitos de cidadania não seguiu o critério de universalidade aplicado em grande parte da Europa e que foi sintetizado por Marshall como uma medida de igualdade que correlaciona, através de um elenco de direitos, indivíduos pertencentes a um Estado nacional (1967). Ao contrário, o acesso aos direitos de cidadania dependia fortemente da posição no mercado de trabalho que determinava o acesso a um conjunto de direitos específico em relação à ocupação desempenhada, num padrão que ficou conhecido como cidadania regulada (Santos, 1987). A Constituição de 1988 procurou mudar este sistema, adotando o princípio da universalização de direitos. Entretanto, com a crise do Estado, a desarticulação dos direitos de cidadania e a degradação das políticas públicas e serviços sociais, ambos os modelos entram em crise. Para o tema, consultar Leite (1999) e Abreu (1997).

criminosas. Um outro elemento compunha este cenário: o crescimento do número de favelas e da população favelada em um ritmo que excedia o do restante da cidade. As favelas avançavam sobre a Mata Atlântica nos morros da cidade e, em várias áreas, aproximavam-se das residências do "asfalto", em uma diluição de antigas fronteiras territoriais. A essas imagens, freqüentemente exibidas em televisões e jornais, somou-se a divulgação dos dados do IPLANRIO, fartamente publicados na mídia carioca. Assim, os moradores da cidade tomaram ciência de que, em 1991, o Rio de Janeiro tinha 573 favelas, concentrando 17,7% de sua população, estimada em 5.472.967 habitantes, e ocupando 2% de sua área total. Em 1996, as favelas já eram 603. E, enquanto no período entre 1991 e 1996, a população da cidade aumentara apenas 1,29%, nos quatro grandes conjuntos de favelas crescera de 5,97% (Rocinha) a 69,43% (Complexo da Maré) (IBGE-Recontagem de 1996). Esses dados revelavam, ainda, que o crescimento das favelas se desvinculava da migração interna, encontrando sua dinâmica no empobrecimento da população carioca.



Da "guerra santa" nas favelas à "cidade em guerra"

Além disso, as favelas vinham de ser palco de intensos conflitos religiosos entre adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e dos cultos de possessão de origem africana, estes acusados pelos primeiros de conivência com o "mal" representado por bandidos e traficantes, no que ficou conhecido como uma "guerra santa" (Birman, 1996; Zaluar, 1994 e 1995). Este conflito envolveu também atos de hostilidade da IURD à Igreja Católica e o combate desta às religiões neo-pentecostais apontadas como "mercantilistas" (Birman, 1996; Soares, 1993, entre outros).

Esses episódios evidenciaram o quanto diminuíra a presença da Igreja Católica entre as classes populares e crescera paralelamente a das igrejas evangélicas.[9] Demonstraram, assim, que estavam em curso mudanças significativas no campo religioso carioca, como também no brasileiro. De um lado, o que saltava aos olhos dos observadores era a intolerância religiosa da IURD, atribuída pela mídia ao fanatismo e à ignorância de seus fiéis, que rejeitariam o pluralismo religioso em nome de uma verdade absoluta contida em sua própria crença. Ponto que fica claro no interessante artigo de Birman (1996), que analisa a campanha contra a IURD

[9] Na RMRJ, a população evangélica (pentecostais e históricos) cresceu de 12 para 20%, entre 1991 e 1997, enquanto a católica diminuiu de 65,6% para 57% (Carvalho et al., 1998). Os dados do período entre 1992 e 1994, revelam que dos 300 mil novos fiéis que se converteram às religiões evangélicas 64% vieram do catolicismo, 16% da umbanda e ou do candomblé e 6% do kardecismo (Fernandes, 1996: 6).

realizada pela TV Globo, considerando especialmente o episódio do "chute na santa" (a imagem de N. S. Aparecida) por um pastor da IURD em programa da TV Record.

De outro lado, porém, aqueles episódios revelaram a presença e a voz na cena pública de outros atores religiosos, que não a Igreja Católica, bem como de outro modo de ali atuar, bem distinto do que predominou com esta Igreja no Brasil nos últimos cem anos (Birman e Leite, 2000; Sanchis, 1996). Rompia-se a relação estabelecida desde a proclamação da república, quando, como contrapartida da laicização, o Estado conferiu ao catolicismo a condição de crença legítima no domínio privado. Como se sabe, ao fazê-lo, assegurou a esta Igreja a legitimidade de velar por seu "rebanho", compreendido como todo o povo brasileiro, também no domínio temporal. Papel que foi exercido pela Igreja Católica na esfera pública sobretudo através da interpelação aos poderes públicos e privados quanto à situação sócio-econômica de seu "rebanho" e de sua proteção contra a opressão estatal. Ou seja, ali começavam a se redefinir as fronteiras entre público e privado, fé e política, que demarcaram em nossa sociedade as relações entre Igreja e Estado.

Esta inovação expressaria também uma espécie de "reencantamento do mundo", ou mais propriamente revelaria o quanto os brasileiros prefeririam a religião à política e, sobretudo, as religiões que cultivam a mística ao invés de se entregarem a movimentos laicizantes, como a religião católica sob o predomínio da Teologia da Libertação. De qualquer modo, tornava-se evidente que os "brasileiros pobres começavam a prescindir da direção católica" e que para estes se abria "outra maneira de conceber a ordem no mundo e de experimentar a subjetividade, valores distintos, perspectivas diferentes", fortemente (mas não exclusivamente - MPL) influenciados pela religiões evangélicas, pentecostais ou não (Soares, 1993: 210-213).

Neste cenário, os dados sociológicos terminaram por ser interpretados, por uma expressiva corrente de pensamento na cidade, através de uma reatualização do tema das "classes perigosas", que desde o início do século se associa em nosso país com os pobres e os trabalhadores, tidos como disponíveis para promover, ainda que sob motivação da necessidade, desordens urbanas. Medo, insegurança e sentimento de ineficácia da política pública de segurança combinavam-se à percepção da conjuntura de desemprego e desarticulação dos direitos sociais de cidadania e da quase total ausência do Estado e de suas políticas nas favelas e periferias, bem como aos

temores suscitados pela nova equação entre a Igreja Católica e as igrejas evangélicas nesses locais, propiciando a leitura de que "o morro poderia descer" e tomar o asfalto sob o comando e/ou a serviço do tráfico.

Estava em curso um deslizamento de sentido da violência: de uma guerra de quadrilhas e/ou guerra da polícia contra o tráfico para uma guerra da favela contra o asfalto. Assim, variavam as tematizações do "mal" que se abateria sobre a cidade, ora referido estritamente como o tráfico de drogas, ora compreendendo também as favelas. Correlatamente, seus agentes oscilavam dos narcotraficantes aos moradores de favelas percebidos como coniventes com os primeiros; dos criminosos aos segmentos passíveis de serem seduzidos pelo mundo do crime, isto é, os jovens pobres favelados, os funkeiros, meninos de rua e uma massa indefinível de trabalhadores na informalidade.

As diferentes correntes do opinião e projetos políticos, que divergiam sobre a origem do "mal", sua abrangência e os instrumentos para enfrentá-lo, podem ser, grosso modo, sintetizadas em duas perspectivas. A primeira, liderada pelo então prefeito da cidade (1993/96) e contando com a adesão ativa de vários políticos, do aparato policial militar, de setores da mídia e de parte dos moradores da cidade, oriunda principalmente de suas camadas médias e abastadas, operava com a representação de um "mal" que contaminava toda a cidade, pois "absoluto e incontrolável".[10] Em decorrência, declarava a existência de uma guerra na cidade e propunha-se a travá-la onde emergira, ou seja, nas favelas. Considerava que a situação excepcional - de guerra - não admitia contemporizações com políticas de direitos humanos e reivindicações pelo respeito aos direitos civis nos territórios conflagrados (Leite, 1995; 2001).

Por seu turno, a segunda vertente, liderada por um grupo de organizações não-governamentais, intelectuais formadores de opinião na cidade, alguns órgãos de imprensa e setores médios politizados e/ou intelectualizados, via o "mal" como localizado (o tráfico de drogas) e, neste sentido, "relativo e domesticável" (Novaes, 1997: 6). Considerando que o mundo do trabalho perderia densidade entre nós não por excesso, mas por ausência de cidadania, advogava a necessidade de levar a cidadania para as favelas e periferias, integrando seus moradores, particularmente os jovens, à cidade. Para fazê-lo, propôs à cidade uma ética e uma lógica que traduzisse suas metas e ações na linguagem do bem, da fraternidade, da solidariedade.

A "cruzada do bem": do "bonde do mal" ao "trem da história"

Desde meados dos anos 90, uma "cruzada do bem" vem sendo desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro por iniciativa das ONGs, congregando uma diversidade de outros atores (organizações estatais, instituições privadas, escolas, universidades, intelectuais, alguns empresários, jovens de camadas médias dispostos a realizar trabalhos sociais e grupos filiados a diferentes tradições religiosas)[11], que investem na produção de uma contrapartida solidária ao esgarçamento do tecido social e à hipótese de radical exclusão dos segmentos estigmatizados. Seu objetivo seria contrapor ao "mal" (real ou virtual) o bem. Atribuem um novo significado à caridade, conclamando os cidadãos individualmente para praticarem quotidianamente pequenos gestos de boa vontade, atos para a "pacificação e integração da cidade" (da doação de alimentos, roupas, brinquedos, objetos recicláveis etc., à cessão de seu tempo e talento aos necessitados através do voluntariado em projetos sociais e da participação em diversas campanhas.

---

[10] Quanto às possibilidades de qualificar e requalificar o "mal" nestes termos, ver Novaes (1997).

[11] Para uma visão global, consultar os diversos artigos publicados em Landim (1998).

Estas novas formas de participação social emergiram na cidade, em 1993, a partir de duas campanhas cívicas. A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, campanha pela erradicação da fome no Brasil que, segundo cálculos da época, atingia 30 milhões de miseráveis e o Viva Rio, movimento pela "pacificação da cidade" com propostas de várias formas de reação coletiva à violência, como manifestações de cunho reivindicativo, atos de congraçamento, cultos ecumênicos, campanhas, projetos sociais específicos, etc.[12] Ambas definem como seu objetivo a construção da cidadania através da experiência cotidiana de compartilhamento de direitos e deveres comuns, recorrendo intensamente a rituais e símbolos referidos aos valores da paz e da solidariedade. A diversidade dos atores e de suas iniciativas, reunidos no que estou designando como uma "cruzada do bem", parece ter por denominador comum exatamente a solidariedade. Ressemantizada no cenário de medo e insegurança, desemprego e desconstrução de direitos sociais que atinge a cidade, a solidariedade vem sendo valorizada, como aponta Novaes, como um "caminho para a afirmação de valores comunitários" e "antídoto à indiferença frente a crescente exclusão social" (1998: 9-10).

A Campanha contra a Fome, inaugural deste processo, foi organizada por Betinho, que, em sua principal peça publicitária veiculada pela TV, contava o que denomino da "metáfora do beija-flor" e que sintetiza essa perspectiva. A estória era mais ou menos assim: "havia um grande incêndio na floresta e um beija-flor voava até um lago e trazia em seu bico uma pequena quantidade de água que, retornando, vertia sobre o fogaréu. Alguns bichos o interpelavam, argumentando que de nada valia seu esforço diante da quantidade que trazia e da imensidão do incêndio. Ao que o beija-flor respondia: - eu estou apenas fazendo a minha parte." A metáfora do beija-flor aludia à discussão, no campo da esquerda, sobre como enfrentar a pobreza e a miséria (com reformas estruturais ou medidas tópicas emergenciais? a partir do Estado que deveria ser conquistado para este fim ou através da ação voluntária dos cidadãos tomados individualmente?) e valorizava a ação intrínseca à primeira posição contra o que entendia como o imobilismo derivado da segunda. Sua penetração no imaginário da cidade parece-me ter sido intensa. Ao realizar meu trabalho de campo, ouvi com freqüência - quase literalmente - a última frase: "eu pelo menos estou fazendo minha parte".

Muitos dos atores que participam desta campanha e de outras ações no campo da fraternidade e da caridade, assim como de movimentos pela paz, contra a poluição, pelo desarmamento, contra a violência, pela afirmação dos direitos civis e/ou de formas renovadas de cidadania, se encontram sintonizados com esta perspectiva. O que os move é a vontade de atuar, de fazer a sua parte, em um contexto em que prevalece a percepção de que as impossibilidades e/ou os limites de atuação do poder público podem (e devem) ser compensados pela ação cidadã, compreendida como a participação que se desenvolve na esfera da sociedade civil. Sem dúvida há aqui a percepção de que esta ação é imprescindível justamente pela ausência do Estado. Tematizada como "antídoto à indiferença", a solidariedade recorre às idéias e valores associados à fraternidade e à caridade, numa recriação do que Bellah entende como "religião civil" e que examinei em outros lugares (Leite, 2001; Birman e Leite, 2000). Entretanto, minha observação dessas redes de solidariedade sugere que o estímulo a que cada um faça sua parte também interpela a razão para um cálculo instrumental. Ou seja, em alguma medida, a motivação para agir apóia-se em uma lógica instrumental de evitar situações disruptivas na cidade.

Foi com esse significado que ouvi, em meu trabalho de campo, a expressão "do bonde do mal ao trem da história", denotando, de um lado, um forte sentido de oportunidade, de ***timing*** no perceber que o curso de muitas vidas pode ser alterado pelas alternativas oferecidas pela parceria entre esses atores, ou seja, por esta "cruzada".

[12] Consultar para a história da primeira, Landim (1998); para a da segunda, Soares (1996: 294-297) e Fernandes (1995: 144).

De outro, sugerindo as possibilidades que se abrem para a juventude pobre das favelas: transitar da marginalidade para a cidadania, do "mal" para o "bem".

Nesse cenário, o "bem" foi chamado a atuar sobretudo com um objetivo: arrancar a juventude pobre do tráfico, pacificando a cidade. A esse respeito é ilustrativo o relato de Luiz Eduardo Soares - ele próprio então um militante do movimento e, posteriormente, Subsecretário de Pesquisa e Cidadania na SSP/RJ - sobre a linha de atuação do Viva Rio: "convencido de que o ***issue*** estratégico era ... a exclusão da juventude" o movimento teria decidido privilegiar a criação de "dispositivos causais competitivos com as redes causais acionadas pelo mundo do crime" (Soares et al., 1996: 296).

Assim, se as principais estratégias da "cruzada do bem" podem ser resumidas na idéia de integração material e simbólica das favelas à cidade, parece haver um privilégio à ação sobre os seus jovens, que se traduz em múltiplas iniciativas públicas e privadas com o objetivo de fornecer a este segmento uma educação profissionalizante mais sintonizada com as necessidades do mercado e, se possível, patrocinar sua (re)inserção no mercado de trabalho. E, ainda, na valorização de suas manifestações culturais, formas de sociabilidade e espaços de lazer, dissociando-as do estigma que lhes foi agregado na história recente da cidade.

Não por acaso constatamos que os projetos públicos e privados, estes usualmente com financiamento público, dirigidos aos jovens são inúmeros. O Plano de Ação Social Integrada/PASI do Favela Bairro II, além de cursos profissionalizantes para os moradores, tem um programa especial para adolescentes em situações consideradas de risco. O mais importante projeto do governo do estado nas favelas denomina-se "Vida Nova" e busca exatamente oferecer (através de um salário mínimo e algum tipo de formação) alternativas aos jovens que abandonarem o consumo e/ou o tráfico de drogas. Este também é um dos objetivos do projeto "Escolas para a Paz", produto de uma parceria entre a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o governo do estado do Rio de Janeiro, que abre as escolas públicas nas favelas durante os finais de semana e ali oferece oficinas de cultura, arte, esporte e lazer para adolescentes em situação de risco social. No plano federal, o programa "Agente Jovem" incide sobre o mesmo grupo, desta vez tentando transformar o jovem em situação de risco em um agente promotor de cidadania através de cursos de profissionalização, de uma pequena bolsa e de aulas relativas a saúde, cidadania e meio ambiente. Acompanhando este movimento, multiplicam-se os projetos dirigidos

à juventude e desenvolvidos por ONGs, escolas, universidades, grupos religiosos, etc.

Ao mesmo tempo, diversas outras iniciativas, com ou sem o apoio dos primeiros, são desenvolvidas por jovens, usualmente com forte ênfase na arte, na música, na cultura.[13] Conformam o campo do que vem sendo definido como "protagonismo juvenil", isto é, do que concerne ao "papel ativo dos jovens em sua educação, no resgate de sua cidadania e das comunidades onde vivem, na construção de uma sociedade mais justa para todos" (Zanetti, 1999).

A mídia carioca, apesar de algumas hesitações, vem dando cada vez mais destaque a – e assim valorizando - esse tipo de projetos, como se pode observar nas reportagens: "Os novos revolucionários das favelas", O Globo, 08/07/01; "A arte de protestar nos muros", O Globo, 08/07/01; "Para jovens carentes, traficantes são heróis", O Globo, 16/08/01; "Atores e vítimas da violência", O Globo, 02/09/01; "Promotores sociais, a nova profissão do Rio", O Globo, 09/09/01; "Projeto da UNESCO leva cursos a jovens carentes", O Globo, 15/09/01; entre outras.

Vale destacar ainda outras iniciativas que buscam desenvolver o que vem sendo chamado de uma "economia solidária", cujo eixo é organizar trabalhadores/produtores à margem do mercado de trabalho e de consumo em cooperativas de produção ou de serviços. Dirigidos especificamente aos jovens ou não, são projetos que procuram oferecer como opção ao desemprego a inserção em atividades novas (menos no sentido de inusitadas/criativas e mais no de que não comporiam o repertório de alternativas desses grupos), que dispensem grande investimento em formação e/ou capital, tais como reciclagem de papéis ou alumínio, cultivo de plantas medicinais, guias/fiscais ecológicos etc. Observações preliminares sugerem-me, entretanto, que estes projetos têm sobretudo um caráter exemplar, além de resultarem com freqüência, mais do

[13] Ver, para o registro de algumas iniciativas conduzidas por diferentes grupos religiosos, Novaes e Mafra (1998). Para a análise das alternativas geradas por jovens no campo da arte e da cultura, consultar neste volume os artigos de Regina Novaes e Rafael dos Santos.

envolvimento quase militante dos técnicos das instituições estatais e das ONGs.

O movimento comunitário de favelas e o tema da juventude

Em minha pesquisa, venho observando uma revitalização das associações de moradores em favelas no Rio de Janeiro, que certamente se vincula à implantação (e/ou à expectativa de) do Favela Bairro, à demanda de participação de seu órgão financiador, o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID e aos inúmeros projetos de ONGs e outras instituições que o acompanham e também estimulam a emergência de interlocutores e dinâmicas participativas. Além disso, associa-se ao estímulo propiciado por certas formas de pertencimento religioso à atividade política comunitária. Vários dirigentes comunitários católicos ou evangélicos iniciaram ou renovaram recentemente sua militância no movimento de favelas, concernidos aos apelos cívicos da "cruzada do bem", que examinamos, e assim somando-se aos esforços por "pacificar e integrar a cidade".

A maior parte das alternativas geradas por este projeto inscreve-se em uma leitura do tema da integração entre bairros e favelas consistente com o diagnóstico dominante no Rio de Janeiro sobre a violência e sua relação com a juventude pobre, moradora em favelas e à margem do mercado de trabalho. Desta concepção partilham inclusive os moradores das favelas que consideram o desemprego e a falta de perspectivas a principal causa do jovem ***formar no tráfico***. Assim, os projetos que visam os adolescentes envolvidos ou próximos às redes de tráfico, bem como aqueles que oferecem aos jovens moradores de favelas educação profissionalizante e/ou alternativas de emprego e renda, são amplamente aceitos pelos dirigentes comunitários. Se esta aceitação algumas vezes é incondicional, como argumenta Evaldo (***se a gente está com fome, tem que aceitar o prato de comida que recebe. Não pode ficar discutindo o que vem no prato***), outras, é considerada criticamente. Muitas lideranças de favelas que entrevistei apontam os limites desses projetos e sua insuficiência diante da extensão dos problemas enfrentados. Destacam que, se não são eficientes em termos dos resultados a médio prazo, também não geram no curto prazo o atendimento, nem as oportunidades de emprego e renda esperadas. Ao invés de recusá-los, entretanto, demandam uma ampliação de seu escopo: maior número de vagas, outras faixas etárias, continuidade, formação técnica e direcionamento para o mercado de trabalho.

"Eu só gostaria sinceramente que eles fizessem um projeto para pessoas de 18 em diante ... a 24. Essa faixa é desemprego total, esses garotos que eles estão pegando ... ***"(Rosa).***

Tem uma idade certa ... passou, não pode mais ficar no projeto. Só que esses jovens fizeram o curso e não terminaram nem o 1° grau, nem tem nenhuma especialização técnica ... nem onde trabalhar. E aí, o que esses jovens vão fazer? ***(Luísa).***

Os mesmos dirigentes também criticam alguns desses projetos por corresponderem sobretudo aos interesses dos técnicos governamentais, das instituições ou das ONGs, sem sintonia com os interesses e projetos que, nas favelas, aguardam recursos para se viabilizar.

"Tem muita gente de coração bom para ajudar, mas tem muita gente que está pegando a verba e investindo muito pouco ***[nas comunidades].*** ... a comunidade ***[não pode]*** ficar sendo um celeiro para aqueles que querem ... viver de projetos ... isso é o tipo de coisa que tem que mudar. Se a própria comunidade se organiza ... tem que se profissionalizar, tem que se capacitar para poder ir buscar recursos pra investir na comunidade. Pra não ter que ... procurar um mediador ... a pessoa recebe a verba, põe profissionais de sua ONG pra trabalhar dentro da comunidade e ... o que vai ter de resultado é muito pouco" ***(Luísa).***

Esses depoimentos indicam claramente uma percepção das lideranças comunitárias dos limites de muitas das alternativas que estão sendo gestadas pela "cruzada do bem" (os projetos são pontuais, fragmentados, limitados à "faixa de risco", sem outras políticas sociais de apoio, não garantem inserção no mercado, não universalizam, etc.). Muitas chegam também a formular demandas no sentido de ampliar, dar densidade a esses projetos, convertendo experiências e demonstrações em políticas públicas, reivindicadas como direitos inerentes a uma perspectiva igualitária. Essa discussão, porém, escapa aos limites deste artigo. O que eu gostaria de aqui destacar é como também no movimento comunitário de favelas a produção de alternativas para a juventude vem sendo considerada prioritária.

Há nas favelas cariocas, uma grande variedade de projetos para jovens desenvolvidos ou apoiados por suas lideranças comunitárias, especialmente no campo da cultura, como por exemplo: Afro Reggae, de Vigário Geral; Nós do Morro, do Vidigal; Companhia Étnica de Teatro e Dança, do Morro do Andaraí; Amantes das Artes, de Indiana; Corpo Dançante da Maré e diversos outros grupos que vão da capoeira ao break, do pagode ao rap, da poesia ao grafite. São sobretudo iniciativas que investem na construção (da) ou no reforço à auto-estima dos jovens pobres moradores de favelas, propiciando-lhes um outro modelo cultural de realização material e afirmação social que não o protagonizado pelos traficantes de drogas. Querem com isso pôr em relevo para o conjunto de moradores da cidade uma outra face das favelas: não só tráfico de drogas, tiroteio e bala perdida, mas dança, arte, música, cultura, solidariedade e amor ao próximo. Buscam, assim, propiciar uma convivência mais aberta e integrada entre os moradores do asfalto e das favelas.

Já para os moradores das favelas, especialmente aos jovens e crianças, oferecem uma alternativa de construção identitária pela arte e pela cultura, apresentando os grupos de dança, música, teatro, etc. que deram certo, i.é, que são reconhecidos e valorizados dentro das favelas e fora delas e, muitas vezes, profissionalizados. Com isso, mesmo considerando que a hipótese de profissionalização não está aberta para todos esses jovens, apostam em seus sonhos como uma perspectiva razoável de futuro e lhes fornecem recursos simbólicos para neles acreditarem também. Num certo sentido, esses eventos valorizam o que eu venho chamando de uma "terceira via" entre os caminhos com que se defronta a juventude pobre moradora em favelas (Leite, 2001): nem o "mundo do trabalho" nas funções desqualificadas, mal remuneradas e sob o espectro do desemprego; nem as quadrilhas de tráfico com os ganhos maiores nos primeiros degraus de sua hierarquia e sob o fantasma da morte precoce. Deste ângulo, essas iniciativas dão visibilidade (a) e valorizam um outro modo de ser jovem, pobre e morador de favela na cidade do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ABREU, Haroldo Baptista de. (1997). "O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal", Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social, *vol. 1, n. 1.*

BIRMAN, Patrícia. (1996). "O bispo, o povo e a TV: alguns efeitos, talvez inesperados, da presença política recente dos pentecostais", Religião e Política. Cadernos de Conjuntura, *54, IUPERJ.*

BIRMAN, Patrícia e LEITE, Márcia Pereira. (2000). "What happened to what used to be the largest catholic country in the world?", Daedalus, *129, 2.*

CARVALHO, José Murilo et al. (1998). Lei, justiça e cidadania: cor, religião, acesso à informação e serviços públicos. *Rio de Janeiro, CPDOC/FGV-ISER.*

CUNHA, Olívia. (1997). "Conversando com ICE-T: violência e criminalização do funk", in HERSCHMANN, M. (org.), Abalando os anos 90 - funk e hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. *Rio de Janeiro: Rocco.*

FERNANDES, Rubem César. (1996). "Os evangélicos em casa, na igreja e na política", Religião e Sociedade, *17, 1-2.*

LANDIM, Leilah. (1998). "Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras", in LANDIM, Leilah (org.). Ações em sociedade. Militância, caridade, assistências, etc. *Rio de Janeiro: NAU.*

LEITE, Márcia Pereira. (1997), "Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage, Rio", Cadernos de Antropologia e Imagem, *4*

———————. (1999). "Crise da cidadania: em foco um dos cenários das ONGs", Proposta, *n. 81, junho/agosto.*

———————. (2001). "Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca". Tese de doutorado em Sociologia, PPGSA, IFCS/UFRJ, maio de 2001.

MACHADO, Danielle Carusi. (2001). "Jovens no mercado de trabalho do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro: trabalho e sociedade, *ano 1, n. 1.*

MARSHALL, T. H. (1967). "Cidadania e classe social". Cidadania, classe social e status. *Rio de Janeiro, Zahar.*

NOVAES, Regina Reyes. (1997). "Apresentação a" BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (orgs.). O mal à brasileira. *Rio de Janeiro: EdUERJ.*

——————————— e MAFRA, Clara. (1998). "Juventude, conflito e solidariedade", Comunicações do ISER, *17, 50.*

SANCHIS, Pierre. (1996). "O repto pentecostal à cultura católico-brasileiro", in VVAA, Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. *2ª ed., Rio de Janeiro: Vozes.*

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987). Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira. *Rio de Janeiro: Campus.*

SOARES, Luiz Eduardo. (1993). "Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil", Os dois corpos do presidente e outros ensaios. *Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará.*

——————————— et al. (1996), Violência e política no Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER.*

VALLADARES, Lícia. (1991). "Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil", in BOSCHI, Renato (org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. *Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ.*

———————. (2000). "A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais", Revista Brasileira de Ciências Sociais, *15, 44, outubro.*

VENTURA, ZUENIR. (1994). Cidade partida. *São Paulo: Companhia das Letras.*

ZALUAR, Alba. (1994). O condomínio do diabo. *Rio de Janeiro: Editora Revan.*

———————. (1995). "O medo e os movimentos sociais", Proposta, *n. 66.*

ZANETTI, Lorenzo. (1999). "Apostando no protagonismo dos jovens: refletindo sobre experiências educativas com jovens das classes populares. Proposta, *n. 83, dezembro.*

Hip Hop: o que há de novo?

*Regina Reyes Novaes**

* Antropóloga, professora do IFCS/UFRJ e pesquisadora do ISER

Dedico este artigo ao meu amigo Pedro Strozemberg, interlocutor constante. Dividimos sempre os impasses, os desafios e as alegrias dos projetos em que nos envolvemos ...

"Foi inicialmente como consumidora que presenciei, nas palavras do grupo Pavilhão 9, 'a tomada, por assalto, do cenário nacional' do movimento hip hop. Como consumidora estranhei o deslocamento das imagens e notícias sobre a periferia (desabamento na favela, as filas para vagas no setor de saúde ou de educação, as rebeliões na FEBEM ou em penitenciárias, as chacinas, as ruas sem esgoto, as casas inacabadas...) dos telejornais para as revistas, canais de televisão e programas especiais que giram em torno do mundo pop. Foi estranho ver na MTV entre dois clips onde predominavam as coloridas roupas da moda fashion, os cabelos coloridos, os ambientes hiper reais, ao lado de cenas de alguma favela, negros encapuzados, armas, 111 presos mortos, corredores do Carandiru. A década de 90 foi invadida pela presença da periferia para além do lugar que até então ela estava. O rap, o grafite e o break invadiram o universo urbano, veiculando-se pelo universo pop" (Marta Jardim).

Há muito que investigar para saber como e por que a *periferia* tornou-se "um produto altamente vendável". O depoimento da antropóloga Marta Jardim (1999: 3) é instigante. Ela fala de um contexto em que os jovens das periferias das grandes cidades também se tornam criadores de moda e estilo incorporados por muitos jovens de classe média. Não são estilos que buscam diluir a condição social periférica com uma roupa "insuspeita" do centro. Ao contrário, acentuam os traços socialmente associados à marginalidade, fazendo da roupa uma espécie de denúncia, de caricatura da imagem associada à periferia. Certamente a "diferença", imagens e falas "fora do lugar", tem valor comercial no mercado. É por isto que parece não haver intenção de "enquadrar" o rap.

Os Racionais MCs exemplificam bem esta história. Em São Paulo, em 1988, jovens moradores da periferia, batizados musicalmente como Ed Rock e KL Jay, participaram de uma coletânea chamada Consciência Black, lançada pelo selo Zimbabwe. No mesmo disco outros dois jovens, Mano Brown e Ice Blue, participaram gravando a música "Pânico na Zona Sul". Descobriram afinidades e formaram os Racionais. Hoje, a Mano Brown, Edy Rock, Ice Blue e K. L. Jay (DJ) agregam-se mais 9 pessoas de equipe de apoio. No palco, no total, chegam a 13. O narcotráfico, a corrupção e a violência policial são os temas de suas letras. A inspiração, dizem, vem de Capão Redondo, bairro violento do extremo sul de São Paulo, que - segundo tem sido divulgado pela mídia - contabiliza 13 assassinatos por mês. Mano Brown, vocalista do grupo, continua morando lá, na periferia.

Periferia e favela, aliás, são palavras chaves nessa complexa história. Mas, neste artigo eu gostaria apenas de me deter em três aspectos. Em primeiro lugar, destaco algumas das características que dão o contorno à cultura - movimento Hip Hop e, ao mesmo tempo, alimentam as controvérsias que dinamizam seu interior. Em seguida, trago algumas informações sobre as diferenças e semelhanças entre jovens urbanos de diferentes classes sociais que "gostam de rap", da música da periferia. Por último, coloco o foco nos jovens das periferias e favelas para indagar sobre os efeitos do rap nos projetos culturais e intervenções sociais nestes espaços, que se caracterizam por vários tipos de carências e violências.

Hip Hop: tensões constitutivas em seis pontos de controvérsia

1. As raízes (sobre os mitos de origem)

Foi no *"final dos anos 60 quando um Disk Jockey chamado Kool Herc trouxe da Jamaica para o Bronx a técnica dos famosos 'sound systems' de Kingston organizando festas nas praças. Herc não se limitava a tocar nos discos, mas usava o aparelho de mixagem para criar novas músicas. Alguns jovens admiradores de Kool Herc aprofundaram a técnica do mestre. O mais talentoso deles foi Grandmaster Flash, que criou o 'scratch', ou seja, a utilização da agulha do toca-discos, arranhando o vinil no sentido anti-horário. Além disso Flash*

entregava um microfone para que os dançarinos pudessem improvisar discursos acompanhando o ritmo da música, uma espécie de 'repente eletrônico' que ficou conhecido como RAP. Os 'repentistas' são chamados de rappers ou MCs, isto é, masters of cerimony. O rap e o scratch não são elementos isolados. Quando eles aparecem nas festas de rua do Bronx, também estão surgindo a dança break, o graffiti nos muros e trens do metrô nova-iorquino. Todas essas manifestações culturais passaram a ser chamadas por um único nome: Hip Hop. O rap é a música Hip Hop, o break é a dança Hip Hop e assim por diante" (Vianna, H., 1988).

Além do rap (com seus DJs e MCs) e do break, há também o grafite compondo a trilogia sagrada de um fenômeno social que é chamado pelos próprios participantes de "movimento ou cultura Hip Hop". Sabe-se que, nos EUA, há grupos violentos financiados pelos traficantes. Mas há também os grupos de caráter pacífico que se propõem a substituir a violência dss brigas entre grupos pela competição na música, na dança e no grafite. No Brasil, os grupos que se tornaram conhecidos são contra as drogas e pregam a paz. Esta postura favorece conexões entre os grupos do movimento Hip Hop, instâncias governamentais, organizações não-governamentais e Igrejas.

Ainda assim, existem discussões sobre as raízes do Hip Hop. Um trecho de artigo escrito por DJ TR, pesquisador, ativista do Hip Hop e colunista do Jornal Afro Reggae Notícias[1] exemplifica a controvérsia. Diz ele: *"o surgimento do hip hop no país foi em São Paulo, entre os anos de 82 e 83, através de equipes de som que nos anos 70 importaram dos Estados Unidos o soul e o funk – a trilha sonora do movimento black power, que se tornou o primeiro momento de união da juventude negra do Brasil. Mas há relatos na Bahia de ganhadores de pau, escravos que trabalhavam nas ruas de Salvador e que desenvolveram o canto falado com letras de denúncia contra a escravidão. Histórias como essa tendem a reforçar o discurso nacionalista de alguns militantes extremistas do hip hop, que tentam excluir a influência americana de nosso rap. Não conseguem. A própria história dos EUA registra a presença dos griots, escravos que trabalhavam nas lavouras de café utilizando o canto para divertimento, para contar histórias dos antepassados e resistir à pressão do senhor. Todas estas coincidências nos permitem o rap como algo instintivo e de origem africana. Mas é a partir da migração jamaicana que o rap começa a ser formado, adquirindo sua forma definitiva nos EUA. Uma outra parte do movimento se baseia completamente no comportamento do rap americano atual, esquecendo-se totalmente dos próprios valores gerados pelo movimento no Brasil (...)".*

Este trecho exemplifica bem o constante debate sobre as origens da cultura Hip Hop. O autor apresenta duas posições polares (nacionalista e americanista), mas sabemos que ainda existem tantas posições intermediárias. Como a dele próprio que, reconhecendo a procedência americana, termina o artigo com uma afirmação e uma indagação: *"não devemos confundir nossa gratidão pelo aprendizado com troca de nacionalidade. Nascemos e vivemos no Brasil, onde o dia-a-dia não se compara ao dos EUA. Se conseguimos facilmente copiar os atos negativos do rap de lá, então porque não nos esforçamos um pouco para imitar o que tem de positivo?"*

O Hip Hop não é, portanto, um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. Ao contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que os diferenciam entre países, cidades, bairros e estilos, já que circulação de bens culturais não se faz nunca em uma direção unilateral. Assim sendo, a discussão sobre as

[1] O jornal Afro Reggae Notícias foi lançado em janeiro de 1993; a ONG Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR) foi criada em junho do mesmo ano. Logo a seguir, em agosto, foram assassinadas pela polícia 21 pessoas em Vigário Geral. O GCAR entrou em Vigário Geral um mês após o massacre. Em 1994, o GCAR obteve da FASE seu primeiro financiamento. Em julho de 1995, realizaram o batizado da Banda Afro Reggae, hoje conhecida em todo o Brasil. Para uma análise de sua atuação, ver o artigo de Rafael dos Santos, neste número de *Proposta*.

origens nunca vai acabar. Esta é uma controvérsia constitutiva do Hip Hop. Na verdade, ao reafirmar ou negar raízes do passado, os grupos estão se posicionando sobre questões do presente, fazendo escolhas e construindo alianças e identidades.

2. O mercado (quem vende? quem se vende?)

Cronistas da periferia, os rappers se declaram "contra o sistema", mas se movem dentro dele. Criticam a mídia, atribuindo-lhe a responsabilidade por boa parte das agruras do mundo atual, mas estão na mídia. Estão principalmente nas páginas culturais quando lançam os CDs, mas dizem escolher quando e com quem falar.

Nas entrelinhas das reportagens, muitas vezes pode-se ler indagações críticas: "estão na periferia, mas já não são da periferia". Não admitem, mas "são produtos da indústria cultural". Com efeito, clipes dos Racionais MCs e de MV Bill já foram premiados na MTV. Em 1998, um dos vocalistas dos Racionais recebeu da MTV o prêmio Troféu Revelação e, ainda, o prêmio Escolha do Público. Seu clip de 8 minutos da música "Diário de um Detento" concorreu a um prêmio internacional na Alemanha. O clip 'Soldados do Morro" de MV Bill, antes de ser premiado na MTV, ganhou um processo, pois foi acusado de "incitamento ao tráfico".

Há argumentos recorrentes para não aceitar convites da Rede Globo e de programas de auditório em geral. Um deles é que é melhor "***não aparecer nestes programas que tiram sarro dos grupos. Não iríamos vender nosso som para estes caras. Não somos produto, somos artistas***" (Edy Rock, Racionais MCs, ***Jornal da Tarde***, 4/8/98). Ou, em uma versão mais ***light***, podemos ouvir algo como: "***tem programa de auditório em que o apresentador não deixa a gente se expressar. Convidam para ridicularizar. Mas os programas que dão uma liberdade, mesmo que não seja total dá para ir***." (MV Bill, ***Democracia Viva***, nov. 2000/fev. de 2001). Nesses programas eles não controlam os cortes de suas falas e de seus clipes. Neste contexto, justificam a ida à MTV porque "***é uma emissora musical***", não cortam os clipes onde é fundamental que imagens fortes se juntem às suas letras. Um dos integrantes do grupo, KLJ, tem um programa na MTV que objetiva descobrir novos grupos.

Descobrir "novos grupos" é aumentar a lista dos que sonham sobreviver através da música, que sonham entrar neste mercado. Nesta seqüência, uma pergunta é constante entre jovens que fazem este tipo de música: fazer carreira é entregar o rap para a indústria fonográfica? Vender onde e para quem? É possível vender sem se vender? A resposta nunca é consensual.

Uma corrente expressa o sonho de fazer distribuição estritamente para a periferia, circulando produtos e o dinheiro do movimento somente "entre os manos", que "compreendem a mensagem e se enxergam nas imagens"[2]. Mas, a maioria que se manifesta sobre o assunto considera que se restringir aos "manos da periferia" seria "permanecer no gueto" e a "mensagem" ficaria só para quem já sabe. O mercado seria então imprescindível para fazer o Hip Hop cumprir sua pregação "crítica ao sistema".

O debate prossegue: depois de um contrato, as letras estão ou não mais palatáveis "ao sistema"? A questão é saber qual é a fronteira entre "***ganhar dinheiro com ética***" ou "***fazer uns baratos escrotos para ganhar dinheiro***"[3].

Na prática são várias as situações. Há grupos que produzem e vendem um número limitado de cópias nos chamados circuitos alternativos, tais como: festivais, ONGs e em pouquíssimas lojas especializadas. Há grupos que conseguem contratos com gravadoras comerciais. Estes se dividem entre os que se "entregaram para o sistema, a mídia" e outros que conseguem resistir com maior ou menor sucesso de vendagem. Há outros grupos que

---

[2] Ver Jardim (2000).

[3] As expressões entre aspas são de Mano Brown, dos Racionais MCs, em uma entrevista publicada pela imprensa.

só gravam em gravadoras independentes, mas dependem de outras gravadoras para distribuir e comercializar. E, finalmente, há alguns grupos que alcançam a situação ideal: garantem a mensagem e chegam aos números de vendas do grande mercado através de gravadoras e distribuidoras independentes.

Os Racionais MCs estão nesta última situação. São sempre citados nestas discussões. Tornaram-se um paradigma. Gravaram em produtoras independentes e mais recentemente passaram a possuir seu próprio selo. Recusaram vários contratos de grandes gravadoras. Entre os participantes do movimento Hip Hop tornou-se mítico um diálogo que teria havido entre Mano Brown e um importante diretor da Sony. Conta-se que, depois de oferecer um contrato milionário e receber uma recusa, o diretor teria dito: "***mas você sabe quanto dinheiro isto representa?***" Brown teria dito: "***sei muito bem, mas não quero***". A estória pode ser contada de maneira diferente, ser mais ou menos detalhada, mas o núcleo é sempre o mesmo: "duvida-se que um negro da periferia saiba quanto é este dinheiro, ele sabe, sabe e não quer". Contado em situações diversas, este diálogo reafirma o lugar de liderança dos Racionais MCs entre outros grupos musicais e entre seus fãs. Resta saber como se recontará a história se os Racionais assinarem contrato com uma grande gravadora.

Enfim, a questão de vender ou não vender (para a indústria fonográfica e para os meios de comunicação) é uma constante que sintetiza uma tensão fundamental e constitutiva do movimento Hip Hop. Uma tensão que não pode ser abolida. Se abolida, levaria consigo a alma do movimento que - para manter sua marca identitária - não pode nem ficar isolado "sem levar a mensagem", nem se submeter à lógica estritamente comercial que predomina no mercado e na mídia, pois - de novo - isto colocaria em risco a própria "mensagem" e anularia a "missão".

3. As mulheres (cultura de rua e relações de gênero)

Os poucos grupos de rap de mulheres são exceções sempre citadas[4]. Nos eventos promovidos no Rio de Janeiro no início dos anos 90, o grupo As Damas do Rap chamava a atenção por ser o único grupo feminino. Há notícias de novos grupos de meninas como, por exemplo, entre meninas internas na FEBEM em Porto Alegre. Há poucas mulheres no movimento Hip Hop.

Assim sendo, o lado "masculino/ machista" não passa desapercebido nas entrevistas e debates públicos. A resposta mais freqüente remete às contingências da "cultura de rua". Neste contexto, a rua é associada à violência, à criminalidade, às brigas de turma, à discriminação policial. Em certos bairros não se pode sair à noite. Muitos jovens, sobretudo as meninas, que trabalham de dia, deixam de freqüentar a escola, pois a circulação à noite é extremamente arriscada. E, na contabilidade final, são os jovens do sexo masculino os que mais matam e os que mais morrem. A rua é associada ao perigo e está fortemente associada ao mundo masculino. Portanto, a chamada "cultura da rua" estaria mais associada aos meninos do que às meninas.

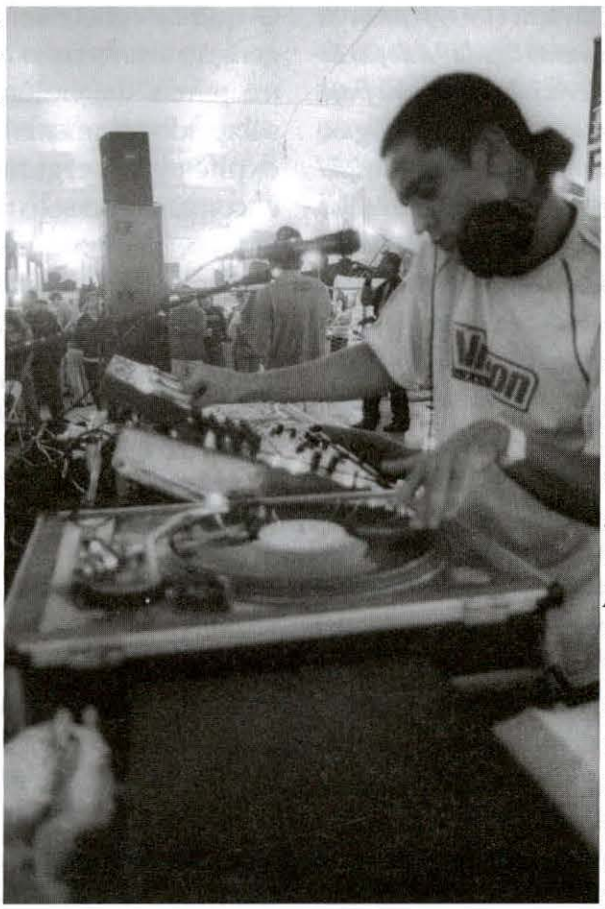
É interessante notar que as "mulheres da comunidade" - mães, esposas, irmãs, filhas que vivem na periferia - estão quase sempre ausentes das letras. De certo ponto de vista, os raps poupariam estas mulheres próximas. Em uma entrevista à revista ***Raça*** (1977), Mano Brown deu uma explicação que parece ir neste mesmo sentido: "***Para falar a verdade, a gente não tem mais mensagem para mandar pras mulheres. O mundo que a gente vive é outro. Mulher é a parte boa da vida".***

Contudo, há letras que falam de outras mulheres. Os Racionais compuseram "Mulheres

[4] Sobre relações de gênero no Hip Hop do Rio de Janeiro, ver Gonçalves 1997, p.p. 87-89.

Vulgares", que fala sobre mulheres consumistas e prostituídas. Indagado sobre o sentido da letra, Blue, dos Racionais, respondeu: "***No nosso caso, do mesmo jeito que a gente aponta o negro limitado, aponta o traficante - se formos falar das minas tem que apontar a falha também***" (*Raça*, 1997).

Nos debates a que assisti, não havia moças respondendo pelo movimento Hip Hop e as respostas dos rapazes ao questionamento sobre relações de gênero podem ser assim resumidas: tem que mudar o machismo dos homens, mas também as moças que "***não se sentem no direito de estar, por isso recuam e não se empenham***".



Em resumo: ora se justifica que as mulheres não estão presentes nas letras através das características da "cultura de rua", porque "seu mundo é outro." Ora são objetos de crítica: aquelas que estão no caminho errado, tal qual os policiais e traficantes. Ora a questão está na dominação masculina interiorizada nas próprias meninas que "***não se sentem no direito de estar***".

Hoje já aparecem mais grupos de rap compostos por mulheres. Em um artigo intitulado "Hip Hop nacional feminino", MV Bill - rapper, 27 anos, morador na Cidade de Deus, zona oeste do Rio, nome de batismo Alex, apelido de infância Rato Bill, MV no lugar de MC e quer dizer Mensageiro da Verdade - afirma que, no ano passado, por ocasião do prêmio Hutus 2000, "***as mulheres estiveram presentes com um grau de respeito que poucas vezes vi no movimento***". Neste mesmo artigo, ele anuncia a chegada de um CD "***de uma mulher, que nor-malmente tem espaço limitado no meio***" (Portal Viva Favela 15/6/01). Ou seja, há avanços, mas a cultura Hip Hop está longe de ser "politi-camente correta" no que diz respeito a se aproximar de um equilíbrio de gênero. A controvérsia prossegue.

4. Raça negra (com quais critérios e fronteiras?)

A dupla Thaíde & DJ Hum propõe uma espécie de aliança entre negros e quem está com eles. No Hip Hop eles são considerados pioneiros: "***foram os caras que deram o ponta pé inicial de verdade no rap no Brasil***", diz KL Jay dos Racionais. Segundo reportagem do jornalista Pedro Biondi, "***eles são os 'irmãos mais velhos' da efervescente geração de jovens que está dando o novo rosto das periferias***". Na mesma entrevista para a revista *Caros Amigos* (Especial, setembro de 1998) eles dizem que preferem circular entre os diversos grupos e tendências do movimento negro sem se filiar a nenhum. São considerados moderados, pois evitam discriminar brancos. A dupla invoca a importância de "***ser negro por inteiro***", mas "***por favor respeitando o irmão claro que está a seu lado torcendo por você***".

Os Racionais, por sua vez, são vistos como menos moderados. Suas letras de rap combinam denúncia de racismo, críticas nacionalistas e deixam evidentes as desigualdades raciais. Vejamos um exemplo:

"60% dos jovens de periferia, sem antecedentes criminais, já sofreram violência policial;
A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras;
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros;
A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo;
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente".
("Capítulo 4, Versículo 3")

Sobre este assunto, Oliveira (1999) observa que "*a idéia de mano está fortemente ligada `a noção de negritude, orgulho e identidade racial. A primeira frase de seu último CD é Ogun Yê! - saudação ao Orixá Ogun, em yorubá. As camisas da grife do grupo trazem a inscrição "Preto tipo A", mostrando um tipo de orgulho racial que é sempre visto como racista no Brasil. E esta é a surpresa. A música dos Racionais está trazendo algo que o movimento negro nunca conseguiu, comunicação de massa com a massa. Suas músicas e suas roupas são cantadas e usadas por jovens negros pobres da periferia, jovens negros de classe média, jovens mestiços de todas as classes e jovens brancos dos Jardins*".

De fato, enfatizar o "orgulho racial" e ampliar o circuito de consumidores é a novidade. Através da via artística - com todas as especificidades que hoje conformam o mercado de bens culturais - torna-se possível esta conjugação: afirmar a negritude, "*Preto Tipo A*" e "sair do gueto", "*conseguindo coisas que o movimento negro nunca conseguiu*". Conjugação que, diga-se de passagem, tocando na questão de mercado, não é um ponto pacífico no interior da cultura Hip Hop e tampouco entre correntes e concepções de luta contra o racismo no Brasil.

Como vimos, a afirmação da negritude se faz pela via das crenças religiosas. Nestes casos, as letras buscam conexões entre Jesus Cristo e Oxalá, isto é, entre as tradições cristãs e as afro-brasileiras. Pedro Biondi, em reportagem citada anteriormente, afirma que a dupla Thaíde e DJ Hum valoriza "*o lado espiritual*". Os *"irmãos mais velhos"* do Hip Hop brasileiro, na faixa "Brava Gente", cantam: *"Nossas origens viraram macumba/ malvistas e jogadas nas encruzilhadas".* Na faixa "Sabe quem eu sou?", falam da religiosidade brasileira: *"Evoco espíritos no atabaque/ mas também preciso da benção do padre".* Thaíde justifica sua fé com exemplos da vida real: *"Como explicar a vez em que eu estava andando num trilho de trem, no meio de um puta tiroteio, sem nenhuma bala me acertar?"*

A pergunta sugere que o cotidiano da periferia produz situações-limite que banalizam a morte e estimulam a fé entre os "sobreviventes". O que se reflete na produção cultural desta geração acarretando uma nova combinação entre temas de violência simbólica (presente sobretudo no racismo), cenas de violência urbana explícita e perguntas cujas respostas são encontradas no solo da religiosidade. No Rio de Janeiro, há uma letra do grupo O Rappa, que é exemplar desta modalidade. Chama-se "Cristo e Oxalá". Vale a pena transcrever um trecho:

"Oxalá se mostrou assim tão grande/Como um espelho colorido a mostrar/Pro próprio Cristo como ele era mulato/Já que Deus é uma espécie de mulato/Salve em nome de qualquer Deus, salve/Se eu me salvei, foi pela fé/ Minha fé é minha cultura/ Minha fé, minha fé/É meu jogo de cintura, minha fé".

Porém, é sempre difícil descrever os movimentos exatos deste "jogo de cintura". Um trecho de entrevista de MV Bill, publicada pela revista *Democracia Viva* (nov. 2000/ fev. 2001) pode dar uma idéia da complexidade da questão. Falando sobre a criação de um partido que representasse a maioria negra ele respondeu: *"uma pessoa branca não tem sensibilidade suficiente para entender nossas necessidades e exigências. Só você sendo preto 24 horas por dia para saber o que é necessário fazer. Em todo lugar que o branco chega – ele foi criado assim, é tradição – não gosta de ser coadjuvante. Já o preto gosta desta situação, assume o segundo lugar. O branco tem o instinto de tomar a frente".*

Ou seja, assumir a negritude e denunciar o preconceito racial são atitudes que se espera de todos os grupos de rap. No entanto, a controvérsia

é contínua, pois as fronteiras são fluídas. Modificam-se de grupo para grupo de acordo com as oposições e alianças em jogo.

5. A política (com ou sem partido?)

Em várias declarações dos participantes do movimento Hip Hop quando se fala em política, cita-se ninguém menos do que Karl Marx.

"O Movimento Hip Hop - depois do Movimento Sem Terra é o mais importante do Brasil. Racionais vendeu um milhão de discos. Não está mais no gueto. Hoje não dá para falar de socialismo da forma que Karl Marx falava" (LF, do grupo de rap DMN).

"Nós acreditamos em revolução através do grito, da música, mas depois vão ter que vir armas, né? É aquilo que Karl Marx já disse e Mano Brown reprisou, nós somos o efeito colateral do sistema" (Marcelinho, do grupo Profetas da Revolução[5]).

Outro exemplo: no vídeo "***Rap: o grito da periferia***", realizado pela TV Educativa, aparece um grupo da cidade de Tiradentes que exibe e aconselha o livro ***O que é Revolução?***, de Florestan Fernandes. São exemplos. Haveria outros, já que nas "posses" e "associações culturais" existem "bibliotecas" e o objetivo de oferecer informação.

Na prática, os grupos possuem graus variados de ligação ou recusa de ligação com partidos políticos e de tomadas de posição na política partidária. Na última eleição, na cidade de Diadema o MH20 (Movimento Hip Hop Organizado) oficializou em público seu apoio à candidatura de Lula. Já a dupla Thaíde &DJ Hum faz questão de dizer que o apoio ao PT não é incondicional: "***às vezes a gente apóia um candidato ou partido, mas se ele pilantrar a gente retira o apoio***." Dizem que não querem ser obrigados a "***dar satisfação***", a "***prestar contas de suas idéias***". Com ironia se definem "***como do PPP: Partido do Povo da Periferia***" (***Caros Amigos***, Especial, número 3, 1998).

Os Racionais MCs, no geral, dão apoio a candidatos do PT. Na última eleição presidencial, a imprensa explorou um comentário infeliz do candidato Fernando Henrique Cardoso que teria se referido a "***jovens com ares de marginais***" ao lado do Lula em um comício, sem saber que "artistas" eram aqueles, que estavam entre os mais vendidos no país naquele momento (***Isto É***, 21/10/98). No entanto, trata-se de "apoio" circunstancial e não engajamento orgânico no PT. Após as últimas eleições, as declarações políticas dos Racionais têm sido sempre de desencanto com a política e, sobretudo, com os políticos.

Contudo, se até pouco tempo atrás, os rappers pareciam zelar por sua liberdade sem se submeter às regras e decisões das organizações do movimento negro ou de um partido político; se era em tom de brincadeira que diziam pertencer ao PPP, Partido do Povo da Periferia, hoje há uma novidade no ar. Este ano os jornais publicaram várias notícias sobre a efetiva fundação do Partido Popular Poder para a Maioria – o PPPomar. Este partido não é exclusivo de rappers, mas nele seus nomes são sempre destacados.

Em artigo recente, Celso Athaíde (Portal Viva Favela, 17/9/01) indagou ao rapper GOG de Brasília sua opinião sobre o PPPomar. A resposta foi longa. Lembrando toda uma trajetória de sofrimento e lutas dos negros no Brasil, considerando o Rio de Janeiro como ***"estado-berço que embala os sonhos do novo, mas calejado PPPomar"***, GOG conclui: ***"sou PPPomar porque, na longa e antiga luta libertária do povo negro, seus filhos legítimos fugiram à luta. Sou PPPomar porque a questão racial está em um novo estágio (...) E qual é a hora? A hora é de arregaçar as mangas, trabalhar, denunciar, politizar os movimentos de massa. Não só com o discurso do 'ódio ao inimigo dos olhos azuis'. Mas cobrando que seja contada a verdadeira história e o valor de nossa contribuição nestes quinhentos anos de Brasil Pátria-Madrasta"***.

Suely Carneiro, coordenadora da ONG Geledés, ativista do movimento negro e pesquisadora do CNPq, resumiu bem os desafios e os pontos positivos da empreitada, em entrevista para a revista ***Democracia Viva*** (jul. 2001/out. 2001)

---

[5] Cf. "Mais de 50.000", reportagem de Marina Amaral, ***Caros Amigos***, Especial, no 3, 1998.

que lhe indagou: "o que você acha do PPPomar?" A esta pergunta, Suely respondeu que considera que a radicalidade desta idéia é proporcional à exclusão política que os negros vivem dentro dos partidos de direita e de esquerda. Disse que considera positivo o fato dos jovens negros exercitarem o fazer político, assumindo a ousadia que a idéia de criar um partido negro contém. E comentou: *"vindo de rappers, tal como conheço em São Paulo, é uma saída light, considerando a violência do discurso que em geral têm. Temos que receber de uma maneira muito positiva esse desejo de participação política"*. Mas Suely também não desconhece os obstáculos: *"Torço para dar certo. Provavelmente, sofrerá retaliações de toda ordem. Uma tentativa de queimá-lo na origem por suposta aproximação com o tráfico de drogas ou a questão do divisionismo"*.

Karl Marx e/ou Florestan Fernandes e/ou Mano Brown? PT e/ou PPPomar? O PPPomar será um Partido apenas de negros? Ou o tráfico? Estes *flashes* dão uma idéia do debate que ainda está por vir.

6. O tráfico

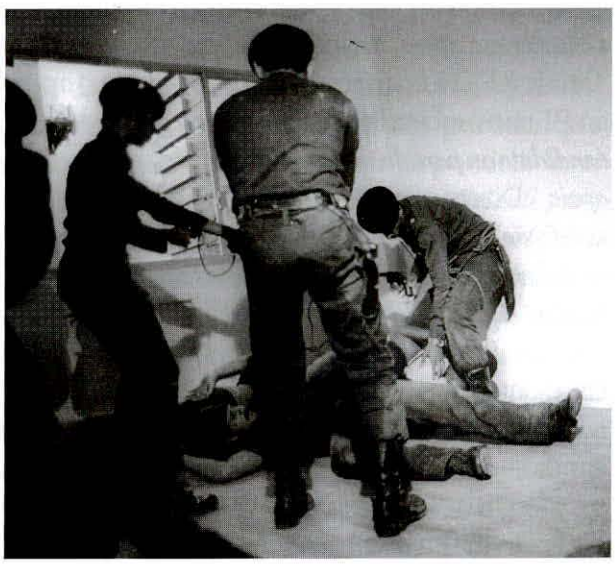
Os grupos de rap se vêem com uma missão. Há um mal a combater. Para os Racionais, o mal é localizado nas *"garotas rebolando no* [programa de televisão do] *Gugu"*, no *"alcoolismo"*, no fato de *"o ser humano ser descartável no Brasil como modess usado ou bombril"*. Mas, para todos no geral, o mal está sobretudo nas drogas. *"Deixa o crack de lado, escuta meu recado."* Esta é a pregação dos Racionais. Consideram o tráfico o maior mal dos subúrbios pobres do país. Afirmam que *"existe um plano para acabar com os manos"*. Desejam salvar os manos - jovens da periferia - da morte prematura através de "ideologia", "auto-valorização" e "dignidade". Mas como se colocam em relação aos traficantes?

A cultura Hip Hop não se desenvolve em um espaço vazio de conflitos e relações sociais. Os traficantes existem e é preciso saber lidar com eles. Existem críticas sobre a "maneira ambígua" como traficantes e bandidos aparecem nas letras das músicas e nos clipes.

Referindo-se aos Racionais, afirmou o jornalista Mário Marques: *"Eles são politicamente corretos, são contra as drogas, mas não chegam a condenar explicitamente o crime por saberem que o meio em que vivem não é exatamente favorável a uma rotina alheia à marginalidade"* (*O Globo*, 4/4/98).

Os rappers colocam-se como observadores: *"Falamos aquilo que vivemos. Vejo corpo estendido a duas quadras da minha casa. Somos uma espécie de repórteres da periferia. Falamos aquilo que 50 mil manos querem dizer, mas não têm oportunidade. Na periferia somos respeitados por todos: de trabalhadores a traficantes* (Edy Rock, *Jornal da Tarde*, 2/12/97). E isto produz o efeito de certa neutralidade. No entanto, esta postura é mais do que uma estratégia para evitar o confronto com os traficantes.

Como disse Mano Brown, em entrevista ao jornalista Pedro Paulo Soares (*Caros Amigos*, Especial, número 3, 1998): *"não é fácil você apontar culpados e inocentes, há muita coisa envolvida nisto..."*. Estas dúvidas espelham as vivências e sentimentos contraditórios ali socialmente produzidos. Fazem um trabalho de prevenção com os "manos" que ainda não entraram, ou que são chamados a sair do "mundo do crime". Mas também expressam compreensão com os "manos" que foram condenados por participação no tráfico de drogas ou em outros crimes. Daí a presença dos Racionais nos presídios e nas FEBEMs.



É verdade que os Racionais já tiveram problemas com traficantes em São Paulo. Quando foram visitar escolas nas regiões citadas em suas músicas como as mais violentas, a diretora de uma escola recebeu alertas do "povo do tráfico". Mas, em geral, não há conflitos diretos com os traficantes.

Na mesma direção vai a reflexão de MV Bill (***Democracia Viva***, número 9, nov./fev. 2001). Indagado sobre a relação entre tráfico e favelas, ele respondeu: ***"O tráfico não traz nada de bom para a comunidade. Não posso ser contra o cara que está vendendo porque ele cresceu comigo, mas sou contra o tráfico de drogas. Não existe aliança a ser feita, a única coisa que pode existir é uma relação de respeito. Eles trabalham para fazer o negócio deles (...) Faço shows em qualquer favela. Mas quem me leva já sabe do que eu falo. Conhece meu discurso e sabe que ele não muda quando chego no palco. Às vezes fico entre a cruz e a espada. Não sou a favor da polícia, nem a favor do tráfico e na favela tem os dois. Só que o pessoal do tráfico entende minha posição".***

Três ingredientes criam cumplicidade entre os que estão na "periferia": a crítica social que os faz todos - traficantes e trabalhadores - "***efeito colateral do sistema***"; a crítica à violência e à corrupção policial que produz uma mesma reação transversal entre todos - bandidos e moradores - e, finalmente, um discurso moral – pontuado por conhecidas imagens e símbolos religiosos – que evoca valores comunitários e compartilha dúvidas existenciais sobre o sentido da vida e sobre a banalização da morte.

Portanto, o Hip Hop está sempre entre "***a cruz e a espada***", entre a polícia e o tráfico. E esta é uma tensão constitutiva deste movimento nas grandes cidades do Brasil.

O Hip Hop e a juventude das cidades

A despeito das tensões acima descritas, hoje já não dá para descrever o cenário cultural de grandes cidades brasileiras sem citar os rappers com suas conexões internacionais e parcerias locais. O Hip Hop é fortemente local e, ao mesmo tempo, faz parte de uma densa rede internacional. Alguns grupos chegam a um certo circuito do mercado internacional. Já fizeram shows na Europa, mais precisamente na Alemanha, e nos Estados Unidos.

No caso dos Racionais, o volume de vendas do grupo chama a atenção desde o primeiro trabalho. "Holocausto Urbano", sêlo Zimbabwe, vendeu 50 mil cópias, número significativo para uma banda iniciante. Em 1993, o grupo vendeu 250 mil cópias do disco "Raio X do Brasil" produzido por uma gravadora independente e sem tocar nas principais rádios[6]. O último CD, "Sobrevivendo no Inferno", vendeu 200 mil cópias em duas semanas e chegou a vender um milhão de cópias. Em 15 dias, passou a ocupar lugar de destaque nas lojas de todos os shoppings do país. Como noticiou uma grande revista de circulação nacional, os "***mauricinhos e as patricinhas' que os Racionais parecem odiar não tiram o disco de seus CD players***."

[6] Jardim (1999: 2) lembra que este número (250 mil) é o mesmo alcançado por Gabriel, o Pensador, com o disco "Lôraburra", que no mesmo ano recebeu da Sony todos os investimentos prioritários para um recorde.

Isto sem contar o que foi vendido em edições piratas. Indagados sobre este "mercado negro" os Racionais lamentam as perdas financeiras, mas se mostram tolerantes pois "***este problema é delicado. Sei que nossos discos são pirateados, acredito que mais de 150 mil discos foram vendidos. Estamos conversando com nossa distribuidora Zimbabwe para saber que atitude vamos adotar. Talvez nós mesmos iremos recolher estes CDs piratas. Mas também precisamos ver o problema social. O nosso público é formado por pessoas que estão desempregadas ou que ganham salário baixo. Se na loja o CD custa 20 reais, a solução é comprar um falso por 5 reais. Quem vende também não é culpado. Culpado é quem fabrica***" (KL Jay, *Jornal da Tarde*, 4/8/98). Podem vender para todas as classes, mas para eles seu verdadeiro público está na periferia. Ao mesmo tempo, dizem que seus shows são divulgados apenas através de cartazes colados nos postes das cidades. Dizem: ***"nossa mídia são os bailes, o boca a boca"***. Os Racionais fazem shows em grandes casas noturnas nas principais cidades do país. O ingresso destes shows custa 25 reais. Porém, nestas ocasiões fazem outros shows muito mais baratos ou mesmo de graça nas periferias. No Rio de Janeiro, após se apresentar em uma casa noturna – o Imperator – já foram tocar nas favelas de Santa Marta e Vigário Geral. Diz KL Jay: "***na periferia a gente toca com prazer porque estamos do lado do nosso povo. Eles entendem o que os Racionais falam nas letras (...)***" (*Jornal da Tarde*, 4/8/98).

Em 1999, quando os Racionais MCs se encaminhavam para chegar ao recorde de um milhão de cópias do seu "Sobrevivendo no Inferno", uma pergunta foi reiteradamente feita pela mídia: por que jovens brancos e ricos gostam dos Racionais MCs? Segundo Oliveira (1999), a MTV, canal mundial especializado em música, chegou a realizar um programa de debates buscando entender quem são e onde estão "***os mais de milhares de manos que consomem os seus discos***". Várias opiniões foram dadas. Mas não foi feita qualquer pesquisa que nos apresente informações quantitativas que permitam estabelecer o perfil deste consumidor.

O que se sabe é que se trata de um público composto por jovens certamente diferentes entre si pela religião, cor, escolaridade, local de moradia e renda familiar. Mas, se estas variáveis são importantes para caracterizar e diferenciar este público, elas não são suficientes para explicar diferentes tipos de consumo do produto oferecido pelos Racionais. Para além da dicotomia periferia/centro, tão enfatizada nas letras das músicas, subgrupos de jovens de diferentes estratos sociais se aproximam em termos de marcas geracionais comuns. Além do que, internamente aos mesmos estratos surgem também diferenças a partir de estilos, gostos e sonhos.

Na ocasião do estouro de vendas dos Racionais MCs fiz uma pesquisa qualitativa sobre o assunto. Ouvi conversas espontâneas, provoquei outras e, assim, recolhi várias explicações para o sucesso dos Racionais entre os jovens do Rio de Janeiro. Com este material foi possível identificar três diferentes perfis entre os jovens que ouvem os Racionais. Os perfis formam quatro círculos concêntricos, um central e mais consistente, outro maior e mais híbrido, um terceiro bem mais fluido e um quarto do qual se fala, mas com o qual ninguém se identifica.

O pessoal do Hip Hop

No núcleo central estão jovens que se identificam com o movimento Hip Hop. Moram muito mais "nas periferias" do que nos bairros de classe média. Estes fazem questão de se distinguir de "outros" que moram nos mesmos locais (periferias e/ou bairros de classe média), mas que gostam de rap como item de consumo, puro e simples. Dizem que valorizam as letras, ou seja, "a mensagem". Incorporam maneiras de vestir, de pensar, falam contra as drogas e contra o sistema. Não bebem nos espaços de encontro do movimento. São consumidores fiéis, mas é grande a parcela que se vê como "produtores culturais" – de fato ou em potencial - de rap, break ou grafite.

Os "alternativos" ou "cabeças feitas"

Já para o segundo círculo, o "gostar dos Racionais" está conectado com afinidades entre as bandeiras dos Racionais e as dos "movimentos pela cidadania", ecológicos, de grupos jovens organizados via ONGs, Igrejas, partidos políticos ou movimento estudantil dos quais participam. Como sabemos, os grupos musicais têm se apresentado como um canal de participação dos jovens na década de 90. Tornaram-se um meio de participação política e de expressão de suas dificuldades num momento de crise econômica, de valores e de perspectivas de futuro. O gosto musical sinaliza a adesão a um certo conjunto de referências culturais. As gírias, as formas de vestir e de se comportar, as letras das músicas que cantam, demarcam identidades. Certas escolhas fazem com que se juntem em turmas, galeras, grupos onde os jovens trocam idéias, elaboram projetos, se sentem companheiros. Atualmente nos encontros que reúnem jovens, além dos grupos de discussão e das plenárias, cada vez mais se incluem oficinas culturais e shows de grupos "que têm mensagens".

Estes jovens "alternativos", "conscientes", "cabeça feita" também estão na periferia/favela e/ou nos jardins/asfalto. No "asfalto", muitos passaram por algum "grupo jovem de Igreja" e/ou grêmio estudantil. Nas áreas mais pobres, além dos grupos de jovens religiosamente motivados, destacam-se os que participaram de "projetos" implementados por ONGs em parceria com organismos de Igrejas ou de governo. Estatisticamente falando, são minorias no asfalto e na favela, na periferia ou nos Jardins que – com as devidas diferenças – se reconhecem através do interesse (e tomada de posição) em determinados temas, tais como: desemprego, miséria, poluição, dificuldades da vida na cidade, discriminação racial e por local de moradia, violência policial, AIDS, desejo de espaços e canais de diversão mais interessantes e acessíveis. Identificam-se com as lutas pela paz, são contra a pena de morte, bebem "socialmente" e, se consomem drogas, no geral param na maconha.

Os consumidores da mensagem

Em seguida há um círculo um pouco mais amplo e mais fluido. Nos grupos de discussão que realizamos no Rio de Janeiro, os jovens moradores de áreas pobres e violentas que se enquadram neste perfil são aqueles que estão conseguindo prosseguir os estudos e se inserir - ainda que precariamente - no mercado de trabalho. Já os de classe média que foram ouvidos, são estudantes de colégios particulares. Estes também não são potencialmente "produtores culturais" ou da turma "cabeça". São apenas consumidores. Diferentemente dos grupos anteriores não vestem a camisa, nem são seduzidos pela interpretação geral da realidade que pode ser encontrada nas letras. Geralmente não têm o objetivo de conectar o "gostar dos Racionais" com outras formas de "participação social". Seus hábitos são diversificados. Entre eles há os que não ingerem bebidas alcoólicas ou drogas, alegando "preservação da saúde"; outros que dizem que bebem nas horas de lazer e há quem fume "um baseado aqui ou ali". Para o pesquisador, poucos dizem que já experimentaram cocaína. Não têm opinião fechada contra ou a favor da pena de morte. Mas, ao ouvir os Racionais, dizem que "entendem a mensagem". Reconhecem nas "reportagens" dos Racionais "verdadeiras descrições da realidade". Como disse um jovem de classe média: ***"os Racionais mandam bem quando criticam a polícia em quem a gente não pode confiar. Eles falam o que a gente queria falar".***

Os desligados da mensagem

Segundo diferentes jovens que participaram dos grupos, haveria um outro círculo mais periférico ainda. Ali estariam os que ***"gostam porque é moda", "gostam porque há gírias e palavrões nas letras"*** e ***"nem refletem sobre as letras, é o ritmo que empolga"***. Geralmente quem está falando imputa aos "outros" estas limitadas motivações.

Uma marca geracional comum

Não ouvi ninguém dizer - na primeira pessoa - que a mensagem não importa. Quando falam de si, a crítica à policia é um denominador comum aos diferentes jovens que "gostam de ouvir os Racionais". Para além de todas as diferenças, há uma percepção negativa da polícia que os aproxima.

O medo da polícia é uma marca na experiência desta geração que aproxima jovens de condição social, projetos de vida e gostos diferentes. Para além das diferenças de local de moradia, o medo de "se encontrar" com a polícia pode explicar a afinidade dos jovens com o conteúdo das letras. No cenário atual, sobretudo nas grandes cidades, só o fato de ser jovem e estar transitando à noite nas ruas produz suspeitas e vulnerabilidade. Certamente, o medo e as experiências dos jovens com a polícia não são iguais. Os negros, moradores das favelas e conjuntos habitacionais que o digam. Eles são alvos preferenciais. Mas os brancos e mais abastados também não se sentem seguros; nunca podem prever, ter certeza de como a polícia vai agir com eles. Todos sempre têm um caso pessoal ou muito próximo de violência policial para contar. Enfim, entre jovens – da periferia ou dos Jardins, do asfalto ou da favela – a experiência negativa com a polícia pode ser vista como uma marca geracional comum que favorece o reconhecimento da "verdade" nas letras dos rappers.

O Hip Hop e os jovens da "comunidade" (parcerias e "projetos sociais")

"O Hip Hop não é a perfeição, como alguns credos religiosos. Essa cultura é a cópia fidedigna da sociedade na qual ela se encontra inserida e isso tem aspectos positivos e negativos. A cultura Hip Hop, repito, é uma alternativa para se chegar à mudança, seja ela qual for, mas depende da consciência de cada um ..." (Def Yuri, "Hip Hop brasileiro em revista", Portal Viva Favela, 21/05/01).

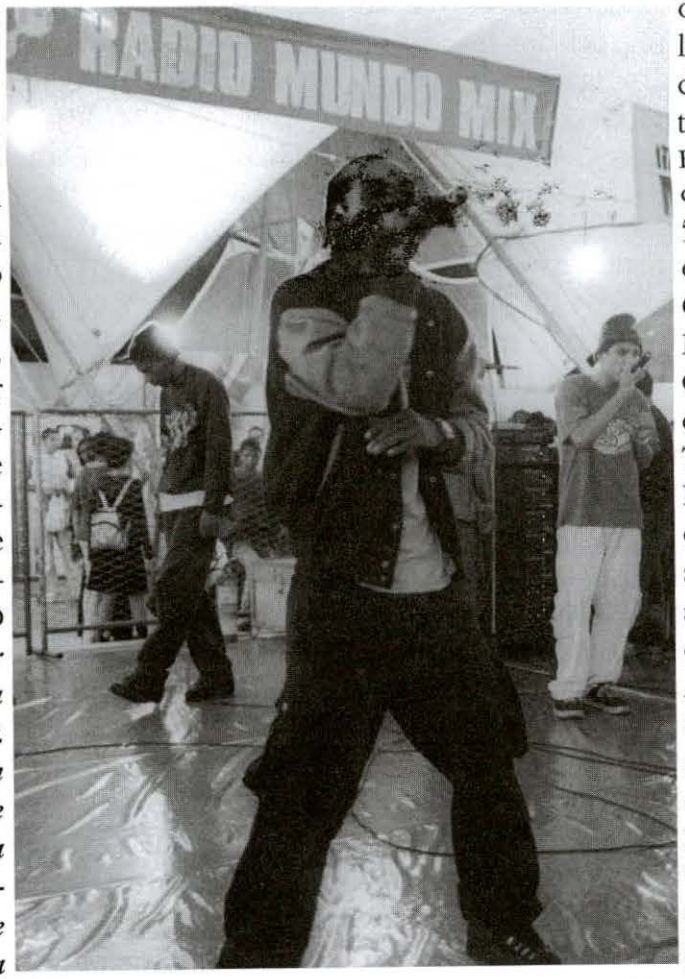
"O Hip Hop no Brasil atingiu sua maioridade, tem vida própria e identidade. Há muito tempo, uma parte significativa de adeptos da cultura hip hop deixou de fazer parte do grupo dos colonizados, apresentando evolução e autenticidade. Em minhas andanças, pude confirmar uma certeza: cada local do Brasil tem sua história. (...) E o Hip Hop já apareceu sofrendo deturpações (coincidências com os dias de hoje?). Mas, graças a Oxalá, uma parcela significativa conseguiu se salvar e disseminar a cultura Hip Hop na sua essência. (...)" (Def Yuri, "Hip Hop brasileiro em revista", Portal Viva Favela, 21/05/01).

Nestes trechos da crônica de Def Yuri - que em sua coluna no Portal Viva Favela se apresenta como ativista da cultura Hip Hop desde 1983, rapeador, compositor e produtor - para além da reafirmação da existência de correntes que *"deturpam"* ou *"salvam a essência"* do Hip Hop, há outra afirmação importante: *"cada local do Brasil tem sua história"*. É verdade que propagação veloz de certos símbolos e valores pelos mais diversos países permite que jovens - de diferentes condições sociais e de diferentes locais do mundo - de alguma forma partilhem um mesmo universo de referência. Mas isto não anula apropriações diversas e uma multiplicidade de vivências baseadas nas culturas regionais, nas diferenças de renda, de gênero, de raça, etnia, local de moradia, personalidade. Ou seja, cultivado em solo americano, hoje espalhado pelo chamado "mundo globalizado", o movimento vai ganhando expressões próprias incluindo as marcas culturais das periferias de cada país, de cada cidade, de cada lugar. Sem a munição do "local" não há "poesia" para este ritmo seco, marcado, de certa forma previsível.

Quem viu o filme "O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas", co-dirigido por Paulo Caldas e Marcelo Luna, pôde sentir o impacto do plano aéreo da periferia de Recife contra os grandes edifícios daquela mesma cidade, ao som da música dos Racionais saudando as identidades entre as favelas do Brasil. Periferia é periferia em qualquer lugar, dizem. Mas, o

filme também mostra as diferenças entre as influências musicais e as histórias contadas pelo grupo Faces do Subúrbio, produto nordestino, quando comparado outros tantos grupos paulistas e cariocas já conhecidos.

Na história do Hip Hop no Brasil, ninguém nega o peso específico dos paulistas. Um conjunto de elementos históricos e conjunturais alavancaram o Hip Hop em São Paulo. E o ano de 1989 foi um marco importante. Os fundadores do movimento Hip Hop organizaram um show comemorativo ao aniversário da cidade de São Paulo (25/01) com o apoio da recém eleita prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. Nesta mesma gestão, quando o educador Paulo Freire era Secretário Municipal de Educação, desenvolveu-se um projeto que se chamava "RAPensando a Escola". O objetivo era: ***"absorver esta cultura rap para a reconstrução do saber. Fazer experiência com grupos de rap na sala de aula através de uma linguagem diferente daquela tradicionalmente utilizada. Ouvir a fala dos alunos para entender o processo de exclusão. Eram três grupos que percorriam as escolas públicas do município. Foram escolhidos três grupos. Os Racionais era um deles. Racionais já eram populares na periferia".***



Luiz Fernando, o LF do grupo DMN, que também participou do projeto RAPensando a Escola, relatou sua experiência: ***"a gente chegava na escola e trocava idéia. Entrava às 19:00 h e saía meia noite. A diretora tinha que mandar parar. Conversamos com os jovens que pichavam a escola: mano, será que você não pensa que é a mãe de um outro mano que vai ter que limpar esta parede? O grafite é um movimento revolucionário, eu gostaria que a minha mãe pudesse ler. Grafite é um trabalho... Vamos negociar com a diretora o lugar para grafitar".***

Em São Paulo, o trabalho foi interrompido no final da gestão Luiza Erundina[7]. Mas vieram outros apoios e articulações. Quase dez anos depois estava acontecendo o 5º RAP EM FESTA que contou com a participação de 57 grupos. Um dos organizadores era o CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Mônica Paião Trevisan - que fica no Parque Santa Madalena e tem o nome de uma adolescente de 15 anos assassinada após denunciar traficantes do bairro. A entidade foi fundada em 1989 pelo Padre italiano Salvério Paulillo, conhecido como Padre Xavier, e a advogada Valdênia Aparecida Paulino. O CEDECA tem sido um dos maiores incentivadores do Movimento Hip Hop. Em depoimento à revista *Caros Amigos* (Especial, número 3, 1998) Padre Xavier, sustentando que há

[7] Outro projeto bem conhecido, na mesma linha, desenvolveu-se em Santo André, onde houve uma parceria entre diretoras, professores e Secretaria de Educação.

confluência de valores entre o Hip Hop e os ideais cristãos, afirma: "*estes meninos são sempre vistos pelas suas carências. Eles não têm família, ou não têm escola, ou não têm emprego, ou não têm oportunidade. Nós aqui - no Festival – estamos vendo suas riquezas: eles têm música, têm poesia, têm dança, têm desenho e muito mais para mostrar*".

No Festival o álcool é proibido e, como observou o jornalista Spency Pimental, há um contraste entre a violência das letras ("vamos à revolução", "diga não ao sistema") com o clima familiar da platéia que reúne pessoas de todas as idades. As parcerias não se fazem apenas nas campanhas contra o uso de drogas, mas também em projetos de intervenção social que visam a ampliação da cidadania. O CEDECA, por exemplo, recebe doações da Congregação Camboniana da Itália e realiza convênios com entidades governamentais -como a FEBEM e o Ministério do Trabalho - para acompanhar e capacitar jovens. Tem projetos ligados ao lazer, tentando usar o que é agradável aos jovens para desenvolver lições de cidadania. Em São Paulo, também a ONG Ação Educativa desenvolve um interessante projeto com rap nas escolas. Na cidade de Diadema hoje funciona a Casa do Hip Hop com 850 alunos inscritos. Lá, a cada último sábado do mês, acontece o "Hip Hop em Ação", evento que reúne shows, exposições e palestras sobre "cidadania, preconceito e saúde".

No Rio de Janeiro, para falar de Hip Hop é preciso lembrar da ação pioneira do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), da ATCON (Associação Hip Hop Atitude Consciente), das promoções de Fernando Xhackal, do Festival da Voz Ativa na Maré, da coletânea "Tiro Inicial" e da produção do CD "Tiro Inicial". Mas, aqui no Rio de Janeiro, no início dos anos 90, foram os grupos funk que mereceram maior atenção de organismos governamentais e não-governamentais voltados para a "pacificação e integração da cidade".

Na retomada, segundo Def Yuri, é importante lembrar também da produtora DYAK, que surgiu para facilitar a propagação do Hip Hop realizada no Rio de Janeiro e lançou uma coletânea independente (que atingiu uma vendagem expressiva) com os principais grupos do Rio, tendo o nome de "Hip Hop pelo Rio". A coletânea foi lançada com um show de Hip Hop, realizado nos Arcos da Lapa, em 24 de julho de 1999, para um público estimado em 15 mil pessoas, em parceria com a ARPA (Afro Reggae Produções Artísticas) e a Prefeitura. Contou com a participação de alguns dos maiores nomes daquele gênero musical, como GOG, Thaíde e DJ Hum, Câmbio Negro, entre outros.[8]

Hoje, no Rio de Janeiro, entre as ONGs que apóiam a disseminação da cultura Hip Hop, destaca-se a ONG CAMPO (Centro de Apoio aos Movimentos Populares da Zona Oeste), com o Programa CJ Hip Hop composto por cerca de 300 jovens da Zona Oeste. Também a FASE – uma das primeiras ONGs do Brasil - tem se destacado pelo apoio a iniciativas e a vários grupos como, por exemplo, o Afro Reggae de Vigário Geral. Atualmente, a FASE também desenvolve um trabalho de cooperação e parceria com o grupo O Rappa. Por sua vez, a ONG Viva Rio convidou o produtor Celso Athaíde, o rapper MV Bill e o rapeador Def Yuri para participarem como colunistas do "Revista da Comunidade", seção do Portal Viva Favela já citado neste artigo.

Se quiséssemos, poderíamos continuar a enumerar as iniciativas existentes. Contudo, aqui não se trata de citar todas. O mais importante é fazer notar que a existência de um movimento ou cultura Hip Hop amplia o campo de possibilidades dos jovens moradores das favelas e periferias, assim como abre novas possibilidades para a solidariedade e a comunicação social. Vejamos alguns exemplos.

---

[8] Ver o documentário "A palavra que me leva além: estórias do Hip Hop Carioca", realizado no Rio de Janeiro, com entrevistas com Def Yuri e outros ativistas do Hip Hop.

O rap dá sentido para vidas

"Da minha adolescência, carrego marcas que se não fosse o rap talvez não tivessem se cicatrizado e eu não estaria aqui falando com vocês. Muitas coisas eu devo a Deus, a minha mãe e ao rap. A partir do momento em que o rap me deu a oportunidade de reabilitação – ser uma pessoa normal, trabalhar, fazer algo pela comunidade – passei a pregar o rap como se prega o evangelho (...) Não posso dizer qual foi o benefício que o rap trouxe para a população, posso dizer o que trouxe para mim. Ele me mudou, me deu uma perspectiva que eu não tinha. Acredito que, sendo passado com seriedade, como foi passado para mim, outras pessoas também podem mudar". MV Bill, Democracia Viva (nov. 2000/fev.2001).

Os rappers fazem

***Revista* Raça** – *"Vocês tinham um trabalho de prevenção às drogas?"*

Edy – "Tinha, mas entrou o governo Maluf e acabou tudo."

Raça – *"Vocês pensam em fazer uma coisa de vocês, sem ser com a prefeitura?"*

Edy – "A gente faz. O Blue com oficinas com garotos, o Brown faz palestras em escolas da periferia. Tem a escolinha de futebol".

O rap agrega

No Rio de Janeiro e em São Paulo, a extensa rede de "rádios comunitárias" também ajuda a divulgar shows de grupos de rap. Em todas as grandes cidades os grupos contam também com a publicidade dos "manos" ligados no movimento Hip Hop.

Muitas vezes esta ação no local gera espaços de agregação social, chamados de "posses". Há quem diga que o movimento Hip Hop pretende produzir, como afirmou uma assessora, "*um coletivo autodidata e solidário. Às vezes a escola não é o principal. Se a informação está no jornal, nas garagens, na praça. É um processo de leitura, de informação. Processo a nível local*".

São muitos os núcleos nas regiões periféricas de São Paulo. A grande maioria dos participantes se informa, se agrega, experimenta, cria laços que duram o tempo desta idade da vida. Nos grupos há grande circulação, constantes entradas e saídas como acontece com outras organizações de jovens.

A cultura Hip Hop contra a violência e as desigualdades sociais

Na verdade, os grupos de Hip Hop têm participado de todas as parcerias consideradas ***up to date*** na chamada "agenda cidadã". Projeto, parceria e campanha são palavras constantes no vocabulário destes grupos. Na trajetória dos Racionais MCs, do Afro Reggae, de MV Bill, de O Rappa e tantos outros, há lugar para parcerias com órgãos públicos, shows filantrópicos em ajuda aos doentes de AIDS, Campanhas do Agasalho, Campanha Contra a Fome, shows e visitas à FEBEM, aos presídios[9], Campanhas pelo Desarmamento, Conexões Culturais pela Paz, etc

Existem grupos de Hip Hop que fazem parte de "ONGs comunitárias" (ou "ONGs de dentro") e outros que deram origem a "ONGs de cultura". E, a partir deste patamar institucional, propõem parcerias e formulam projetos de intervenção social. Este é o caso do Grupo Cultural Afro Reggae[10] que, ancorado no sucesso da banda (que é reconhecida por eles mesmos como uma "vitrine da instituição e um exemplo de projeto dentro da favela"), realiza o projeto "Conexões Urbanas". Este mesmo projeto que, em setembro de 2001, enfrentou tiroteio da polícia quando - numa parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - foi e levou MV Bill, Caetano Veloso e Adriana Calcanhoto para um grande evento na Vila Cruzeiro. Os desafios continuam. Haja adrenalina!

Nota final

Combinar a contundência da "mensagem crítica ao sistema", mercado e simpatia de uma parte da mídia é uma tarefa difícil. Mas, para levá-la adiante, o pessoal do Hip Hop tem um forte aliado: a experiência e a percepção negativa que os jovens - e boa parte da população das grandes cidades - têm da polícia. É este o caminho para se reconhecer "a verdade" nas letras de rap.

---

[9] Em uma visita ao Carandirú nasceu o rap e o clip "Diário de um Detento". A base da letra é de um presidiário.

[10] Ver a nota 1.

Mas, se é verdade que quando se fala em Hip Hop se cruzam redes, parcerias, fontes de recursos materiais e simbólicos que se fazem presentes na história das lutas dos índios, negros, mulheres, homossexuais, etc., neste movimento musical – também diferentemente de outras expressões de "arte engajada" – há singularidades. Ele se conecta com o mercado, ultrapassa tanto o território sócio-geográfico da periferia quanto o circuito da sociedade organizada envolvida em lutas pela cidadania, chega aos jovens do asfalto e, ainda, produz um tipo específico de "benfeitor" ou "mediador de dentro". Em seu interior busca-se "colocar as idéias na prática" no aqui e agora, no local onde se mora, nas periferias e favelas.

Em outras palavras, a partir deste fenômeno, não se modificam apenas as conexões entre jovens nos Estados Unidos e no Brasil, no centro-sul e em outras regiões do Brasil, de classes sociais diferentes e com graus de "consciência social" diferenciados. Não se renovaram apenas as maneiras de pensar e agir no que diz respeito às relações com o mercado e com a mídia, às relações de gênero, negritude e aos partidos políticos. Tudo isto é muito importante, mas não é tudo. Sua existência também modifica o panorama das intervenções sociais no interior das favelas e conjuntos habitacionais. Ligados à "periferia", convocando a "favela", estes grupos dão visibilidade a redes sociais préexistentes e constroem outras. São atores de um momento histórico em que se inventa um novo tipo de profissional militante e/ou militante profissional.

Esta última característica pode ser pensada em várias dimensões. Modifica trajetórias pessoais, alavancando um "sentido para a vida"; cria grupos, pois tem um caráter associativo que pode ser visto como ***locus*** de aprendizado para a participação social; motiva entre jovens interconexões urbanas baseadas em valores que combatem a desigualdade e o preconceito social; alavanca novos tipos de "produtores culturais", profissionais ligados às comunidades que andam pelas cidades do mundo.

A dobradinha "produtos culturais da periferia e com qualidade + compromisso com combate às desigualdades sociais" está sendo feita. Trata-se sem dúvida de um grande "capital simbólico" acumulado. Reproduzi-lo e expandi-lo é o desafio. Se o mercado e a mídia não podem ser vistas apenas como representantes de um único diabo comprador de almas, é preciso não esquecer que ambos têm suas artimanhas para seduzir, instituir a lógica da competição e dividir. Se organismos de Estado podem ser parceiros, hoje já é o bastante se contentar com os "projetos" pontuais e descontínuos, mas é preciso encontrar formas de alavancar políticas públicas de emprego, educação, cultura e lazer para a juventude. Afinal, nem todos os jovens vão enfrentar o desemprego e o subemprego virando artistas. E, certamente, se o Estado, além de implementar políticas públicas para a juventude, também criar "segurança pública", sobretudo modificando a polícia, a cultura- movimento Hip Hop terá maior possibilidade de demarcar as fronteiras entre a "comunidade" e o tráfico. Terá mais chances de "desviar os jovens do caminho do narcotráfico".

Por fim, só nos resta torcer para que floresça o debate sobre as origens, relações de gênero, negritude e participação política . Mas floresça sem (re)produzir entropias. Afinal, o mais novo de tudo é que "o grito da periferia" tem ecoado no centro, no asfalto, nos ouvidos de jovens inquietos, desnaturalizando a violência, reconstruindo esperanças.

Referências Bibliografia

DJ TR. "O som dos manos, a dança das minas". ***Democracia Viva***, IBASE, nº 9, novembro de 2000/ fevereiro de 2001.

GONÇALVES, Tânia V. ***O grito e a poesia do gueto (Rappers e movimento Hip Hop no Rio de Janeiro.*** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ,1997.

JARDIM, Marta. "O que dizer do Hip Hop na FEBEM-RS?", (artigo inédito), 2000.

MOTTA, Athaíde e OLIVEIRA, Eduardo HP de. "O reggae e o hip hop à moda brasileira: radicalizando a diferença". ***Democracia Viva,*** IBASE, nº 4, novembro de 1998.

OLIVEIRA, Eduardo HP de. "Quem teme o Brasil dos Manos?", (artigo inédito),1999.

VIANNA, Hermano. ***O Mundo Funk Carioca***. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

Lembranças em Movimento
Como surge um trabalho social?

*Rafael dos Santos**

*Professor de História da Educação da Universidade Estácio de Sá/RJ, doutorando em Educação na USP e diretor de Articulação do Grupo Cultural Afro Reggae entre 1993/1995

Este artigo analisa os primeiros anos de trabalho do Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR). Por atuar através de meios de comunicação social, estimulando debates, auxiliar outras entidades político-sociais e, principalmente, pelos núcleos culturais que mantém em favelas cariocas, o GCAR possui experiências dignas de serem observadas e utilizadas para a construção de um projeto de cidadania plena, contemplando questões sociais, étnicas, de direitos humanos, cultura e entretenimento. Tendo sido diretor de articulação do Afro Reggae, desde sua fundação, em janeiro de 1993, até o final de 1995, tentarei fazer neste artigo um relato de seus primeiros e não tão bem conhecidos anos, destacando o surgimento do Grupo e a maneira pela qual seu trabalho se desenvolveu e se legitimou junto aos demais movimentos sociais, aos poderes públicos e aos veículos de comunicação.

Entendendo que a cultura brasileira não se dissocia da produção cotidiana das classes populares, considero este estudo de caso um exemplo de como elas podem criar instrumentos de organização política, a partir do seu próprio conjunto de valores e práticas da vida cotidiana. Se as classes dominantes utilizam a imagem de um país mestiço e multicultural exatamente para negar o conflito e a opressão a que está submetida a maioria da população, acredito poder ressaltar a mestiçagem étnica e cultural do povo brasileiro como exemplo de que a população é mais capaz e poderosa do que pensa e as classes dominantes nos querem fazer acreditar. Por ser dinâmica, a cultura popular precisa ser avaliada e entendida através das novas formas de expressão que vão surgindo ao longo do tempo, como jornais, rádio ou internet, sem o autoritarismo com o qual as classes dominantes interpretam o pensamento popular dentro destas mesmas formas de expressão. (SANTOS, 1996).

O Afro Reggae realiza uma intervenção que desconstroi a hierarquização de valores a partir da qual o cotidiano popular vem sendo interpretado. Este é o ponto crucial do trabalho do GCAR: auxiliar as classes populares a se verem e a compreenderem a sua vida cotidiana como provida dos instrumentos básicos para que se organizem pelos seus direitos em posição de igualdade, sem menosprezarem a si mesmos, percebendo-se enquanto proprietárias do país em que nasceram e constroem a cada dia. Não há como pensar um projeto de poder popular sem romper com os valores hierarquizados que a sociedade ocidental branca atribui às produções culturais e a seu modelo civilizatório, uma vez que isto faz a maioria da população julgar inferior tudo aquilo que ela realiza e cria ao longo de sua vida.

O curioso é notar que a intenção original dos membros do GCAR era tão somente organizar um veículo de comunicação, o jornal Afro Reggae Notícias, para divulgação da cultura negra, especialmente de suas manifestações musicais. Este era o projeto inicial. O Afro Reggae surgiu a partir de um grupo de pessoas bem heterogêneas, contendo funcionários públicos, desempregados, vendedor ambulante, pessoas de formação universitária, ferroviário e militante de ONG, sendo que algumas dessas posições se combinavam a outras e eram acrescidas por participações em movimentos sociais, blocos afro, partidos políticos, sindicatos, etc..

Tudo começou após a organização de uma festa, o "Rasta Reggae Dancing", em uma escola pública no centro do Rio de Janeiro, em outubro de 1992. Na festa havia a música, mas também estandes com artesanato, comidas típicas, roupas em estilo afro e cartazes exibindo projetos sociais de organizações não-governamentais, sobretudo de combate ao racismo como era o caso do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - CEAP. Com o sucesso do evento, aquele grupo julgou importante elaborar algum tipo de trabalho, que mantivesse as pessoas envolvidas no "Rasta Reggae Dancing" reunidas. Foi então que se pensou em fazer um jornal bimestral com uma tiragem inicial de 1.000 exemplares, que paulatinamente foi sendo aumentada até alcançar o patamar de 12.000 exemplares. Nos três primeiros números,

sequer um jornalista profissional possuíamos, apesar da colaboração de alguns na forma de artigos e entrevistas realizadas.

É isto mesmo que você, caro leitor, já deve estar supondo: o GCAR não tinha como projeto inicial as oficinas musicais; sequer a banda musical. Antes de setembro de 1993, Vigário Geral não era a rota e nem o porto dessa nave desafiadora que ora singra por este Rio de Janeiro e alhures. Maiores detalhes você, que a esta altura já está pra mais do que um caríssimo amigo, ficará sabendo se continuar a prestigiar este texto que analisará a atuação do Grupo Cultural Afro Reggae, nos anos de 1993 a 1995, pela ordem em que surgiram os seus programas: (1) o Jornal Afro Reggae Notícias; (2) Produção e Promoção Cultural e (3) os Núcleos Comunitários de Cultura.

Dos dois Núcleos Comunitários de Cultura, Vigário Geral e Cantagalo, abordarei apenas o primeiro por ser o núcleo mais antigo e desenvolvido, que dispõe de maior documentação e em relação ao qual possuo um maior envolvimento e conhecimento do processo de formação. Além disso, foi o seu sucesso que serviu de inspiração ao Núcleo Comunitário de Cultura do Cantagalo.

O Jornal Afro Reggae Notícias

Logo após o seu lançamento, em janeiro de 1993, o ARN - sigla que utilizarei para designar o Afro Reggae Notícias - já contava com o apoio de diversas entidades, como Sindicato dos Previdenciários/RJ, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, além dos blocos afro do Rio de Janeiro, contentes por encontrarem um meio de comunicação que pudesse divulgar suas atividades na cidade. Assim, membros dos grupos Tafaraogi, Orunmilá, Agbara Dudu ou Olodunmaré, entre tantos outros, desde o início manifestaram o desejo de colaborar com o empreendimento. Naquela época, como vimos, os membros do Afro Reggae pensavam apenas em editar o ARN. As outras atividades só seriam cogitadas alguns meses depois.

O número 0 (numeração utilizada no lançamento de jornais da chamada imprensa alternativa, que por tradição nunca começam com o número 1), já espelha o que virá depois. Em primeiro lugar, a valorização da cultura negra como arma para se combater o racismo não fica restrita apenas à cobertura de artistas negros.

Todos os produtores de manifestações originariamente criadas pelas populações negras são tratados igualmente. A preocupação é demonstrar que a contribuição negra é tão marcante e evidente, que desmente toda a fundamentação preconceituosa. Através do estímulo à mistura de influências culturais, o ARN evita utilizar uma fundamentação anti-racista, buscando no não-racismo o paradigma para o seu discurso.

Tendo a preocupação de dividir e dosar as matérias apresentadas em cada edição, o grupo procurava estimular a leitura do jornal por um espectro mais amplo de leitores, evitando que o mesmo ficasse restrito a um jornal lido apenas por representantes dos movimentos organizados — o que usualmente ocorre com a maioria dos jornais de sindicatos, movimentos de mulheres, movimentos negros, homossexuais ou ecológicos. O grande público era atraído pelo ARN através de matérias sobre ritmos musicais de origem negra, como o reggae (principal estilo do jornal), o rap, o samba, o funk (muito difundido entre a juventude de favela no Rio) e o samba-reggae.

Além disso, o jornal permeia suas páginas com notícias sobre casos de racismo, extermínio de menores, discriminação à mulher e direitos humanos, divulgando também as atividades de organizações não-governamentais. Ao mesmo tempo em que busca uma linguagem descontraída, repleta de gírias e sempre se desviando de vocabulários mais difíceis, o ARN empreende, mesmo nas matérias musicais, uma discussão política e de combate ao racismo. Sempre que aborda ídolos do reggae como Bob Marley e Peter Tosh, nunca deixa de mencionar que eles também eram ativistas da luta contra o racismo, contra a fome e a miséria no mundo todo e que sempre manifestaram sua aversão aos valores da sociedade capitalista.

Sua coluna de livros, pela qual fui responsável até 1995, não se preocupa apenas em divulgar novidades editoriais no campo da música ou do combate ao racismo. Além desta finalidade primordial em qualquer seção de literatura — divulgar novidades —, estimula continuamente a leitura de obras clássicas e consideradas de qualidade, como "Raízes" e "Biografia de Malcolm X", ambas de Alex Halley, e ainda recomenda aos professores livros didáticos que possam auxiliá-los a trabalhar as questões raciais em sala de aula, como a série didática de História de Joel Rufino dos Santos, de 5ª a 8ª séries.

Para trabalhar questões de gênero, o ARN sempre dedica várias páginas de entrevistas a artistas negras como Zezé Motta, Leci Brandão, Margareth Menezes, Leda Ornelas, Ruth de Souza, Léa Garcia e muitas mais. Nestas entrevistas destaca suas trajetórias de vida, os casos de conflitos raciais que encontraram e encontram em suas carreiras e as condições do mercado de trabalho para artistas negros. Em algumas edições encontram-se denúncias sobre o tráfico de mulheres (majoritariamente de mulheres negras) para o exterior e sobre prostituição infantil. O número 1 contém uma reportagem sobre o assassinato de Edméia da Silva Euzébio, em janeiro de 1993. Edméia era líder do movimento conhecido como "As mães de Acari"; mulheres que tiveram os seus filhos desaparecidos, em 1990, pela ação de um grupo de extermínio liderado por policiais militares. Apesar de todas as evidências apontarem para alguns policiais, segundo um relatório do próprio serviço reservado da Polícia Militar do Rio de Janeiro assinado pelo coronel Valmir Alves Brum, até agora nada foi feito para punir os culpados. E tudo leva a crer que Edméia foi assassinada por insistir em levar adiante as investigações.[1]

O leitor do ARN é ainda informado sobre temas como o extermínio de menores, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Racismo (criada em 1994 pelo deputado estadual Marcelo Dias), a prevenção ao vírus da AIDS, bem como de questões gerais de interesse dos movimentos

[1] Ver, sobre o assunto, o livro publicado pelo jornalista Carlos Nobre. ***Mães de Acari.*** Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1993.

sociais e, particularmente, para a luta contra o racismo. Assim, a matéria de capa do número 7, em junho/julho de 1994, é "Mandela: o visionário da distensão sul-africana". Esta reportagem informa todos os detalhes sobre a eleição e a posse do primeiro presidente negro da África do Sul, após a derrocada do regime de ***apartheid***, além de divulgar pequenos depoimentos de personalidades brasileiras, como Benedita da Silva, Frei Davi, Ivanir dos Santos, Edson Borges e Togo Iorubá, sobre o líder sul-africano.

Como um veículo de comunicação alternativo o ARN pode dar cobertura a manifestações artísticas, que de outra forma cairiam no esquecimento ou seriam apenas um pequeno detalhe em um telejornal ou matéria para completar página em algum periódico. Assim ocorre com a Companhia de Dança Rubens & Barbot, formada somente de bailarinos negros e que realiza uma síntese entre as danças clássica e contemporânea.

Da mesma forma, antes do funk tocado nos bailes de favelas e periferias cariocas ser incorporado pela mídia e pela juventude de classe média, o ARN já defendia a tese de que o ritmo era um legítimo representante da cultura da cidade e que a sua associação à violência não passava de puro preconceito. Na realidade, por estar inserido em uma região coberta de violência por todos os lados, violências concretas e simbólicas, o funk apenas expressa o mundo no qual o jovem das classes populares cresceu e se desenvolveu. No número 9, setembro de 1994, a matéria de capa é sobre os bailes funk nas favelas da cidade. Nas entrevistas, sessões de fotos e conversas informais a que pessoalmente assisti, não me foi difícil constatar que os jovens que ostentavam com os dedos a sigla CV (iniciais de Comando Vermelho, entidade associada ao crime organizado e ao narcotráfico no Rio de Janeiro), assim o faziam conscientes de que esta atitude iria chocar àqueles não habituados a crescer em ambientes em que as armas são ostentadas abertamente e nos mais diversos calibres — seja por bandidos, seja por policiais; nem sempre a diferença sendo muito clara nas favelas.

O mesmo ocorreu com a divulgação do rap no Rio de Janeiro, que somente se tornaria popular na cidade após o segundo semestre de 1994 com o lançamento do primeiro disco de Gabriel, o Pensador, pela Sony Music. Desde o lançamento do número zero do ARN, em janeiro de 1993, o jornal deu cobertura ao ritmo nascido no início da década de 80 entre os negros norte-americanos e associado a um forte protesto quanto às suas condições de vida. Assim aconteceu, por exemplo, com a divulgação, pelo ARN nº 15, do Festival Voz Ativa, realizado em maio de 1995 na favela da Maré reunindo os grupos de rap da cidade que não

possuem espaço na grande mídia. O objetivo do evento era mostrar a quantidade de grupos formados em regiões de baixa renda e, com isto, estimular a produção cultural nestas áreas. Já no nº 11, de dezembro de 1994, o ARN mostra, através da matéria "A razão que vem da periferia", o crescimento do rap entre os jovens de baixa renda, que não só compõem raps, como inserem em suas letras mensagens de protestos contra a violência (de traficantes e policiais), contra a opressão imposta pelo salário mínimo e a falta de moradia. A Cidade de Deus, conjunto residencial popular em Jacarepaguá, aparece em destaque com os seus festivais e vários grupos musicais. Bandas como Rio Radical Raps, Consciência Urbana, Damas do Rap, NAT, CCR ou Geração Futuro aparecem em várias reportagens, sendo suas agendas divulgadas em quase todas as edições. Não raramente jovens se dirigiam aos espetáculos, afirmando terem tomado conhecimento dos shows pelo jornal. Ou ainda, repórteres de grandes jornais, como "O Dia" e "O Globo", reconheciam que quando procuravam por bandas no Rio de Janeiro utilizavam o ARN como fonte. Mas o ponto culminante é a entrevista com o grupo paulista RACIONAIS MCs, considerada pelas outras bandas a melhor no gênero no país (ARN, nº 12). Na matéria, os integrantes da banda revelam como o movimento se disseminou em São Paulo, como os jovens negros na capital paulista sofrem com a violência policial e como isto se reflete em suas canções.

Espaços de manifestação da cultura popular são sempre valorizados, como é o caso do Terreirão do Samba — conjunto de barracas de blocos afros, escolas de samba e afoxés instalado na Praça XI no Rio de Janeiro, bem na entrada da Passarela do Samba, durante o Carnaval. O palco montado no local serve para a apresentação de conjuntos de pagode, cantores consagrados do samba, como João Nogueira, Beth Carvalho, Paulinho da Viola, Zeca Pagodinho, Alcione, Leci Brandão, entre outros, que, antes e depois de desfilarem por diversas escolas de samba, sempre aparecem lá para um show.

... O JONGO AINDA POSSUI VÁRIOS ADEPTOS NA COMUNIDADE DO MORRO DA SERRINHA, EM MADUREIRA. OS MAIS JOVENS COMEÇAM A MISTURAR OS TAMBORES, COM OS QUAIS O JONGO É TOCADO, COM GUITARRAS E TECLADOS, O QUE VEM GARANTINDO A RENOVAÇÃO DE GERAÇÕES

Além disto, os blocos afros fazem apresentações em frente às suas respectivas barracas; são vendidas comidas baianas, fantasias com motivos africanos e acontece um verdadeiro festival de sedução e flerte no local. O Terreirão, como é chamado por seus freqüentadores, é montado em janeiro e dura até uma semana após o Carnaval. Talvez seja um dos poucos lugares em que a folia ainda pode ser aproveitada gratuitamente na região central da cidade (na periferia e subúrbios ela ainda é muito forte nas ruas, como em Osvaldo Cruz, bairro considerado o berço do samba e da brincadeira de saída dos "clóvis" ou "bate-bolas"). Todos os anos, o ARN realiza a cobertura das atividades do Terreirão do Samba, levantando a discussão sobre a necessidade de se criarem maiores espaços para que as manifestações populares menos mercantilizadas possam prosperar (ao contrário das escolas de samba que, apesar de serem muito populares, têm como limite para participação em seus desfiles o alto preço de suas fantasias).

Os blocos afros cariocas, além da cobertura que recebem ao longo do ano, têm uma atenção especial no carnaval. O ARN sempre ressalta para o leitor que eles são uma diversão agradável e bem mais barata do que as grandes agremiações de samba, divulgando

seus concursos de beleza negra, o significado de suas cores, a origem dos seus nomes e seus eventuais vínculos com as religiões afro-brasileiras. Embora mais famosos em todo o país, os blocos afros de Salvador também recebem ampla cobertura de suas atividades; entre eles destacamos Olodum, Ilê Ayé, Muzenza e o afoxé Filhos de Ghandi.

No seu número 7, o jornal realiza uma matéria sobre o jongo ("O jongo e seus tambores urbanos"), discutindo as alternativas que se lhe apresentam: manter a tradição ou modernizar para sobreviver. Misto de dança, mito, religião e música praticado pelos escravos originários de Angola, o jongo ainda possui vários adeptos na comunidade do morro da Serrinha, em Madureira. Todas as tardes de sábado aquela favela carioca reúne várias pessoas praticando o jongo. Os mais jovens começam a misturar os tambores, com os quais o jongo é tocado, com guitarras e teclados, o que vem garantindo a renovação de gerações. A matéria, sem dar uma solução definitiva, indaga se a modernização do jongo não seria a sua forma de sobrevivência e talvez uma possibilidade de transcender a comunidade da Serrinha, onde resiste isolado. De outro lado, não nega o fato de que o ato de modernizar uma tradição é sempre um ato polêmico, tendo em vista ser o jongo um dos resquícios de como os negros escravizados exprimiam valores éticos, culturais, de diversão e através do qual se poderia observar, pela manutenção do tradicional, a sua influência na cultura brasileira. Tanto o jongo tradicional quanto o moderno podem ser encontrados aos sábados na Serrinha. Quem quiser saber maiores detalhes é só ir lá conferir.

Ritmos regionais como o carimbó paraense, o estilo maranhense de se dançar o reggae, as bandas de reggae da baixada fluminense, tudo que revele a diversidade da cultura brasileira e seja resultante da contribuição do negro para a formação de uma sociedade mestiça é abordado em todas as edições. A valorização da mestiçagem em nenhum momento leva o ARN a negar a discriminação racial no Brasil. Ao contrário, o jornal defende uma mestiçagem plena, em que a sociedade tome consciência de que o Brasil é sim um país com povo mestiço e que isto é positivo. Não por suprimir com o tempo a parcela negra, nem por criar uma escala de valores hierarquizada, em que o negro é aceito desde que subordinado a um processo civilizatório branco. Sem se dar conta, uma vez que muitos dos integrantes do GCAR desconhecem o debate acadêmico, o ARN se mostra atualizado na defesa de um Brasil mestiço autêntico (que supera os erros cometidos por Gilberto Freyre na defesa de uma "democracia racial").

Sobre as questões sociais, o ARN nº 19, de novembro/dezembro de 1995, apresenta a matéria "Evasão escolar, repetência ... Será este o destino de nossas crianças negras?", assinada pela pedagoga Eliete Anna da Silva Barbosa, que informa ao leitor como os currículos escolares e as más condições em que se encontram as escolas públicas brasileiras contribuem para a perpetuação do racismo e para a baixa auto-estima das crianças negras. Mas a matéria não assume um tom pessimista e informa o que vem sendo feito dentro do Centro Integrado de Ensino Público (CIEP) Presidente João Goulart, na favela de Cantagalo, local onde o GCAR instalou, no primeiro semestre de 1995, o seu segundo Núcleo Comunitário de Cultura que vem desenvolvendo diversas atividades pedagógicas voltadas para a melhoria da qualidade da escola pública. Neste CIEP, muitos professores já consideram que as questões raciais na escola representam um fator crucial para a busca de um projeto pedagógico voltado para os interesses das classes populares, que são predominantemente compostas de negros.

O Afro Reggae Notícias também é utilizado pelo Grupo Cultural Afro Reggae para informar o grande público sobre as suas atividades. Assim, após a inauguração do Núcleo Comunitário de Cultura de Vigário Geral, em junho de 1994, o ARN passou a reservar pelo menos uma página (intitulada "Coluna dos Núcleos"), em um total de dezesseis, para a cobertura de suas atividades.

Além desta coluna, outras matérias ligadas ao cotidiano das comunidades atendidas são levadas ao conhecimento das pessoas que têm acesso aos 12.000 exemplares do jornal distribuídos em todo o país (e em alguns exemplares que vão para o exterior)[2]. Assim, no editorial do número 10, outubro/novembro de 1994, há uma foto registrando o interior de uma residência totalmente crivada de balas de calibre pesado (fuzis automáticos e semi-automáticos), após uma incursão policial na favela, que nunca se sabe se é uma operação oficial ou mais uma atividade dos poderes paralelos das corporações policiais em busca de extorsão ao narcotráfico às custas do sossego da população. Uma coisa é certa: ao utilizarem armamento tão pesado quanto o dos traficantes, os policiais denunciam fazerem uso de armas não pertencentes às polícias civil e militar. Abaixo da foto há uma legenda: "Poderia ser na Bósnia, mas esta foto foi tirada no interior de uma casa em Vigário Geral". Nem sempre podemos encontrar registros como estes na grande imprensa, o que faz os leitores pensarem que guerra civil é um fenômeno ausente no território nacional.

Em algumas matérias, entretanto, o jornal se apresenta ambíguo na maneira como lida com determinados conceitos e/ou aborda alguns assuntos. Na entrevista realizada com João Jorge dos Santos, ex-presidente do Grupo Cultural Olodum, a manchete era "A reengenharia do racismo" (ARN, nº 7). Os dois primeiros parágrafos que introduziam a entrevista eram os seguintes:

> ***"A última coqueluche do marketing é este palavrão: reengenharia. Segundo este conceito, a empresa deve passar por uma mudança radical na sua estrutura interna com o objetivo de torná-la ágil e flexível para atender melhor o seu cliente, antes que o seu concorrente o faça.***
>
> ***Não sabemos se João Jorge, presidente do Olodum, já estava contagiado pelo vírus da reengenharia quando nos deu esta entrevista. Mas ao falar sobre Mandela, movimento negro nacional e internacional, campanha da fome e tantos outros assuntos, ele ousou ir muito além dos chavões a que a questão racial costuma ser tratada. Melhor do que apontar o racismo dos outros, João Jorge prefere pensar em como os próprios negros têm conduzido as suas lutas e como obter mais eficiência".***

---

[2] O jornal consegue financiar as despesas de impressão (gráfica, fotolito, diagramação, arte-final, fotografia), orçadas em aproximadamente U$ 2,500 (dois mil e quinhentos dólares americanos). Contudo, em projetos de jornais alternativos e não comerciais como o ARN, que possuem distribuição gratuita e vínculo com causas sociais, há despesas que não podem ser computadas: doação de materiais, trabalho voluntário de muitas pessoas, veículos emprestados, combustível e tudo o mais que colaboradores, diretores e pessoas ligadas ao projeto realizam.

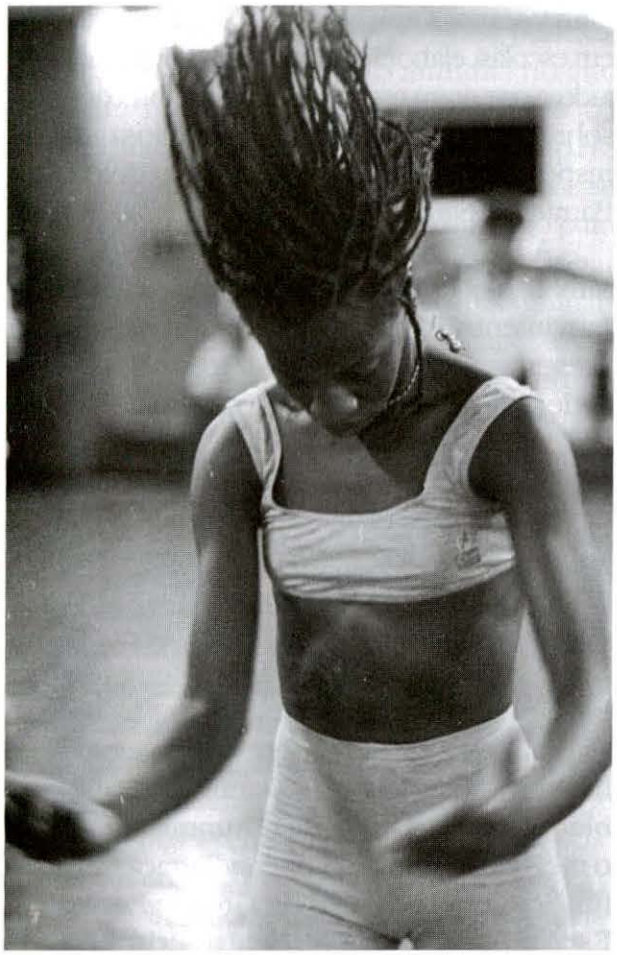
Pela definição de ***reengenharia*** que utiliza, a matéria não menciona que este conceito também representa um modelo de racionalidade dentro das relações de trabalho que não tem o menor vínculo com o bem-estar social da população trabalhadora. Ao contrário. Creio que o que melhor representa o termo é a grande dispensa de mão-de-obra empreendida por estas "mudanças radicais" em nome de uma "agilidade" e "flexibilidade" que só satisfazem a acumulação do capital. A implementação das novas tecnologias no mundo do trabalho, acoplada aos novos conceitos de gerenciamento (reengenharia), não possui qualquer compromisso com a grande leva de desempregados que provoca, apesar do aumento de produtividade resultante. Este aumento da produtividade, apesar da redução dos postos de trabalho, envolve desemprego estrutural.

Ora, como um termo como reengenharia, que acirra as contradições sociais e o racismo, pode servir para exemplificar a busca do Olodum por desenvolver novas estratégias para o combate ao racismo? Note-se que a comparação é feita pelo jornal. Em nenhum momento o entrevistado faz esta analogia. Não tenho dúvida de que a intenção do ARN era a de enaltecer a luta e o dinamismo com os quais o Grupo Olodum vem marcando a sua história de combate ao racismo. O problema consiste na falta de reflexão sobre o real significado dos conceitos utilizados e sobre o projeto econômico e político a que os mesmos estão a serviço.

O número 8, agosto de 1994, revela a mesma questão ao apresentar uma matéria sobre o físico Cláudio Elias: "Sem preconceito, o céu é o limite: convidado para estudar na NASA, Cláudio Elias, nascido na Baixada, é um exemplo de como vencer na vida superando os obstáculos". Elias, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, recebera uma bolsa de estudos para passar um ano desenvolvendo projetos junto à agência espacial norte-americana, a NASA. Um dos fatores que mais impressionou o físico negro Cláudio Elias, na ocasião, foi ter observado junto à comunidade científica americana uma parcela considerável de negros. Ao comentar as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, o ARN publica o seguinte texto:

> ***"Provavelmente, por não terem tido um passado escravista tão marcante quanto o nosso, a sociedade americana não teve como reservar os negros às tarefas menos qualificadas, associando toda uma raça à idéia de atraso. Lavar carros ou trabalhar como empregadas domésticas são tarefas desempenhadas por todas as etnias, e até por estudantes universitários que durante as férias aceitam vários tipos de emprego para poderem melhorar suas rendas.***
>
> ***Mas no Brasil a realidade é outra, e Elias soube dobrá-la como poucos. Aos 7 anos começou a trabalhar, ajudando seu pai que era feirante, e nunca mais parou..."***

Há uma confusão estabelecida neste trecho. A valorização das atividades manuais prende-se à ética dos imigrantes protestantes que vieram para fazer da América um novo lar, fugindo das perseguições religiosas na Europa. A dignificação do trabalho nos Estados Unidos pouco tem a ver com a estrutura de seu passado escravista. Assim, lavar carros ou trabalhar em lanchonetes é dignificante porque relembra os momentos de pioneirismo da formação das treze colônias inglesas na América do Norte. Para os valores protestantes o alimento deve ser provido pelo suor do trabalho do homem, havendo uma aproximação com Deus quando se está exercendo uma atividade laboral. De outro lado, o ARN não leva em consideração a luta dos movimentos pelos direitos civis, que tanto se esforçaram para que a sociedade americana pudesse aceitar os negros como cidadãos plenos. Fato que só ocorre com a promulgação da Lei dos Direitos Civis, em 1964. Se hoje órgãos tão importantes quanto a NASA possuem negros em posições de destaque, em muito se deve agradecer aos movimentos liderados por Martin Luther King, Malcolm X e a tantos outros que, através de boicotes, passeatas,



confrontos contra a polícia e até com a própria vida, permitiram a criação desta classe média negra nos Estados Unidos, inclusive mediante os programas de ação afirmativa, hoje tão debatidos no Brasil. Ao não mencionar estes fatos, a matéria dilui o passado escravista americano, confundindo abrangência com intensidade, e desconsidera a importância do movimento de direitos civis para a presença hoje de negros em posição de destaque.

Em todo caso, a ação de promover atividades de cunho social ia também desenvolvendo paralelamente uma dimensão pedagógica sobre os seus diretores.

Promoção e Produção Cultural

Embora não existissem enquanto um programa específico — mesmo porque o Afro Reggae começava a ser então apenas um jornal — é possível considerar que a festa de lançamento do número 0 do ARN, em janeiro de 1993, foi o primeiro ensaio do que seriam as atividades de promoção e produção cultural do GCAR. Até o final de 1994, os lançamentos das edições do ARN ficaram conhecidos como as "festas do Afro Reggae". Realizadas na Glória, na sede do Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER), estes eventos reuniam, assim como aconteceu no "Rasta Reggae Dancing", não somente pessoas envolvidas nos movimentos sociais, mas também um público atraído pelos ritmos tocados (reggae, samba-reggae e rap) e pela divulgação realizada pelos segundos cadernos dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia.

Nas festas havia a divulgação do que outras organizações não-governamentais vinham realizando pela cidade, com destaque para as atividades do próprio ISER, do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e da Associação HIP-HOP Atitude Consciente (ATCON), entre outras. Exposições de fotografias, venda de roupas e artesanato em estilo afro sempre tiveram espaço nesses eventos.

Pelo fato do ARN ser um jornal voltado a matérias musicais, o GCAR recebe um grande acervo fonográfico de todas as gravadoras (além de um farto acervo de brindes: bonés, camisetas, ***posters***, chaveiros e adesivos). Com isto o grupo pode realizar festas com um fundo musical com reggae, soul, funk, samba-reggae e ritmos derivados destes, como o ***ragga-muffin***. Além de suas próprias festas, o GCAR passaria a co-produzir eventos de diversas outras entidades devido ao ***know-how*** acumulado. Foi assim que diversos eventos contaram com o apoio do Grupo.

A grande capacidade para montar toda a infra-estrutura de som, divulgação e promoção de eventos permite que seu Programa de Promoção e Divulgação Cultural auxilie trabalhos fora do Estado do Rio de Janeiro. Assim ocorreu, por exemplo, em maio de 1995, com o Movimento de Mulheres Baluarte Negro (voltado para as questões inerentes à mulher negra), na cidade de Curitiba, Paraná. O Baluarte Negro realiza

naquela cidade, marcada pela colonização européia, um trabalho de valorização da estética afro-brasileira, através de festas, desfiles e campanhas publicitárias. O Afro Reggae foi convidado pelo Baluarte para fazer uma festa de divulgação do número 15 do ARN e trocar experiências sobre atividades culturais com um conteúdo político (no caso de ambos, o combate ao racismo).

Uma das atividades de maior repercussão deste Programa foi a assessoria dada à produção do programa radiofônico Vibrações Positivas, mantido pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas. O Vibrações Positivas foi ao ar de maio de 1992 a dezembro de 1995, todos os domingos, de 14 às 16 horas na Rádio Imprensa FM do Rio de Janeiro. Sua finalidade era veicular a música dos blocos afros do Rio de Janeiro e Salvador, reggae, rap e soul. Nos intervalos entre as músicas, eram dadas informações sobre os blocos afros, entidades voltadas ao combate ao racismo; debatia-se temas nacionais e o preconceito sobre a mulher (com ênfase na questão da mulher negra, que sofre um duplo racismo: de gênero e de etnia).

Participando do Programa entre junho de 1993 a dezembro de 1995, o GCAR contribuiu para que os diálogos fossem mais atraentes ao público jovem, na escolha das trilhas sonoras a serem executadas (produção musical), trazendo artistas para serem entrevistados ao vivo e divulgando o programa através não só do ARN, como em todas as atividades de que o grupo fizesse parte. O Vibrações Positivas saiu do ar em virtude de o CEAP não ter conseguido chegar a um acordo para a renovação do contrato de aluguel do horário com os proprietários da emissora.

Atualmente, o projeto mais importante em que o Programa de Promoção e Produção Cultural está envolvido é o Gozando de Felicidade, realizado em parceria com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). O projeto Gozando de Felicidade consiste em esclarecer a população de que o combate ao vírus da AIDS não significa que as pessoas devam renunciar ao prazer sexual. Campanhas publicitárias, palestras em escolas, elaboração de manuais informativos, tudo o que possa esclarecer dúvidas e preconceitos sobre esta doença infecto-contagiosa são de responsabilidade do GCAR, dentro do projeto Barraca da Saúde.

A Barraca da Saúde percorre escolas de samba, blocos afro, atividades das entidades do movimento negro, eventos culturais e está presente todas as sextas-feiras na sede da Federação dos Blocos Afro do Rio de Janeiro (FEBARJ). Nestas ocasiões, distribui material educativo (folhetos, cartazes e publicações diversas) e preservativos (a melhor maneira de se prevenir a doença através do contato sexual), exibe documentários e promove performances de dança e música sobre a AIDS. Por conta da Barraca da Saúde, o Afro Reggae vem estimulando cantores de rap, reggae e blocos afro a comporem músicas sobre o tema, como já o fizeram o conjunto "As Damas do Rap" e os blocos afro "Tafaraogi" e "Orunmilá". Durante o mês de dezembro de 1995, a Barraca da Saúde funcionou nos ensaios do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, a escola de samba de maior apelo popular do Rio de Janeiro.

O Programa de Promoção e Produção Cultural tem ainda como uma de suas atribuições divulgar palestras, debates e eventos diversos de outras entidades, em que o GCAR ou algum de seus integrantes seja convidado a participar.

Núcleo Comunitário de Cultura: O Afro-Reggae em Vigário Geral

Domingo, 29 de Agosto de 1993. Após uma série de fracassos em suas partidas pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 1994, a Seleção Brasileira de Futebol finalmente consegue uma vitória convincente contra o selecionado boliviano por 6 X 0 na cidade do Recife. Ao término da partida, toda a população comemorava a goleada, naquela que

foi a partida decisiva para que o Brasil pudesse disputar o tetracampeonato mundial no ano seguinte nos Estados Unidos. Símbolo da cultura nacional, o futebol tem forte apelo popular, o que faz com que muitas pessoas se dirijam a bares e botequins após um jogo para beber, gozar o torcedor adversário, "jogar conversa fora" e, no caso da Seleção, orgulhar-se do nível técnico do atleta nacional.

Vigário Geral, Rio de Janeiro, aproximadamente 11 horas e 40 minutos da noite. Final do dia de descanso. Como em vários pontos do Brasil, um grupo de moradores ainda comemora a brilhante exibição de Dunga, Bebeto, Taffarel, Mauro Silva e Ricardo Rocha. Um grupo de policiais encapuzados invade a favela em uma operação não-autorizada. Após exigirem a documentação das pessoas que estavam na birosca existente na entrada da favela, lançam bombas de efeito moral que, ao desnortearem os presentes, os deixam indefesos para o tiroteio que 30 homens desferem sobre os seus corpos. Imediatamente 7 fregueses tombam mortos, fora um que se finge de morto apesar da dor que sente por ser baleado no tórax.

Não satisfeitos, os policiais partem para uma casa verde que fica em frente ao bar. É a residência de uma família evangélica. Só nesta família, mais 8 pessoas são assassinadas. Mais 5 pessoas morrem dentro da favela, além de um rapaz que falece na entrada da favela, na Praça Córsega. Muitos outros ficam feridos.

EM REGIÕES DE COMPLETA AUSÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO É DIFÍCIL IMAGINAR QUE APENAS AS OPERAÇÕES POLICIAIS SIMBOLIZEM O ESTADO ENQUANTO UM ELEMENTO DE OPRESSÃO PARA OS MORADORES

MESMO SEM UM APOIO OSTENSIVO AO CRIME ORGANIZADO, SEGURAMENTE OS HABITANTES DAS FAVELAS CARIOCAS NÃO SE COLOCAM DO LADO DAS FORÇAS POLICIAIS DURANTE OS CONFRONTOS, TENDO EM VISTA A FORMA COMO OCORREM

Um dia antes da chacina, 28 de agosto, 4 policiais militares foram assassinados dentro de uma viatura na Praça Catolé do Rocha, no lado de fora da favela de Vigário Geral. De acordo com o que foi apurado no inquérito aberto pelas autoridades de segurança do Estado, o veículo da Polícia Militar que transportava um sargento, um cabo e dois soldados não havia comunicado à central de rádio da corporação a sua presença no local naquele sábado por volta da meia-noite. Segundo o informante clandestino da Polícia Militar, Ivan Custódio Barbosa de Lima, os policiais ali se encontravam para receber propina para permitir a entrada de um carregamento de cocaína em Vigário Geral. A chacina do dia seguinte seria para vingar a morte dos policiais. Todos os policiais, civis e militares, que dela participaram, integravam o grupo clandestino de extermínio conhecido como "Cavalos Corredores". Outra hipótese também foi levantada: os policiais mortos no sábado teriam sido vítimas de uma emboscada de um outro grupo de policiais, rivais na disputa de propinas, e a chacina seria uma tentativa de desestabilizar os traficantes do bando de Flávio "Negão" junto à comunidade de Vigário Geral.

Em todo caso, já está comprovado que o assassinato de moradores foi praticado por policiais articulados a poderes paralelos nas forças de segurança. Independentemente de os 4 policiais serem vítimas de emboscada dos traficantes ou de outros policiais, tudo leva a crer

que participavam de uma operação de extorsão ao crime organizado, prática conhecida como "mineiragem" (VENTURA, 1994).

Dia 3 de Setembro de 1993, sexta-feira da semana da chacina. Chego em Salvador para participar do I Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN) ainda com as imagens vistas na imprensa durante os últimos cinco dias. O propósito do encontro era debater as questões raciais dentro das universidades e discutir como os profissionais de nível superior poderiam atuar no sentido de combater o racismo em todos os setores da sociedade. Naquele mesmo dia, fui à sede do Grupo Cultural Olodum na condição de membro do GCAR. O então presidente do Olodum, João Jorge dos Santos, convidou-me para conhecer o projeto Escola Criativa do Olodum.

Chegando lá, fiquei extremamente impressionado com a capacidade de liderança e auto-determinação de um grupo de meninas que ensaiava números de dança sobre a Conjuração Baiana (conhecida em Salvador como Revolta dos Búzios). Ocorrida em 1798, em Salvador, a Conjuração Baiana foi o primeiro grande movimento pela independência frente à metrópole portuguesa, com a participação de várias camadas sociais e de grupos étnicos, propondo o fim do trabalho escravo. As meninas cantavam uma música do Olodum, intitulada "Pelourinho, Cultura Africanizada".

No encontro, o ponto central dos debates era a necessidade de trabalhar a auto-estima das populações negras, criando estratégias através das quais as pessoas se identificassem e construíssem uma convivência racial sem conflitos e que levassem em consideração todas as manifestações culturais presentes no país. Mas este não seria o único reflexo daquele encontro na trajetória do GCAR. A idéia era fazer algo nos moldes do que o Olodum realizava em Salvador. Assim, tanto o SENUN quanto o Olodum tiveram influência na percepção e elaboração do que viria a ser o grupo a partir de então.

Dia 12 de setembro de 1993, segundo domingo após a chacina em Vigário Geral. Meu velho amigo Luís Henrique de Melo Rosa vem me visitar e relata a sua indignação com os fatos ocorridos duas semanas antes. Zé do Caixão — alcunha que ostenta desde 1983 quando cursávamos o 2º grau no Colégio Pedro II — propunha uma aproximação com a comunidade de Vigário Geral e pedia o auxílio do GCAR. Imediatamente, entrei em contato com o Coordenador-Executivo do Afro Reggae, José Junior, e o apresentei a Zé, que nos propôs organizar uma atividade permanente junto àquela comunidade traumatizada pelos acontecimentos recentes. Um gesto simbólico deveria marcar o início de nossas atividades: uma caminhada do centro da cidade até o bairro, percorrendo uma distância de 30 km. Como, há muito tempo, o Afro Reggae pretendia instalar um núcleo de cultura junto a uma favela carioca, a idéia foi aceita imediatamente. Zé tinha pressa, pois queria que a caminhada ocorresse trinta dias após a chacina: terça-feira, 28 de setembro. Coincidentemente, 28 de setembro é o dia em que, em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que estabelecera que os filhos de escravas nascidos a partir daquela data eram livres, ainda que permanecessem sob a tutela de seu senhor até os 21 anos.

Através de um contato com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e com o sociólogo Caio Ferraz, ex-morador da favela que participava dos protestos pela apuração dos fatos e condenação dos culpados, a proposta foi aceita e ganhou corpo aproximadamente quinze dias da realização do ato. Ao todo, mais de 90 pessoas participaram da caminhada (Ventura, 1994), que saiu da Igreja da Candelária, no Centro do Rio, em memória dos 8 meninos de rua chacinados também por forças policiais, na madrugada de 21 de julho de 1993. Com o sucesso da caminhada, uma série de atividades foram preparadas para mobilizar a população da favela. Dentre elas, o evento Vigário in Concert Geral, organizado pelo GCAR, em 30 de outubro

daquele ano: um evento que reuniu grupos musicais da favela, conjuntos de rap, grupo de teatro, atividades recreativas e animação infantil. O que se buscava naquele momento era manter a população mobilizada e, ao mesmo tempo, oferecer opções culturais e de lazer para levar os moradores a compreenderem o trabalho político então realizado como uma busca pela melhoria da realidade cotidiana. Para tanto, a cultura não poderia ser reduzida aos eventos até então realizados; era necessário implantar um sistema de atividades continuadas ao longo do ano.

Com o apoio da Visão Mundial de Evangelização (VIMDE), então comandada pelo pastor presbiteriano Caio Fábio, Caio Ferraz conseguiu comprar a casa em que morreram as 8 pessoas da família evangélica (os Cardoso dos Santos) e montar um centro de atividades profissionalizantes e culturais, conhecido até hoje como Casa da Paz. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, voltada para promoção social da comunidade da favela. O GCAR foi convidado a realizar oficinas culturais na Casa da Paz. Participando daquele projeto, dali só saiu em novembro de 1995, ao comprar uma residência dentro da favela, intitulada Casa do Afro Reggae.

O Cotidiano em Vigário

Neste tempo todo em Vigário Geral, a presença de armamentos pesados virou rotina — algo "natural" — para os moradores e os membros do GCAR. De um lado, o narcotráfico com alguns jovens da favela ostentando seus fuzis, metralhadoras, submetralhadoras, pistolas e granadas. De outro, as forças estaduais de segurança, polícias civil e militar, exibindo o mesmo artefato bélico, ainda que as polícias estaduais sejam proibidas de possuí-las pelo Exército e tal armamento não conste do patrimônio estadual.

Inúmeras vezes ouvi relatos sobre a ineficácia das operações policiais, caso se imagina que a sua intenção era a de reprimir o crime organizado. Entretanto, o que se vê nas favelas é entrarem na casa de pessoas inocentes sem mandado judicial, apreenderem eletrodomésticos sob alegação de não haver nota fiscal, usarem palavras de baixo calão, saírem da favela contando dinheiro, desrespeitarem os direitos do cidadão. Também não é surpresa ter notícia de traficantes presos e saber que, inexplicavelmente, eles reapareciam alguns dias depois. Ainda que as operações policiais não sejam todas corruptas, não temo

incorrer em erro ao afirmar que boa parte delas possui intuitos escusos. Em regiões de completa ausência de serviços públicos — saúde, educação, saneamento, urbanização — não é difícil imaginar que apenas as operações policiais simbolizem o Estado enquanto um elemento de opressão para os moradores, e não como algo que lhes pertence. Mesmo sem um apoio ostensivo ao crime organizado, seguramente os habitantes das favelas cariocas não se colocam do lado das forças policiais durante os confrontos, tendo em vista a forma como ocorrem. Nem sempre é nítida a diferença entre a lei e o crime, a sociedade e a barbárie.

Do lado do narcotráfico, dificilmente conseguimos encontrar alguém que passe dos 30 anos. Após esta idade, usualmente ou já foi morto ou se encontra preso. Para os que sobram, usualmente mais novos, portar armas e fazer parte da quadrilha representa possuir poder e status, dispor de dinheiro para comprar bens de consumo e ter várias mulheres que mais são vistas como propriedades do que parceiras. Para algumas meninas do local — ainda que não sejam a maioria, representam um número significativo —, os rapazes portadores de armas, que já participaram de tiroteios, assalto a bancos e homicídios representam o seu modelo de símbolo sexual.

Os soldados do tráfico são meninos, alguns até pré-adolescentes. Dificilmente, olhando para eles, podemos dizer que alguns já cometeram diversos homicídios e assaltos. As guerras entre facções do crime organizado, somadas às incursões policiais, geram tiroteios em que é "natural" os moradores especificarem pelo som o calibre e o tipo de armamento utilizado.

Resta, no entanto, uma dúvida a esclarecer. Se o narcotráfico é um negócio que movimenta bilhões de dólares anualmente em todo o mundo e já que aqueles rapazes de Vigário Geral (e de outras favelas) não exibem a posse de fortunas, para quem vai a maior parte deste dinheiro? Será correto chamarmos os vendedores de drogas das favelas de traficantes? O melhor termo não seria varejista?

Apesar de tanto sofrimento e miséria, as pessoas em Vigário Geral demonstram que nunca perderam a esperança e jamais renunciaram à felicidade. As crianças brincam pelas ruas enlameadas e de terra batida o dia inteiro. Uma pelada de futebol ou de vôlei é sempre bem vinda. Nos dias de folga é sempre um prazer muito grande organizar um churrasco em plena rua, com muita cerveja e um pagode improvisado na hora. Estas pessoas, desafiando todas as adversidades, provam que viver e tentar ser feliz sempre é possível.

As Oficinas

Em agosto de 1994, entrou em funcionamento a primeira oficina do Afro Reggae em Vigário Geral: a Oficina de Percussão. Através dela, as crianças iriam começar a aprender o som dos blocos afros e a mistura de ritmos que pode ser extraída de repeniques, surdos, atabaques e xequerês — instrumentos musicais imprescindíveis para o êxito da percussão. O coco, o funk, o reggae, improvisos em canções de rock e baião, entre outros, foram apresentados aos alunos a partir do rufar dos tambores. Esta Oficina de Percussão somente se viabilizou em virtude de uma doação de US$1.000 por parte do Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social (CERIS), em função da credibilidade adquirida após tanto tempo de trabalho com o jornal e as atividades culturais, nas quais a circulação entre membros do grupo e ativistas de movimentos sociais contribuiu para a legitimação da entidade. Também não se deve desconsiderar a utilização de membros de blocos afro do Rio de Janeiro, como o Eduardo (presidente do bloco Tafaraogi) e Kênia (então dançarina do Orunmilá). Do contrário, seria impossível a consolidação da Oficina que mais tarde se transformaria no grande cartão de visitas do Afro Reggae.

A percussão é trabalhada de forma a relacioná-la com a influência africana na cultura brasileira, através de palestras ministradas pelos instrutores. A partir de então, o Afro Reggae montou, em Vigário Geral, outras oficinas: de reciclagem de lixo, dança afro-brasileira, recreação esportiva, capoeira e teatro.

Além das oficinas, o Núcleo Comunitário de Cultura oferece às crianças e adolescentes pertencentes ao projeto os seguintes serviços:

- acompanhamento do rendimento escolar através de contatos estabelecidos com os responsáveis e com as escolas. As crianças que se encontrem fora da escola são encaminhadas à escola pública mais próxima com disponibilidade de vaga;
- atendimento psicológico;
- exibição de vídeos;
- atividades sócio/culturais; como festas juninas e de final de ano;
- passeios pela cidade do Rio.

Por editar um jornal musical, o GCAR sempre conseguiu contatar muitos artistas e, com isto, contou com o apoio de muitos deles para a divulgação do trabalho dos Núcleos de Cultura. Foi assim que o poeta e compositor musical Wally Salomão aceitou integrar a diretoria do Grupo, com a função de Diretor Social. O cantor e compositor Caetano Veloso e a humorista Regina Casé batizaram o Núcleo de Vigário Geral, em junho de 1995, após terem sido contatados pelo jornal e terem visto diversas apresentações das oficinas. Artistas como Lulu Santos, Zezé Motta, Fernanda Abreu e Carlinhos Brown e bandas como Skank, Paralamas do Sucesso, O Rappa e Cidade Negra ajudam a divulgar o trabalho do GCAR.

Graças a isto, as oficinas de percussão e dança afro, apresentadas pelo coordenador-executivo José Júnior, foram o destaque no dia 11 de julho de 1995, do programa televisivo "Jô Soares Onze e Meia", considerado o melhor talk show da TV brasileira. Além das respostas de José Junior às perguntas de Jô Soares, os percussionistas e dançarinos fizeram uma demonstração ao final do programa. Graças a esta divulgação, o GCAR pôde começar a remunerar seus instrutores e colaboradores através de verbas obtidas junto a empresas e entidades como Fundação Ford, M.W. Barroso Silk Screen, Instituto Campo, além de obter apoio de órgãos públicos como a Caixa Econômica Federal e as Secretarias Municipais de Cultura e Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro.

Com um maior reconhecimento público e legitimidade comprovada ao longo de um trabalho voluntário executado inicialmente a partir da disposição de seus membros, o Afro Reggae vai caminhando

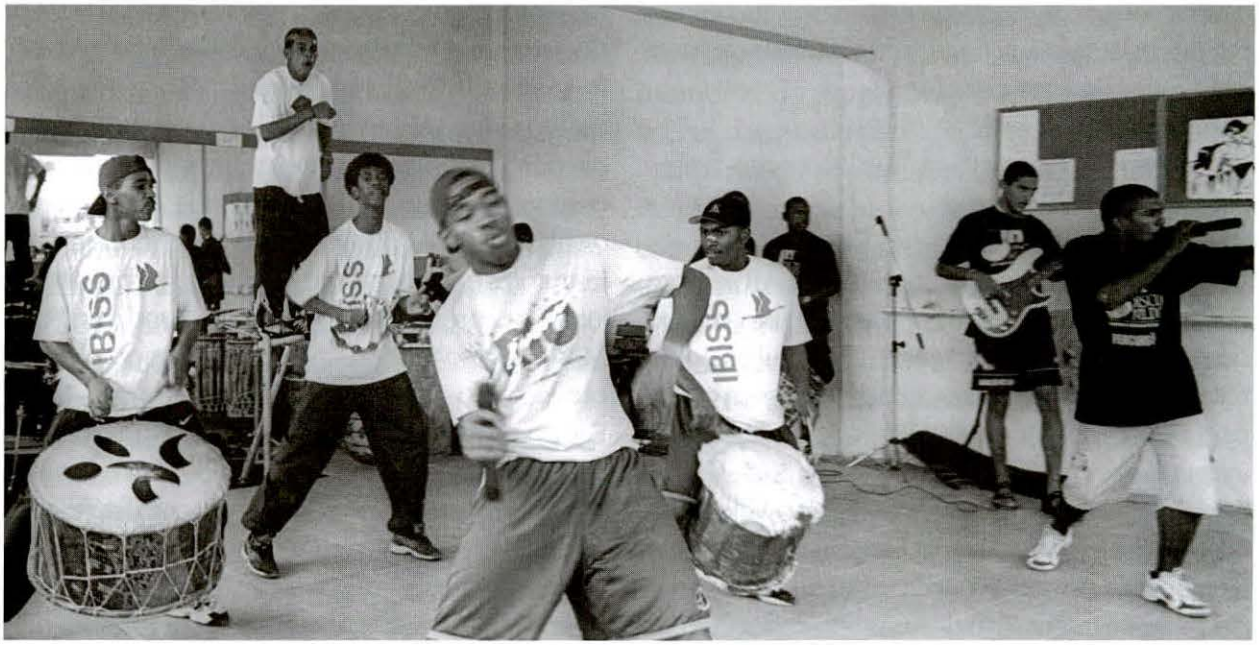
no sentido da profissionalização de suas atividades e, paralelamente, se tornando uma instituição que se recria a cada momento por intermédio de novas atividades, como o circo, a banda musical, as participações midiáticas e muito mais.

Dilemas e Desafios

Uma dúvida permanece entretanto. Seria o padrão Afro Reggae válido para todas as organizações sociais? Haveria meios de todas ou uma grande parte das mesmas disporem do mesmo trânsito junto à imprensa, aos artistas e intelectuais como estratégia de tornar visíveis as suas ações e obter os recursos necessários? Isto ocorreria sem risco de se recair em um discurso assistencialista ou voltado para uma "qualificação para o trabalho" com vistas a se alcançar um suposto "capital de empregabilidade"?

No caso do Grupo Cultural Afro Reggae, sua trajetória e experiências permitiram-lhe contar com apoio não apenas de agências de financiamento e organizações não-governamentais, mas também receber verbas oficiais das três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Por outro lado, entretanto, também lhe imprimiu, por vezes, dificuldades em se contrapor a algumas políticas de governo contrárias aos interesses das populações excluídas. Mas esta não é uma característica observável apenas no GCAR.

E aí chegamos a um ponto crucial. Por que será que as diferentes esferas do poder executivo, nas mais variadas regiões do Brasil, começam a incentivar o que ficou estabelecido como o Terceiro Setor, ao mesmo tempo em que os instrumentos estatais para a implementação de políticas públicas (escolas, hospitais, centros de pesquisa, órgãos da burocracia, etc.) vivem um gritante processo de desmonte? Faz-se urgente evitar os mecanismos de cooptação que o projeto neoconservador apresenta aos movimentos sociais e organizações não-governamentais. O ex-príncipe do pensamento sociológico de Pindorama, com ar professoral, referiu-se às ONGs como "organizações neo-governamentais" no discurso de posse do seu primeiro mandato. Mas, o que ele queria dizer com isto? Não seria um aceno para uma política de cooptação explícita? Ao fazer tal comentário, não estaria o Presidente da República tentando justificar uma lógica de desmonte do serviço público, atraindo trabalhos sociais para o argumento de que o Estado seria estruturalmente ineficiente? Do contrário, por que a Comunidade Solidária e a Secretaria de Desenvolvimento Social não são agências públicas integradas a uma pasta ministerial voltada para a promoção da cidadania? E as verbas para a área so-



cial? Não foi gratuito que, na campanha eleitoral para o segundo mandato (1998), a propaganda e o programa de governo da aliança governista tenham enfatizado a necessidade de fortalecer o chamado "Terceiro Setor", juntamente a um pacote de privatizações e à diminuição das áreas de atuação do Estado.

Por isso, não se pode fechar os olhos para os mecanismos de cooptação explícitos e também legitimados através de produções teóricas (Pereira et al., 1999) que visam respaldar os projetos de reforma (desmonte) do Estado e oferecer embasamento ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (Ministério da Administração e Reforma do Estado — MARE), ao Projeto de Lei das Organizações Sociais (1997) e à Medida Provisória nº 1.591, de 09/10/1997. Esta última, ao mesmo tempo em que dispunha sobre a qualificação de entidades que poderiam se beneficiar da condição de organizações sociais e criava o Programa Nacional de Publicização (dentro do conceito de entidades públicas não-estatais), determinava a extinção da Fundação Roquete Pinto e do Laboratório de Luz Sincroton, para que estas fossem absorvidas por organizações sociais (sempre dentro do conceito de caráter público, mas de natureza jurídica não-estatal).

Precisamos pensar estratégias para que as novas organizações de ação social não reproduzam os vícios das entidades beneficentes sem fins lucrativos que, com isenções fiscais e dispensas de contribuições (como a previdenciária), subsidiam verdadeiros impérios privados em determinados setores, como o ensino privado em todos os níveis, ofuscando a idoneidade e a seriedade de entidades efetivamente relevantes à sociedade, como é o caso, por exemplo, das Santas Casas de Misericórdia. Uma outra questão é como evitarmos a concentração de subsídios e verbas públicas para entidades religiosas, que pode comprometer a natureza laica da ação estatal. É preciso observarmos as políticas de "parcerias" do governo de George W. Bush com entidades vinculadas às igrejas protestantes para, no mínimo, rediscutirmos as implicações da tão propalada natureza pública não-estatal.

A democracia, para se consolidar, depende tanto de uma sociedade civil vigorosa quanto de um Estado capaz de executar as suas tarefas e se abrir para a participação popular. A questão será saber evitar uma mistura de funções entre um setor e o outro. Para isto, as organizações sociais deverão ser capazes de rejeitar o termo "empresa social" ou um pretenso "lucro social" desempenhado por este segmento. Tais expressões assumem uma suposta superioridade da sociedade e da lógica de mercado frente a outras visões de mundo.

Em um momento de crise de confiança nas instituições políticas convencionais, com baixos índices de participação popular nas eleições onde o voto é facultativo (como nos EUA e no Reino Unido), com as ações governamentais mais voltadas para a estabilidade da reprodução do capital e a não resolução das questões do dia-a-dia por intermédio da política clássica, vê-se o poder transformador das novas formas de participação e de reinvenção política. Não é por acaso que os intelectuais orgânicos do ***establishment*** apontam as organizações não-governamentais como "parceiras" (Giddens, 1998) na "governança progressiva" que deveria ser empreendida pela reforma do Estado, e que mesmo para a formulação da política externa os "novos" atores devam ser levados em consideração (Oliveira, 1999). Entre uma ou outra atualização das questões do cotidiano — como as novas formas de organização familiar, maternidade desvinculada do casamento, união entre homossexuais, meio-ambiente, qualidade de vida, violência urbana entre outras questões — este pensamento visa a construção de uma "alternativa" entre o antigo liberalismo e a velha social-democracia européia, mas suas visões sobre a organização do Estado e do serviço público não se diferenciam substancialmente das políticas neoliberais e da relação entre público e o privado que estes interpõem. Afinal, nas organizações "públicas não-estatais", quem determina a sua lógica de trabalho? Seriam as regras de mercado? Como se estabelecem os critérios de contratação de pessoal e a política de cargos e salários? Há democracia interna, ou ainda, quais seriam os mecanismos de sua fiscalização e de participação por parte da sociedade?

Outra armadilha a ser desfeita é a de se aceitar que nossos grupos organizados possam ajudar as pessoas por eles assistidas a adquirirem "empregabilidade" através do aprendizado de competências para a geração de renda, seja no trabalho regulamentado ou mais provavelmente na economia informal. O problema da palavra empregabilidade é que ela transfere para um indivíduo a responsabilidade por se encontrar em precárias condições sociais, não questionando o modelo atual gerador de insegurança, desemprego estrutural e, no caso brasileiro, o fato de sermos campeões imbatíveis no torneio mundial da concentração de renda e das injustiças sociais. Coincidência ou não, o partido político que encarna o projeto "modernizante" no país tem como símbolo o tucano, cujas penas amarelas adornavam o elogiadíssimo manto imperial do segundo reinado (Salles, 1996, p. 75).

As novas formas de organização social necessitam outras modalidades de se pensar a atuação política e a ação cultural por parte das ciências sociais. Também é vital o resgate da questão educacional nas reflexões de nossos intelectuais, tal como ocorreu nas gerações do pensamento social brasileiro, entre o início do século XX e a interrupção imposta pela ditadura militar a partir de 1964. Que o pensamento contemporâneo tenha a preocupação social e educacional de um Guerreiro Ramos, de um Anísio Teixeira, Gilberto Freyre, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque e por aí vai (há muitíssimos outros). Deveremos ainda pensar a partir das especificidades brasileiras, dialogando com a produção internacional, mas criando categorias relativas às nossas formas de viver e de existir no mundo.[3]

Será muito importante investigar a forma como surgem esses trabalhos de intervenção política através da cultura, o que pensam, como se relacionam com o poder público. Quais são as estratégias de cooptação e resistência a elas? Qual a diferença em termos do trabalho cotidiano entre as entidades que surgem e são dirigidas pelas próprias comunidades e aquelas que são fruto de projetos maiores e que se instalam em determinadas comunidades? Também merecem ser analisadas as formas de participação, de democracia interna, os termos dos estatutos das entidades que estão registradas. Quem tem direito a voto nas assembléias gerais ordinárias e/ou extraordinárias? Como a diretoria é escolhida? Quais os recursos materiais e financeiros de que dispõem e de que forma estes são geridos? Até que ponto uma organização não-governamental pode ser chamada de movimento social, ainda que de um novo tipo?

Um trabalho social, que não coloca em questão a sua relevância e comprometimento com as classes populares, pode ser chamado de movimento social ou popular?

Avaliar o desempenho e a eficácia desses trabalhos, como de resto de todas as políticas públicas, seria um hábito saudável, ainda mais se não construímos mecanismos democráticos e desprovidos de um espírito funcionalista para a avaliação de resultados (Rico, 1998). Não podemos esquecer da interação com a escolarização formal e de promover sempre a integração entre dados quantitativos e qualitativos.

Um outro aspecto importante seria a flexibilidade dos veículos de intervenção política institucionalmente reconhecidos - como partidos políticos e sindicatos - para incorporar e se articular com as propostas e exemplos apresentados pelas organizações não-governamentais. Quanto às organizações do Terceiro Setor, o desafio é como viabilizarem as questões que

[3] Para isto, a universidade deverá ser capaz de absorver novos talentos que estão apontando para estas questões, mas tanto o desmonte de nossas instituições de ensino superior e pesquisa quanto a forma "européia" de nossa academia não permitem efetuar esta incorporação. Por outro lado, esta empreitada pressupõe resistir, tal como as nossas organizações sociais, ao estabelecimento da lógica de mercado e de captação de recursos que o governo federal está impondo às instituições de ensino superior por ele mantidas, e cujo caso mais emblemático foi à imposição de um reitor comprometido com este modelo à UFRJ, a maior universidade do sistema federal. Do contrário, os temas de relevância social e sem "apelo" de mercado acabarão ficando de fora da produção intelectual. Conhecimento "desinteressado" não combina com as regras de mercado.

colocam a sociedade dentro de políticas desenvolvidas e incorporadas pelo Estado. Se as ONGs cumprem um papel fundamental ao fiscalizarem e apresentarem alternativas ao poder vigente, a única esfera para discussão de toda a sociedade continua sendo o Estado, legitimado através de referendo popular e constante intervenção da população nas tomadas de decisões. O papel das ONGs, entre as quais situo o GCAR, deve ser então o de ajudar a sociedade e os organizadores das esferas de poder a garantirem ações voltadas para os interesses da população. Acredito, entretanto, que somente uma sociedade solidária, multicultural e democrática poderá dar conta de seus anseios. Neste sentido, insiro este trabalho no campo dos que procuram novos paradigmas de construção de uma sociedade socialista, baseada em muito nas premissas desenvolvidas por Karl Marx. Mesmo que não tenha citado o intelectual do século XIX, este artigo recebeu sua influência ainda que por caminhos nem sempre tão explícitos. Valorizo, assim, um pensamento intelectual produzido em condições históricas concretas e fugindo dos modelos abstratos de democracia e participação (por vezes não mais que formais) das classes dominantes (Gramsci, 1989). Intelectuais comprometidos com as classes populares e com elas interagindo são o elo de ligação entre a prática social das organizações culturais e a construção de uma democracia e de uma cidadania mais abrangentes.

Referências Bibligráficas

GIDDENS, Anthony. (1998). ***The Third Way: the renewal of social democracy.*** Cambridge, Polity Press.

GRAMSCI, Antonio. (1989). ***Os intelectuais e a organização da cultura***. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

OLIVEIRA, Miguel Darcy (1999). ***Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ongs***. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser et al. (1999). ***O público não-estatal na reforma do Estado.*** Rio de Janeiro, FGV.

RICO, Elizabeth Melo et al. (1998). ***Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.*** São Paulo, Cortez.

SALLES, Ricardo. (1996). ***Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.*** Rio de Janeiro, Topbooks.

SANTOS, Rafael dos. (1996). ***Movimentos sociais, educação e questões do cotidiano dentro das relações raciais na sociedade brasileira.*** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

SODRÉ, Muniz. (1988). ***A verdade seduzida.*** Rio de Janeiro, Francisco Alves.

VENTURA, Zuenir. (1994). ***Cidade Partida***. São Paulo, Companhia das Letras.

Trecho da fala de José Júnior - atual Coordenador do GCAR - na Câmara dos Vereadores por ocasião da entrega da Medalha Pedro Ernesto pelos 40 anos da FASE

"Acho que já é pública e notória a relação do Afro-Reggae com a FASE.

Na verdade entrei em 1993 nesse mundo de ONGs e em 1994, tive acesso à FASE. Não sabia nada, não sabia escrever um projeto, não sabia o que era a cooperação internacional, não tinha noção de quase nada. E ali, para minha surpresa, encontrei uma instituição muito aberta.

Sou coordenador e acho que dificilmente o Afro-Reggae seria o que é se não tivesse a relação que tem até hoje com a FASE. E hoje a FASE passa a ter também uma relação muito forte com as gerações que o Afro-Reggae vem formando. O Afro-Reggae qualifica jovens para serem empreendedores sociais e já está desenvolvendo uma ação com a terceira geração do Afro-Reggae, que são pessoas de 16 a 18 anos.

Então, queria parabenizar a FASE. E acho também que esta Casa demorou muito a reconhecer a FASE como uma instituição merecedora da Medalha Pedro Ernesto. Com 40 anos de existência e com o papel fundamental que tem, já era para ter recebido a mais tempo. De qualquer maneira, estou aqui e espero que a FASE continue nesta linha, que é uma linha nova, é uma linha que vem buscando abrir espaços e que tem relações hoje com uma banda Pop Rock como o Rappa, com um grupo como o Teatro do Anônimo, como a Orquestra de Flautas e tantas outras entidades e grupos.

Parabéns para a FASE!"

Organização Comunitária, Cor e Cultura: imagens nas e das favelas em documentários brasileiros

*Márcia Pereira Leite**

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ e membro do Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI) de sua Oficina de Ensino e Pesquisa.

Nesta texto, apresento os primeiros resultados de uma pesquisa de imagens sobre organização comunitária, cor e cultura em favelas e periferias das grandes cidades brasileiras, especialmente do Rio de Janeiro, nos últimos quinze anos.[1] São filmes e vídeos documentários produzidos no Brasil por diversas ongs, universidades e produtores independentes, ao longo do período. Para selecioná-los, nesta etapa da pesquisa, recorri aos acervos do Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP), bem como realizei uma minuciosa consulta aos catálogos das sete edições da Mos-tra Internacional do Filme Etnográfico, orga-nizada pela Interior Produções, desde 1993.

Selecionando as imagens

Um dos critérios para a seleção dos documentários foi a difusão e a repercussão social dessas imagens; elemento importante para indicar sua possível influência na produção/reprodução de um imaginário relativo aos temas em questão. Com esta perspectiva, incluí vários filmes e vídeos produzidos por ongs, que foram concebidos e utilizados, nos anos 80, como recursos para a conscientização e a mobilização de grupos socialmente excluídos na sociedade brasileira (negros, moradores em favelas e periferias urbanas, mulheres, jovens). Esses documentários com freqüência ofereciam uma interpretação alternativa à da grande mídia sobre processos associados à violência e às diferentes formas de preconceito e intolerância e, dessa forma, disputavam a imagem social desses grupos. Atualmente vários deles são considerados clássicos por sua qualidade técnica e sensibilidade antropológica.[2] Integrando importantes acervos de vídeos disponíveis ao público para visualização e pesquisa, permanecem sendo bastante divulgados em universidades, escolas, movimentos e organizações comunitárias.[3]

Desde meados dos anos 90, entretanto, as universidades foram progressivamente ocupando o lugar das ongs na produção e veiculação de imagens associadas aos temas e problemas da sociedade brasileira (Monte-Mór,

---

[1] Pesquisa realizada no âmbito do projeto Cidadania e Imagem/NAI, com apoio da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ e participação dos bolsistas de extensão Elisângela Batista Barbosa e José Victor Regadaes Luiz.

[2] Ver, por exemplo, a avaliação dos filmes de Eduardo Coutinho por Consuelo Lins e Regina Novaes em Novaes (1998).

[3] Refiro-me, especialmente, aos acervos do IBASE, do NAI e do CECIP. O acervo do IBASE consta de produções próprias e de outras ongs sobre os temas: questão urbana, educação, saúde, cultura, cidadania, negro, mulher, criança e adolescente, ecologia/índios, social/trabalho, política/economia e históricos. O acervo do NAI é formado por três coleções: (a) vídeos etnográficos – documentários nacionais e internacionais, compreendendo filmes etnográficos clássicos e produção recente de ongs, universidades e produtores independentes, bem como filmes clássicos sobre a história do cinema mundial; (b) vídeos da FASE – acervo original da FASE com documentários próprios e de outras ongs sobre movimentos sociais, educação popular e os temas também recobertos pelo acervo do IBASE e (3) vídeos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com vários títulos concorrentes ao Prêmio Pierre Verger de Vídeo Etnográfico. O acervo do CECIP abriga documentários nas áreas: comportamento, criança, cultura negra, direitos de cidadania, educação, manifestações culturais, saúde e sexualidade, meio ambiente e vida urbana. Para contatos e informações: IBASE – Av. Rio Branco, n. 124, 8o andar, Centro. Tel. +(21) 2509-0660 Fax +(21) 3852-6028 - E-mail: ibase@ibase.org; NAI/UERJ – Rua São Francisco Xavier, n. 524, 9o andar, bloco F, sala 9.103, Maracanã. Telefax: +(21) 2587-7590 E-mail: oficina@uerj.br e CECIP – Largo São Francisco de Paula, n. 34, 4o andar, Centro. Tel. +(21) 2509-3812 e 2232-6723 Fax + (21) 2252-8604 E-mail: cecip.ong@uol.com.org .

1995; Peixoto, 1995).[4] Diversos centros em todo o Brasil combinam as linguagens das ciências sociais e do cinema no desenvolvimento de pesquisas e na divulgação de seus resultados. Acompanhando este movimento, a imagem também se tornou elemento central para dar visibilidade a (e qualificar) questões que, de outra forma, escapariam ao debate público ou nele teriam outros contornos.[5] Assim, sem qualquer pretensão de recobrir todo este universo, incorporei algumas de suas produções mais recentes a esta seleção.

Por outro lado, seguindo a tendência contemporânea do documentário brasileiro de se associar às redes de televisão, em termos de produção, pesquisa e divulgação (Monte-Mór e Parente, 1997), também escolhi filmes e/ou programas produzidos especialmente para exibição nessas redes, por elas lançados ou nelas várias vezes apresentados. Aliás, os filmes documentários há muito deixaram de circular em um universo mais restrito de especialistas e admiradores do gênero, conquistando o grande público com lançamento ou várias exibições em redes de televisão ou nas telas do cinema.[6] Também freqüentam diversos debates e mostras de filmes e vídeos, como, no caso do Rio de Janeiro, as Mostras Internacionais do Filme Etnográfico e as Mostras Rio.

Diante deste interesse crescente pelos documentários, procurei, ao organizar esta filmografia, propiciar ao leitor elementos que subsidiassem seu uso no ensino e na pesquisa, bem como em debates e eventos diversos. Com este objetivo, além da ficha técnica e da sinopse[7] dos filmes selecionados, indico as palavras-chaves e, sempre que possível, material bibliográfico/videográfico referente aos mesmos, tais como resenhas, artigos, entrevistas com os realizadores e vídeos correlatos.

Os documentários e seus eixos temáticos

Inicialmente, é preciso destacar que a associação entre organização comunitária, cor e cultura com favelas e periferias urbanas não é fortuita. Ao contrário, indica os modos diversos de tematização, no período, de uma problemática associada às classes populares no Brasil, que aqui sintetizarei em apenas dois grandes blocos, seguindo alguns eixos interpretativos. Não levo, portanto, em conta as nuances que os demarcam e distinguem internamente. Se com esta escolha perco em rigor analítico, creio ganhar ao demonstrar, ainda que em largos traços, as mudanças temporais na construção desta temática nos documentários brasileiros e, assim, indicar a interpenetração e o condicionamento mútuo entre a mesma e sua formulação por movimentos sociais e outros diferentes atores.[8]

---

[4] A extinção dos programas de Recursos Pedagógicos e, posteriormente, de Investigação e Comunicação da FASE, antes responsáveis por sua produção audiovisual, e a doação do seu acervo de vídeos ao NAI, a extinção do ISER Vídeos e do Canal Imaginário/IBASE são indicadores desse processo.

[5] Ver, por exemplo, os projetos: (a) "Exploração infantil: educação através da imagem", sobre trabalho infantil no campo, coordenado pelo prof. José Roberto Novaes (IDACO e UFRJ) e desenvolvido em diversas universidades, como a UERJ, a UFRRJ e a UFRGS, e em parceria com a FASE; (b) "Carvoeiros", sobre as condições de trabalho nas carvoarias de São Mateus/Espírito Santo, que foi desenvolvido através de uma da FASE com várias entidades, entre as quais a UFES.

[6] Para alguns exemplos lembrar, no primeiro caso, de "Notícias de uma guerra particular", de Kátia Lund e João Moreira Salles, e "Santa Cruz", de João Moreira Salles, e, no segundo caso, de "Santo Forte", "Babilônia 2000", ambos de Eduardo Coutinho, "O rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas", de Paulo Caldas e Marcelo Luna e "Barra 68 – sem perder a ternura", de Wladimir Carvalho, entre outros.

[7] Em alguns casos, as sinopses foram transcritas do material de divulgação oficial ou dos catálogos e acervos consultados.

[8] É necessário não perder de vista entretanto que: (a) analisando os diferentes períodos, apresento suas tendências predominantes, mas não exclusivas; (b) as conclusões que avanço estão baseadas nos acervos que pesquisei, os quais concentram uma produção documentária do sudeste brasileiro, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

No Brasil dos anos 80, uma das principais leituras dos problemas urbanos no campo das ciências sociais e dos movimentos sociais vinculava as favelas e periferias das grandes cidades aos temas da organização comunitária, cor e cultura pelo ângulo de uma questão social em que pobres, negros, favelados eram compreendidos como segmentos que em grande parte se sobrepunham, a discriminação racial somando-se à social e intensificando-a. Percebidas como os lugares da pobreza (Valladares, 1991), favelas e periferias traduziriam a precariedade das condições de vida e moradia e indicariam o lugar subordinado desses grupos no mercado de trabalho e de consumo, bem como em termos de produção cultural. Opor-se a esta configuração era - às vezes simultaneamente, outras, privilegiando uma dessas esferas de ação – lutar contra a espoliação urbana, resistir à descaracterização cultural, combater o racismo, afirmar direitos, conquistar elementos de cidadania.

Nos anos 90, outra representação desses locais, para além de expressão e síntese das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira, tornou-se cada vez mais difundida e mesmo dominante no imaginário social. Favelas e periferias passaram a ser figuradas como fonte da violência que atinge as grandes cidades por força da atividade de quadrilhas de traficantes ali sediadas e do confronto armado entre estas e a polícia. No Rio de Janeiro, a geografia propiciava destaque a uma nova modalidade de violência e a vinculava especialmente às favelas situadas nos morros da cidade: as "balas perdidas" disparadas nesses confrontos e atingindo pessoas deles distantes. Em decorrência, nos primeiros anos da década, as imagens de favelas tenderam a acentuar a face de violência nelas presente. Ao mesmo tempo, representavam os jovens integrantes daquelas quadrilhas ou circulando em sua periferia como seus principais atores e/ou seu objeto.[9]

Os documentários do período dialogam com este modo de construção da questão da violência e tendem a recorrer ao repertório de imagens com que tematiza as favelas e periferias, ainda que os criticando. Assim, muitos filmes, mesmo se operando na chave de leitura da questão social e apresentando diversas modalidades de violência (a opressão policial ao lado do despotismo do tráfico, por exemplo), espetacularizam a violência, definindo, a partir dela, a vida nas favelas e periferias. Em outros documentários, porém, a violência é tomada como constitutiva do quotidiano desses locais, mas sem resumi-lo. A organização comunitária e/ou a cultura são então referidas como opções para o enfrentamento da violência em suas diversas formas (do tráfico, da polícia, doméstica), bem como das precárias condições de vida e moradia.

Em meados da década, esta tendência parece sofrer uma certa inversão. Os documentários sobre favelas e periferias urbanas passam crescentemente a enfocar as iniciativas da juventude no campo da arte, da música, da dança e da poesia. Lançam, assim, um novo olhar sobre as favelas e periferias, enquanto como base possível de uma construção identitária e cultural que têm os jovens como os seus principais atores. Dessa forma, se essas imagens ainda registram as muitas faces da violência, cada vez mais destacam suas contrafaces. Operam, portanto, com um tipo de tematização da questão que se apresenta nas grandes cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que os artigos de Rafael dos Santos e de Regina Novaes analisam neste número de Proposta.

Em "Hip Hop: no que há de novo?", Regina Novaes destaca como a arte e a cultura, especialmente a cultura/movimento Hip Hop, vêm se configurando como um caminho alternativo ao da violência entre os jovens. As imagens dos documentários mais recentes seguem este veio, explorando essas relações. Ainda que a violência permaneça como pano de fundo, muitos desses documentários nela não mais colocam seu foco.[10] Ao contrário, apresentam a cultura Hip Hop e os grupos culturais juvenis organizados em torno de rádios comunitárias, arte, música e projetos sociais em favelas e bairros populares como um dos principais modos de combater a violência, ao

[9] Ver, sobre o tema, o meu artigo neste número de *Proposta*.

propiciar a jovens negros e mestiços, pobres e favelados alternativas de encontro, organização e profissionalização e, em decorrência, auto-estima e reconhecimento. Aqui os documentários refazem o mesmo percurso das ciências sociais, diante do impacto do recrutamento de um número crescente desses jovens para os exércitos do tráfico, indagando: por que uns aderem à criminalidade e/ou ao tráfico e não outros? (Zaluar, 1994)

Se nos anos 80, a resposta se encontrava principalmente na política, na organização comunitária, no movimento social organizado, se as lutas sociais eram pensadas como conflitos pelo reconhecimento e/ou ampliação dos direitos de cidadania, nos anos 90, este tipo de organização e de política saem não de cena, mas do centro do palco. Doravante, tanto para muitos grupos de jovens, moradores de favelas e periferias, negros e mestiços, quanto em grande parte dos documentários produzidos a seu respeito, a cultura detém a centralidade. A linguagem dos direitos é complementada (algumas vezes, substituída) pela do respeito, evocando demandas por reconhecimento que não encontram uma tradução imediata no plano da institucionalidade legal e nos termos de nossa tradicional "cidadania regulada" (Santos, 1987), antes envolvendo reconhecimento das diferenças e a dignidade como valor (Souza, 1998).

Mas, certamente, a cultura de que se fala também sofre um deslocamento. Os documentários dos anos 80 tinham como referência o que era então compreendido como cultura popular, no sentido de expressão das raízes culturais e étnicas do povo brasileiro. Os filmes da época, em montagens criativas que recolhem e iluminam trechos de programas de televisão, cenas de publicidade, capas de revistas, pedaços de livros didáticos, etc., antecipam, invertendo-a, a antológica seqüência das imagens de negros em filmes, desenhos e programas de tv norte-americanos apresentada por Spike Lee em "A Hora do Show", filme recentemente exibido no Brasil. Revelam, assim, que a imagem que o Brasil moderno tem de si é branca; um lugar secundário sendo reservado tanto no plano social quanto no imagético aos negros brasileiros.

Opondo-se a esta interpretação da sociedade brasileira e compreendendo os negros, por oposição às elites brancas e dominantes, como "uma comunidade de origem africana no Brasil", os filmes da década de 80 valorizavam o samba e as religiões afro-brasileiras. Tinham por premissa a suposição de que ambos constituíam fontes de "elaboração de laços comunitários e, nessa medida, ... meio através do qual o povo é capaz de nutrir a nação por intermédio de seus valores" (Birman, 1996: 126). Consistente com esta interpretação, os documentários do período tendiam a apresentar o movimento negro como alternativa de construção identitária, recorrendo às raízes étnicas do povo brasileiro e à cultura afro-brasileira, e a compreender a inclusão social pela via dos direitos de cidadania como forma de combate ao racismo e à discriminação social.

Já na produção mais recente, as referências culturais mais constantes são o reggae e o rap. De um lado, traduzindo que o movimento negro não mais constitui o único espaço de construção de identidade para os negros brasileiros. De outro, demonstrando que essa "busca de raízes" pode se realizar com a mediação da experiência e da cultura dos negros norte-americanos.[11]

Com essas questões em mente, gostaria de destacar alguns depoimentos nos documentários

[10] A mídia opera, entretanto, com uma outra leitura do movimento Hip Hop, que apresenta os jovens que dele participam como arautos da violência, porta-vozes do tráfico, assim estigmatizando-os. Consultar para o tema Herschmann (2000).

[11] Sobre esta questão, ver o artigo de Regina Novaes neste número de ***Proposta***. Destaco, também, o documentário "Scratch" , sobre o movimento de tocar o disco para trás e para a frente, dando a impressão de "arranhar" o vinil, que foi incorporado pela cultura Hip Hop e os DJs que o tornaram público. Dirigido por Doug Pray (EUA, 2001) e com a participação de Afrika Bambaataa, Grand Mixer Dxt e Mix Master Mike, foi exibido no Festival de Cinema Mostra Rio BR 2001.

selecionados, que me parecem importantes para refletir sobre esses e outros dos deslocamentos acima apontados. Em "Pode Crê", Sueli Carneiro, respeitada militante feminista com longa atuação no movimento negro, declara: *"nós, do movimento negro, nunca conseguimos decodificar nossa mensagem, desenvolver um tipo de diálogo com a população negra de forma a tornar inteligível nossa forma de pensar. O que estou gostando é que eles [os grupos de rap] conseguem ser porta-vozes de uma mensagem política para os jovens, numa mensagem que os jovens compreendem..."* Já em "A palavra que me leva além. Estórias do Hip Hop carioca", uma fala é recorrente entre os jovens: *"a gente faz política através da música"*.

São depoimentos que ressaltam a possibilidade aberta no Rio de Janeiro e em São Paulo de protestar contra as diversas modalidades de violência através da música, da poesia e da dança. De um outro ângulo, entretanto, o que esses documentários parecem revelar é a possibilidade de disputar (com o tráfico de drogas, mas também com valores e padrões de um mercado globalizado) em novas bases e através de uma nova linguagem o imaginário da juventude pobre, negra, moradora de favelas e periferias.

Os filmes

1. (Uma) avenida chamada Brasil. Onde a vida não vale nada

Sinopse: Durante seis meses, o cineasta Octávio Bezerra e o fotógrafo Miguel Rio Branco, ocupando um carro com rádio de polícia, circularam pelos 54 Km da Avenida Brasil, um dos principais acessos rodoviários à cidade do Rio de janeiro, e por várias de suas favelas. Flagraram diversas manifestações da violência urbana. Cenas de assaltos, crimes cometidos por esquadrões da morte dedicados à exterminação de bandidos de pequeno porte e de crianças de rua, brigas entre quadrilhas de traficantes de drogas, violência policial, acidentes de trânsito, saques, consumo de drogas, relatos de violência doméstica, prostituição infantil, etc. mesclam-se às imagens do cotidiano dos moradores de favelas marcado pela extrema precariedade de suas condições de vida e de moradia. Essas cenas são costuradas por uma narração ao estilo de programas populares de rádio sobre polícia e crime, que enfatiza o contraste com as opções de vida e consumo das camadas mais abastadas da cidade. O vídeo é apresentado como uma "poderosa denúncia", que tem a Avenida Brasil como metáfora do dia-a-dia da violência de uma grande cidade. Tributário da idéia de que a questão social está na raiz da violência urbana, enfoca a cidade como "uma caldeira social prestes a explodir", embora apresente as associações de moradores de favelas como uma alternativa de conscientização, organização e mobilização para mudar a vida.

Palavras-chaves: desigualdade social, favelas, violência

Direção: Octávio Bezerra

Produção: Octávio Bezerra e Uberto Molo

Ano: 1989

Duração: 87 min.

Acervos: IBASE e NAI (FASE)

2. Axé

Sinopse: O documentário, realizado por ocasião da comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura, pergunta: o que mudou e o que permaneceu nesses cem anos, se "o café virou indústria, o senhor virou patrão, a senzala virou favela"? Explora a questão negra nos dias de hoje, apresentando suas semelhanças com a época da escravidão. Discute a persistência do racismo na sociedade brasileira, enfocando a desigualdade social entre negros e brancos como uma de suas marcas.

Palavras-chaves: negro, racismo, desigualdade social

Direção: Márcia Meirelles e Maria Angélica Lemos

Produção: Olhar Eletrônico e Lilás Produções

Ano: s./d.

Duração: 42 min.

Acervo: NAI (FASE)

3. Batalha em Guararapes I

Sinopse: Os moradores de Jardim de Guararapes, bairro popular na Zona Oeste do Rio de Janeiro,

reproduzem sua história em forma de ficção, tendo como centro a luta contra os despejos na comunidade. O vídeo retrata sua organização através de sua Associação de Moradores e apresenta esta luta como parte de um amplo movimento pelo direito à moradia, que questiona os reajustes do Sistema Financeiro de Habitação por sua incompatibilidade com a política salarial então praticada pelo governo federal. Mostra, ainda, a participação das demais associações e da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) como articuladora do movimento.

Palavras-chaves: organização comunitária, direito à moradia, cidadania

Direção: João Luiz van Tilburg e Luís Rodolfo Viveiros de Castro

Produção: FASE – Setor de Recursos Pedagógicos

Ano: 1985

Duração: 40 min.

Acervo: NAI (FASE)

Material bibliográfico referente: entrevista com Jesus Martin Barbero ("A cultura: mediação entre política, educação e comunicação"), depoimento de Eduardo Coutinho ("Depoimento de um cabra"), seminário ("A utilização do vídeo/filme como ferramenta de trabalho na educação popular") e artigos ("Batalha em Guararapes: relato de uma experiência", de Luís Rodolfo Viveiros de Castro, e "Apertar o botão da câmera basta? Algumas preliminares", de João Luís van Tilburg); todos publicados na revista Proposta, nº. 28, 1986, FASE.

4. Batalha em Guararapes II

Sinopse: Reportagem sobre um dia de luta contra a ameaça de despejo no bairro de Jardim Guararapes. Os personagens são os mesmos do primeiro vídeo. Alguns meses depois, a realidade imita a novamente a ficção.

Palavras-chaves: organização comunitária, direito à moradia, cidadania

Direção: João Luiz van Tilburg e Luís Rodolfo Viveiros de Castro

Produção: FASE – Setor de Recursos Pedagógicos

Ano: 1985

Duração: 29 min.

Acervo: NAI (FASE)

5. Batalhando a vida

Sinopse: Segundo programa da série ABCD Jovens, esse vídeo explora, entrevistando as mesmas pessoas que participaram de "A nossa cara", os sonhos, os projetos, a percepção de futuro desta juventude. Apresenta também as dificuldades em conseguirem seu primeiro emprego sem escolaridade e experiência, bem como em conciliar escola e trabalho. Retrata suas decepções e desilusões com o que a vida adulta lhes oferece e as alternativas que tentam criar para superá-las. As palavras de Jefferson, jovem morador em uma favela no ABCD paulista, resume o pensamento de uma parte desses jovens: "o máximo que podemos ser privilegiados é como artista. ... Eu poderia ensinar ferramentaria pra esses meninos, mas ele vai ser ferramenteiro e vai disputar mercado de trabalho aqui nessa região decadente ... Mas o artista é sempre um artista. ... vai ganhar pra sobrevivência dele, onde ele é mais ele ..."

Palavras-chaves: juventude, arte, cultura

Direção: Nanci Barbosa

Produção: TV dos Trabalhadores

Ano: 1999

Duração: 23 min.

Acervo: TV T (contato telefones: 11 - 7567102 e 756-4038)

6. (O) bonde do rastafari. A história do reggae carioca

Sinopse: O filme conta a história da chegada do reggae ao cenário musical brasileiro; sua explosão na aceitação popular; as principais mensagens identificadas pelo público nas letras e na postura rasta e o paralelo entre a mercantilização do gênero musical e seus princípios filosóficos.

Palavras-chaves: reggae, juventude, cultura.

Direção: Cynthia Sims

Produção: Depto de Cinema e Vídeo da UFF.

Ano: 1997

Duração: 32 min.

Contato: UFF – Depto de Cinema e Vídeo (tel. 719-3458)

7. (A) casa da cidadania

Sinopse: O vídeo mostra dois trabalhos realizados no Grande Rio, ambos apoiados pela União Européia. No primeiro, os Médicos Sem Fronteiras, instalados em Vigário Geral depois da chacina em que policiais militares mataram 21 pessoas inocentes, em agosto de 1993, criaram na favela um posto de saúde. Além de atender às necessidades dos favelados, o posto tem um papel simbólico, contribuindo para lutar contra a estigmatização de Vigário Geral, como lugar de violência e marginalidade. No segundo, mostra-se a experiência do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, ong que desenvolve o programa Terra e Habitação em duas favelas do Grande Rio — Nova Pixuna, na Ilha do Governador, e Shangri-lá, em Jacarepaguá. O Bento Rubião organizou cooperativas para construção de casas em regime de mutirão. No vídeo ficam evidentes o interesse e a intensa participação dos favelados pelo projeto.

Palavras-chaves: organização comunitária, violência, cidadania

Direção: Eduardo Coutinho

Produção: CECIP

Ano: 1998

Duração: 21 min.

Acervo: CECIP

8. (Um) dia feliz

Sinopse: A música "O Barquinho", de Roberto Menescal e Ronaldo Boscoli, de onde foi retirada a frase que dá título ao documentário, sublinha imagens contrastantes do cotidiano da zona sul carioca e do resto da cidade do Rio de Janeiro, demarcando as diferentes alternativas de vida que se apresentam para seus moradores e sugerindo que, para pobres e negros, o dia talvez não seja tão feliz assim. O filme trata da questão do preconceito racial a partir do dia-a-dia dessas pessoas, associando cor e classe social. Indagando onde estão os negros e mestiços da cidade, as imagens os surpreendem nos trens e transportes suburbanos, nos trabalhos braçais e socialmente mais desvalorizados, nas escolas públicas, no futebol, nas ruas - como camelôs e moradores - e nas favelas. Mas, também os revelam ausentes das televisões, das revistas, da publicidade, dos restaurantes, mostrando a face branca das elites brasileiras. O documentário apresenta, ainda, depoimentos de diversos representantes do movimento negro refletindo sobre estas imagens e sobre a própria construção do filme, seguindo a tradição inaugurada por Robert Flaherty e desenvolvida por Jean Rouch de utilizar o material filmado para suscitar novos fatos e narrativas, compartilhando decisões quanto à filmagem e montagem (Loizos, 1995; Rouch, 1997). "Um dia feliz" resultou de uma oficina de vídeo popular com os grupos União e Consciência Negra, APN grupo de Capoeira de Angola, Pelourinho, TV Olho Negro, CENUM, Cruzada do Menor e Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), Coletivo Estadual de Negros Universitários (CENUN) e Pastoral do Negro, sob a coordenação de Valter Filé.

Palavras-chaves: discriminação social, racismo, movimento negro

Direção: Noale Toja

Produção: TV Maxambomba (tv comunitária instalada em Nova Iguaçu pelo CECIP).

Ano: 1994

Duração: 11 min.

Acervo: IBASE

9. Fala Zumbi

Reportagem sobre a passeata convocada pelo Movimento Negro festejando o Centenário da Abolição. A manifestação aconteceu no Centro do Rio de Janeiro, dia 13 de maio de 1988, para protestar contra a discriminação do negro na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: movimento negro, racismo, discriminação

Direção Claudius Ceccon

Produção: CECIP

Ano : 1988

Duração: 4 min.

Acervo: CECIP

10. Fora da rua, dentro da arte: navio negreiro

Sinopse: O vídeo documenta as atividades de Célio, um instrutor de capoeira e dança afro do projeto Semear, que se dedica à recuperação de meninos de rua em Bangu, RJ. Célio tem uma maneira especial de ensinar. O grupo aprende a dança-teatro "Navio Negreiro" e vivencia nos sofrimentos dos escravos a sua luta por sobrevivência nas ruas. Assim, reconstrói sua identidade através do resgate da cultura negra de origem africana. O grupo é acompanhado desde os ensaios escolares até sua primeira encenação para o público e aparição no programa Fantástico da TV Globo.

Palavras-chaves: meninos de rua, cultura negra, juventude

Direção: Anna Penido e David Sonnenschein

Produção: Crystal Vision Production

Ano: 1993

Duração: 28 min.

Acervo: IBASE

11. Funk Rio

Sinopse: O documentário mostra através de quatro jovens (um office boy, um gari, uma empregada doméstica e um dançarino) o universo do funk carioca, discutindo como este cria um novo código estético e cultural. Revela, de um lado, o cotidiano violento da juventude pobre moradora nas favelas, subúrbios e periferias cariocas, que alimenta sua falta de perspectivas na cidade. De outro, explora o preconceito e o estigma com que esta vem sendo percebida por amplos segmentos da população do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: violência, juventude, cultura

Direção: Sérgio Goldemberg

Ano: 1994

Duração: 46 min.

Acervo: NAI e IBASE

Material bibliográfico referente: "Entrevista com Sérgio Goldemberg, por Ana Paula Ribeiro, Andréa Freitas e Liliane Gomes de Souza," ***Cadernos de Antropologia e Imagem, nº. 6, NAI, UERJ, 1998.***

12. Hip Hop SP

Sinopse: O universo do Hip Hop, um segmento da cultura musical da juventude no cotidiano da vida urbana. Registra o nascimento do rap no país, flagrando o começo dos encontros jovens no Largo de São Bento, no centro velho de São Paulo. Apresenta várias entrevistas e cenas de break (dança de rua).

Palavras-chaves: Hip Hop, juventude, cultura.

Direção: Francisco César Filho

Ano: 1990

Acervo: CTAv – Funarte (tel. 2580-0363)

13. Mano a mano

Sinopse: O filme penetra no universo da periferia paulista. Mais do que um documentário sobre o Hip Hop é um mergulho em direção aos guetos onde ele se manifesta.

Palavras-chaves: Hip Hop, juventude, cultura

Direção: Ricardo Nauemberg

Ano: 1999

Duração: 78 min

Contato: NAI

14. Movimento em Defesa do Favelado

Sinopse: Documentário que retrata a luta e a organização de uma comunidade de favelados em defesa de seu direito de moradia. Um grupo pequeno que aos poucos foi crescendo e formou o MDF. Segundo o depoimento de um dos organizadores, foi "através da reza que a gente foi juntando as pessoas que não se juntavam ... [para] passar um café, conhecer as pessoas ... Foram surgindo redes ... grupos de reflexão começando com coisas muito práticas ... esgoto, creche, grupos de jovens, mutirões e a coisa mais política de você querer mudar esse sistema e acreditar que pode". O vídeo apresenta como uma das características do MDF "chamar os jovens para a luta", procurando conscientizá-los e organizá-los para mudar a situação pela conquista de seus direitos de cidadania. Mostra também a experiência do MDF em São Paulo, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, em especial o projeto de concessão do direito real de uso da terra aos moradores de favelas.

Palavras-chaves: organização comunitária, cebs, cidadania

Direção: Júlio Wainer

Produção: MDF – Região Episcopal de Belém

Ano: 1993

Duração: 23 min.

Acervo: NAI (FASE)

15. Mulheres negras

Sinopse: O filme aborda a discriminação racial através das experiências vividas no dia-a-dia pela mulher negra. Destaca especialmente a imposição às mulheres negras de um padrão de beleza branco. Em contraposição, valoriza a negritude e a beleza negra, além de enfatizar, como elementos característicos da raça negra, o ritmo e a sensualidade que teriam uma expressão cultural no samba e no candomblé.

Palavras-chaves: mulheres, racismo, movimento negro

Direção: Márcia Meirelles e Silvana Afram

Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo

Ano: 1986

Duração: 23 min.

Acervo: NAI (FASE)

16. Mulheres no front

Sinopse: Três histórias que retratam a luta da mulher e o impacto das lideranças femininas nas comunidades. Em diferentes espaços geográficos (Jardim Uchôa, no Recife; Rancho Fundo, em Nova Iguaçu, Grande Rio e Bom Jesus, periferia de Porto Alegre), o documentário registra diversas iniciativas de mulheres nos bairros pobres das cidades para mudar a vida através da participação em associações de moradores e em outros projetos comunitários, como o Grupo de Promotoras Legais Populares de Bom Jesus. Acompanha suas dificuldades e suas esperanças, sua identificação com sua gente e com seu lugar de viver, seus sonhos de educar os filhos e propiciar-lhes uma vida melhor e as mudanças que promovem em suas comunidades.

Palavras-chaves: mulheres, favelas, organização comunitária

Direção: Eduardo Coutinho

Produção: CECIP

Ano: 1996

Duração: 35 min.

Acervo: IBASE

Material bibliográfico referente: entrevistas com Eduardo Coutinho, publicadas nas revistas ***Proposta***, nº 43, 1989, FASE e Sexta-feira. ***Antropologia, Artes e Humanidades***, nº 2, 1998 ("Eduardo Coutinho e a câmera da dura sorte", entrevista a Valéria Macedo).

17. (A) Nossa Cara

Sinopse: Programa da série ABCD Jovens, realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sobre questões que afetam jovens de inúmeras regiões urbanas; diferentes identidades, linguagens e culturas; a inserção no mundo do trabalho e a discussão de temas que consideram importantes. O vídeo apresenta quem são, como vivem e se expressam esses jovens. A poesia, o movimento Hip Hop, as vivências de rua, jovens que se reúnem em grupos de igrejas, em torno de uma rádio comunitária, de projetos sociais, etc. Suas histórias de vida, as diversas atividades de seu dia-a-dia, seus sonhos, seus projetos e os horizontes que lhes são abertos através da cultura.

Palavras-chaves: Hip Hop, juventude, cultura

Direção: Nanci Barbosa

Produção: TV dos Trabalhadores

Ano: 1999

Duração: 28 min.

Acervo: TV T (contato telefones: 11 - 7567102 e 756-4038)

18. Notícias de uma guerra particular

Sinopse: Um retrato da violência urbana no Rio de Janeiro, que enfoca sobretudo o conflito entre policiais e traficantes de drogas entrincheirados nas favelas. O filme é composto através de pequenas entrevistas com os diversos protagonistas desse universo: políticos, chefe de polícia, lideranças e ex-lideranças do mundo do crime, moradores de áreas faveladas, traficantes e especialistas diversos, que se entrelaçam a diversas cenas de violência. Destaca a situação dos moradores de favelas e sua percepção sobre as diversas violências que os atingem.

Palavras-chaves: violência, tráfico de drogas, favelas
Direção: Kátia Lund e João Moreira Salles
Produção: Vídeo Filmes
Ano: 1998
Duração: 56 min.
Acervo: NAI
Material bibliográfico referente: resenha de Paulo Jorge Ribeiro, ***Cadernos de Antropologia e Imagem***, nº 10, NAI, UERJ, 2000.

19. (A) palavra que me leva além. Estórias do Hip Hop carioca

Sinopse: Produzido pelo NAI, no âmbito de seu Ateliê Livre de Cinema e Antropologia, de 1999, o filme compõe um retrato do Hip Hop carioca e de sua história narrados pelos próprios integrantes do movimento, em grande parte jovens moradores em favelas cariocas. Nas entrevistas, membros de vários grupos, como os Inumanos, Disciplina Urbana, 3 Preto, Gang de Break Consciente da Rocinha, Contexto, Anfetaminas, Damas do Rap e Ryo Radikal Repz e da Rádio Comunitária Bicuda, referem-se ao Hip Hop como "***uma parada que possibilita ao povo ter a voz***", fazer música mesmo sem tocar qualquer instrumento, só com "sensibilidade musical". Rappers, grafiteiros, MCs são apresentados como "***repórteres das favelas e dos guetos***" que "***escrevem a trilha sonora da violência urbana***". Uma fala é se repete: "***a gente faz política com música***", e marca a condição de mediadores (***brokers***) (Vianna, 1999) entre dois mundos, o "asfalto" e as favelas, ostentada pelos rappers. O vídeo toca em questões como exclusão social, repressão, preconceito e aponta para as novas alternativas de expressão político-cultural da juventude através da voz, da música e da dança.

Palavras-chaves: Hip Hop, juventude, cultura
Direção: Bianca Brandão, Emílio Domingos e Luísa Pitanga
Ano: 2000
Duração: 30 min.
Acervo: NAI

20. Pode crê

Sinopse: Este vídeo é o resultado da primeira fase do Projeto Rappers, criado pela ong Geledés. Nele, vários grupos de rap da periferia de São Paulo (Metralhas, Face Original, Defensores do Movimento Negro - DMN, Conexão Break, Personalidade Negra, Conceito de Rua, Rap Atual, Pensadores Negros, Lady Rap, Sharylaine e Força Negra Radical) mostram porque o rap ocupa um espaço não só como música, mas também como denúncia das condições de vida que a sociedade impõe aos jovens, em especial aos jovens negros, na sociedade brasileira. Discute o racismo e a violência policial, particularmente sobre este segmento. Explora as possíveis relações do rap e da juventude com o movimento negro, considerando a ação das bandas para "***a conscientização do nosso povo negro e pobre***".

Palavras-chaves: rap, juventude, movimento negro
Direção: Jacira Melo
Produção: Gedelés/Instituto Mulher Negra
Ano: 1992
Duração: 30 min.
Acervo: IBASE

21. Quando o criolo dança

Sinopse: Entrevistas intercaladas com ficção de situações vividas no cotidiano pelo negro, mostrando o contraponto entre as duas formas que o crioulo dança.

Palavras-chaves: negro, cultura, discriminação
Direção : Dilma Loes
Produção: Loes Produções Artísticas e Culturais Ltda
Ano: 1989
Duração: 30 min.
Acervo: IBASE

22. Raça negra

Sinopse: Um filme clássico do movimento negro, exibido diversas vezes por ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura, que busca conscientizar os negros sobre a matriz de desigualdades e preconceitos baseada na cor. Através dos depoimentos de Florestan Fernandes (sociólogo e deputado) e Clóvis Moura (escritor), Miguel Chaia (sociólogo), Luis Alberto (Movimento Negro Unificado) e Benedita da Silva (à época, deputada), entre outros, e de imagens obtidas em arquivos públicos, o filme recupera a

história da escravidão no Brasil, discutindo a situação dos negros e suas formas de luta contra a escravidão. Considerando as condições de trabalho e moradia e os baixos salários da população negra, ao final dos anos 80 no Brasil, estabelece um paralelo entre o trabalho moderno e a escravidão. Apresenta diferentes formas de discriminação dos negros e alternativas para a questão racial.

Palavras-chaves: negros, racismo, discriminação social

Direção: Nilson de Araújo
Produção: Século Vídeo
Ano: 1988
Duração: 23 min.
Acervo: IBASE

23. (O) rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas

Sinopse: Dois personagens formam o eixo dessa história: Helinho, um justiceiro de vinte e um anos, conhecido na comunidade como o Pequeno Príncipe, que é acusado de matar sessenta e cinco bandidos no município de Camaragibe, Pernambuco. Helinho desfruta da simpatia de parte dos moradores, que vêem no justiceiro uma alternativa de enfrentamento da violência que os atinge. Garnizé, um músico de vinte e seis anos e integrante da banda de rap Faces do Subúrbio, é militante político e líder comunitário no mesmo município e usa a cultura para enfrentar a difícil sobrevivência na periferia. Os dois são opostos e, ao mesmo tempo, iguais na condição de filhos de uma guerra social silenciosa que é travada diariamente nos subúrbios das grandes cidades brasileiras. Misturando ritmo-imagem e poesia-sons, "O rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas" revela o que pensa e como pensa uma parte do movimento Hip Hop brasileiro.

Palavras-chaves: violência, favelas, cultura
Direção: Paulo Caldas e Marcelo Luna
Ano: 2000
Duração: 75 min.
Distribuição: Europa Filmes (disponível em locadoras de vídeos)

24. Rap, ritmo e poesia

Sinopse: Dois grupos cariocas, Artigo 288 [formação de quadrilha, no Código Penal] e Nino Rap & Eddy MC, mostram, no centro da cidade, a partir de suas especificidades o rap como música de protesto contra o racismo, o desemprego, a violência policial e as desigualdades sociais. O filme apresenta o rap com alternativa de expressão, mas também de profissionalização, dos jovens pobres ro Rio de Janeiro. Registra ainda a recepção dos transeuntes às suas performances, em especial aos temas tratados em suas músicas.

Palavras-chaves: rap, juventude, discriminação social
Direção: Valter Filé
Produção: TV Maxambomba/CECIP
Duração: 10 min.
Ano: 1993
Acervo: IBASE e CECIP

25. Retrato em branco e preto

Sinopse: Vídeo em forma de carta de um homem negro denunciando a persistência do racismo na sociedade e na mídia brasileira, um século depois do fim da escravidão. Discute as contradições entre duas imagens sobre as relações raciais no Brasil. A imagem do país divulgada no exterior, que difunde um retrato de paraíso e democracia racial e valoriza os negros por sua ginga, beleza e musicalidade, que seriam expressas na capoeira, no futebol, no samba e no carnaval. A imagem interna, apresentada nos livros didáticos e na televisão, que reproduz estereótipos negativos sobre os negros e reforça sua situação de sub-cidadania revelada nos indicadores sociais relativos à sua população negra. Apresenta o movimento negro como alternativa de afirmação de uma identidade étnica, luta contra o racismo e reivindicação de direitos de cidadania.

Palavras-chaves: negro, racismo, discriminação social
Direção: Joel Zito de Araújo
Produção: Companhia de Vídeo
Ano: 1992
Duração: 15 min.
Acervo: IBASE

26. Rio, cidade sitiada

Sinopse: Documentário produzido para a TV Cultura, apresenta o Rio de Janeiro como vivendo um duplo cerco, após o "*boom* de violência" que se seguiu à chacina de Vigário Geral: de um lado, os traficantes determinam as áreas onde se pode ou não entrar; de outro, desde a "Operação Rio", o exército exerce este controle. Em forma de reportagem, faz um balanço de um mês de Operação, nos morros e favelas cariocas, entrevistando moradores, traficantes e autoridades civis. Apresenta os moradores das favelas como submetidos a uma dupla violência (do tráfico de drogas e da polícia). O filme foi realizado durante o governo Brizola/ Nilo Batista, em que a orientação à polícia era "não entrar no morro porque a possibilidade de confronto não é interessante para a população", nas palavras de um policial militar ouvido nas imediações do Morro da Mineira. Apesar disso, traz depoimentos de moradores dizendo preferir os bandidos à polícia, pois quando esta invade o morro o faz com brutalidade e desrespeitando os cidadãos. Enfatizando a corrupção da polícia e simpático à "Operação Rio", o documentário registra também outras iniciativas de combate à violência: as atividades da Casa da Paz em Vigário Geral, a cruzada religiosa comandada pelo Pastor Caio Fábio nas favelas da cidade e os projetos do Viva Rio.

Palavras-chaves: violência, favelas, Operação Rio

Direção: Marco Nascimento
Produção: TV Cultura
Ano: 1994
Duração: 60 min.
Acervo: NAI

27. Santa Marta: duas semanas no morro

Sinopse: O documentário apresenta o dia-a-dia dos moradores do Morro Santa Marta, uma das principais favelas da zona sul do Rio de Janeiro. A violência, o racismo e a discriminação sofridos pelos moradores são apresentados como parte de seu quotidiano, marcado também por diferentes formas de religiosidade. Detendo-se nos depoimentos dos moradores, Eduardo Coutinho revela suas percepções da violência, suas crenças religiosas, seus projetos individuais e/ou comunitários e, em especial, as esperanças e sonhos de sua juventude.

Palavras-chaves: favelas, violência, religião
Direção: Eduardo Coutinho
Produção: ISER Vídeo
Ano: 1987
Duração: 54 min.
Acervos: IBASE e CECIP

Material bibliográfico referente: resenha de Regina Novaes, ***Cadernos de Antropologia e Imagem***, nº 7, NAI, UERJ, 1998 e entrevistas com Eduardo Coutinho, publicadas nas revistas Proposta, nº 43, 1989, FASE e Sexta-feira. ***Antropologia, Artes e Humanidades***, nº 2, 1998 ("Eduardo Coutinho e a câmera da dura sorte", entrevista a Valéria Macedo).

28. Se o rei Zulu já não pode andar nu

Sinopse: Documentário político-musical inspirado pela visita de Desmond Tutu ao Brasil e "costurado" por músicas de Gilberto Gil, Leci Brandão, Sandra de Sá e Dona Ivone Lara. Traça um paralelo entre a situação dos negros na África do Sul e no Brasil. Explora situações de racismo e exclusão social, tendo por foco moradores em favelas e periferias brasileiras, quase todos negros ou mestiços.

Palavras-chaves: desigualdade, racismo, movimento negro

Direção: Rita Moreira e M. Lucia Silva
Produção: Rita Moreira Produções
Ano: 1987
Duração: 15 min.
Acervo: IBASE

29. (As) sementes da cidadania

Sinopse: O vídeo apresenta o trabalho de três ongs: o Centro de Cooperação e Atividades Populares (CCAP), o CECIP e a NOVA. O CCAP fundou, em quatro favelas do Rio de Janeiro, associações beneficentes para fornecer alimentos com qualidade e preços mais baixos. Mostra as atividades no Morro da Lagartixa, com a participação de agricultores e

favelados. Além disso, o CCAP criou um telejornal comunitário e uma banda afro, que contribuem para manter a auto-estima dos favelados. No bairro de Rancho Fundo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o CECIP estimulou a luta de seus moradores para resolver o problema da coleta do lixo. Vitoriosa, essa luta fortaleceu a representatividade da Associação de Moradores local e reforçou seus laços com o Centro Comunitário São Sebastião, criado pela Igreja Católica. O Movimento de Compositores da Baixada Fluminense, criado com o apoio da NOVA, é formado por trabalhadores que têm na música sua mais legítima forma de expressão. O vídeo mostra uma reunião dos músicos, que cantam suas composições e comentam a importância das manifestações culturais populares num quadro de globalização.

Palavras-chaves: organização comunitária, favelas, cultura

Direção: Eduardo Coutinho

Produção: CECIP

Ano: 1998

Duração: 18 min.

Acervo: CECIP

Material bibliográfico/videográfico referente: Publicação coordenada por Claudius Ceccon e Jane Paiva. ***Bem pra lá do fim do mundo. Histórias de uma experiência em Rancho Fundo, Baixada Fluminense***. Ilustrações de Claudius. RJ, CECIP, 2000; "Boca de lixo", vídeo de Eduardo Coutinho, produção CECIP, 1992, 50 min.; resenha de 'Boca do lixo" por Consuelo Lins, ***Cadernos de Antropologia e Imagem***, nº 4, NAI, UERJ, 1997.

30. Touche pas a mon pote

Sinopse: clipe documentário anti-racista inspirado na canção "Touche pas a mon pote", de Gilberto Gil. A tradução do título da música seria algo como "Não mexa com meu prezado (ou meu chapa)". Trata-se de uma bela e instigante montagem de fotografias e seqüências de vídeos, embalada pela música de Gilberto Gil, que apresenta situações de discriminação social e chauvinismo em diferentes sociedades, contra diversas raças, culturas, religiões.

Palavras-chaves: racismo, intolerância, discriminação social

Direção: Henri Gervaiseau, Elizabeth Formagine, Solange Padilha e Flávio Ferreira

Produção: Alô Vídeo e Comitê Brasileiro do Festival Pan Africano de Arte e Cultura

Ano: 1988

Duração: 7 min.

Acervo: IBASE

Referências Bibliográficas

BIRMAN, Patrícia. (1996). "África no plural: identidades e territórios", Cadernos de Antropologia e Imagem, nº 3, NAI, UERJ.

HERSCHMANN, Micael. (2000). O Funk e o Hip Hop invadem a cena. RJ, Editora da UFRJ.

LEITE, Márcia Pereira. (2001). "Movimentos sociais, cidadania e juventude: explorando alguns caminhos", Proposta, nº 90, FASE.

LOIZOS, Peter. (1995). 'A inovação no filme etnográfico (1955-1985)", Cadernos de Antropologia e Imagem, vol. 1, nº 1, NAI, UERJ.

MONTE-MÓR, Patrícia. (1995). "Descrevendo culturas: etnografia e cinema no Brasil", Cadernos de Antropologia e Imagem, vol. 1, no 1, NAI, UERJ.

_____ e PARENTE, José Inácio. (1997). "Um roteiro para antigas e novas imagens", Catálogo da 4ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico. Interior Produções, Museu do Folclore Edison Carneiro.

NOVAES, Regina. (1998), "Santa Marta, duas semanas no morro: filme de Eduardo Coutinho" (resenha), Cadernos de Antropologia e Imagem, vol. 7, nº 2, NAI, UERJ.

_____. (2001). "Hip Hop: o que há de novo?", Proposta, nº 90, FASE.

PEIXOTO, Clarice. (1995). "A antropologia visual no Brasil", Cadernos de Antropologia e Imagem, vol. 1, no 1, NAI, UERJ.

ROUCH, Jean. (1997). "Campo e contracampo. A louca maestria de Jean Rouch" (entrevista realizada por Renato Sztutman e Evelyn Schuler, Sexta-feira. Antropologia, artes, humanidades.

SANTOS, Rafael. (2001). "Lembranças em movimento. Como surge um trabalho social?", Proposta, nº 90, FASE.

SANTOS, Wanderley Guilherme. (1987). Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2ª ed., RJ, Campus.

SOUZA, Jessé. (1998). "A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro", Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº 38, outubro, ANPOCS.

VALLADARES, Lícia. (1991). "Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil", in BOSCHI, Renato (org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. RJ, Rio Fundo/ IUPERJ.

VIANNA, Hermano, (1999). O mistério do samba. 3ª ed., RJ, Jorge Zahar Editor e Editora da UFRJ.

ZALUAR, Alba. (1994). "A criminalização das drogas e o reencantamento do mal". Condomínio do Diabo. RJ, Revan/Editora da UFRJ.

Venha visitar e conhecer o site da FASE

Números atrasados, catálogo de publicações, fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

www.fase.org.br

Proposta

próximo número

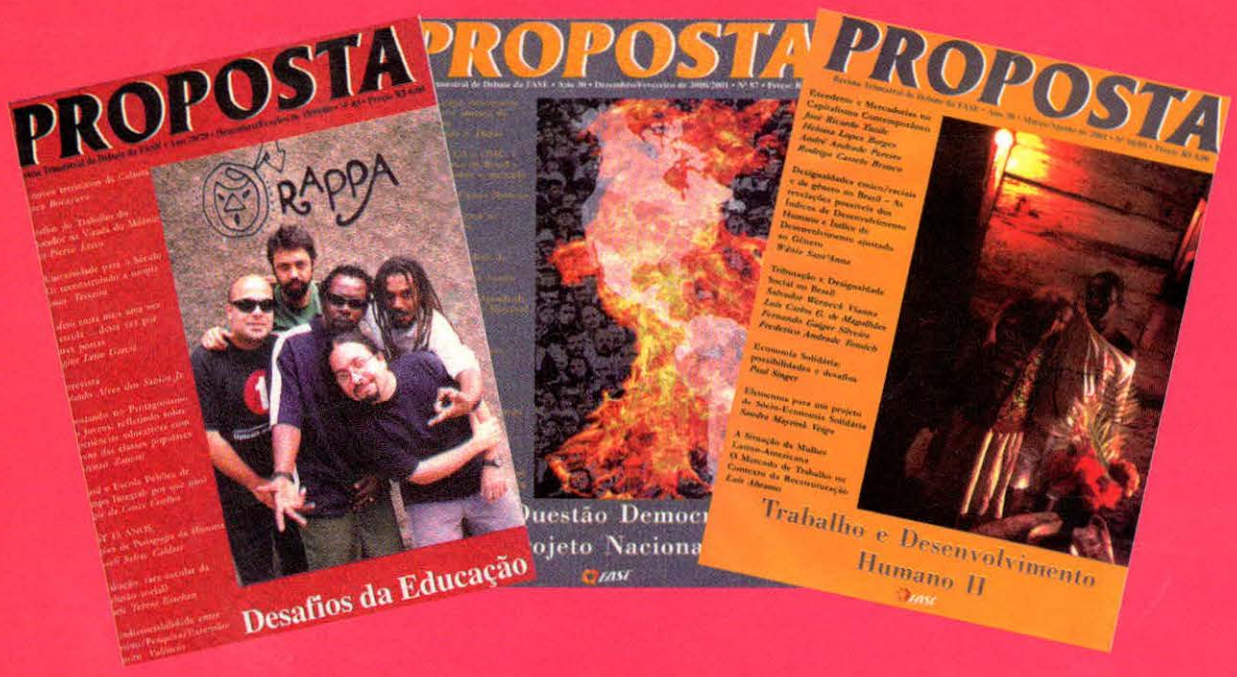
Proposta abordará no seu próximo número as múltiplas dimensões da questão ética para a construção de novos paradigmas de mudança social.

Retomará o fio condutor da luta cívica pela ética na política que partiu da Campanha das Diretas, passou pela Constituinte e hoje se coloca no centro da controvérsia sobre a reforma política do Estado, a questão da transparência, o equilíbrio dos poderes e as prerrogativas e iniciativas de lei e normas que partem da cidadania e da sociedade organizada.

Na dimensão política das transformações nos modos de governar as cidades já é possível fazermos um balanço dos limites e possibilidades de combinação da democracia representativa com instituições de consulta, participação e controle social. Mas é na estrutura da vida cotidiana, nas formas de comportamento, nas normas de sociabilidade, nas regras, estilos e tensões entre as dimensões individual e social da vida que podemos encontrar uma chave para a relação entre ética e reforma intelectual, moral e cultural da sociedade.

O vasto quadro de temas destacado no próximo número de **Proposta** tenta localizar as várias formas de articulação entre o realismo político ativo dos sujeitos coletivos e a utopia fragmentada que aparece no debate em que se enfrenta os desafios da sociedade capitalista no contexto político pós moderno e na dimensão desigual e violenta da sociedade brasileira nesse inicio do século XXI.

ONDE ADQUIRIR:
FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 2286-1441 • Fax: (021) 2286-1209



Em ***PROPOSTA***, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R$ 32,00 (trinta e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de *PROPOSTA*

•Fazer um depósito no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 31947 - 3, agência Catete 3019 - 8.

•Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

• Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R$ 32,00, juntamente com seus dados, para o endereço:
Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

Para maiores informações: (021) 2286-1441 ou sbrandao@fase.org.br.